

ESTUDO ESTRATÉGICO DAS CIDADES DO EIXO ATLÂNTICO
VOLUME 3
NOVAS DINÂMICAS URBANAS



VOLUME 3
NOVAS DINÂMICAS URBANAS
ESTUDO ESTRATÉGICO DAS CIDADES DO EIXO ATLÂNTICO

Augusto Santos Silva • Maria Helena Santos
Paula Guerra • Elisa Babo • Maria Carneiro López

António Manuel Figueiredo • Anxel Viña Carregal
(coordenadores)



Câmara Municipal do Porto
Pelouro de Relações Internacionais



António Manuel Figueiredo
Anxel Viña Carregal
(coordenadores)

ESTUDO ESTRATÉGICO DAS CIDADES DO EIXO ATLÂNTICO

QUALIDADE E POTENCIAL DE MUDANÇA

Câmara Municipal do Porto
Pelouro das Relações Internacionais

VOLUME III
NOVAS DINÂMICAS URBANAS

**Augusto Santos Silva • Maria Helena Santos
Paula Guerra • Elisa Babo • Maria Carneiro López**

**Colaboração de
Aureliano García González-Llanos • José Antonio Cachaza**

NOTA DE ABERTURA

A criação da Associação do Eixo Atlântico representou um feliz momento de aproximação dos cidadãos dos principais centros urbanos do Noroeste Peninsular e revelou a importância fundamental dos poderes locais democraticamente eleitos no fortalecimento das redes de cooperação.

Quebrando com uma tradição de isolamento, cedo se revelou a necessidade de se proceder a um conjunto de estudos aprofundados que dotassem os decisores políticos de elementos de análise que se reportassem a esta Euro-Região. Dessa tarefa foram incumbidos técnicos reputados, tanto galegos como portugueses.

Estes estudos foram já inspirando muitas das acções do Eixo Atlântico. No momento em que a Associação se alarga a novos membros e manifesta o desejo de se abrir à sociedade civil das suas cidades, colocando as opções estratégicas em debate, julgo de maior importância e oportunidade colocar estes documentos ao alcance de todos os interessados.

Que estas publicações contribuam para um enriquecedor debate, são os meus votos mais sinceros.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto



Fernando Gomes

INTERESSE ESTRATÉGICO DO ESTUDO
DAS NOVAS DINÂMICAS URBANAS

O estudo das dinâmicas urbanas em curso no território organizado em torno do sistema urbano das Cidades do Eixo Atlântico assume um papel crucial no Estudo Estratégico destas Cidades.

Tal como consta do relatório de caracterização territorial e económica do referido sistema urbano, as treze cidades que integram a Associação Eixo Atlântico, embora não esgotem o universo urbano desse sistema, concentram o que de mais significativo ocorre neste espaço.

Mas, mais do que uma perspectiva de peso relativo, isto é, de relevância quantitativa, o Estudo Estratégico visa essencialmente dar conta das dinâmicas qualitativas que atravessam este espaço. Ora é neste contexto que o estudo das novas dinâmicas urbanas assume particular importância.

Conforme foi oportunamente referido, o Noroeste Peninsular constitui uma área territorial que, ainda hoje e quando é globalmente entendida, se encontra substancialmente afastada das performances médias europeias em matéria de desenvolvimento socio-económico e dos principais canais de difusão espacial do mesmo. As Cidades consideradas de per si e o sistema urbano que organizam assumem neste contexto uma função estratégica, na medida em que contrabalançam, pela positiva, a debilidade dos indicadores que assentam em simples médias de caracterização.

Isto significa que, num contexto de debilidade estrutural e de afastamento das médias comunitárias, as Cidades e o sistema urbano do Eixo Atlântico reúnem um vasto potencial estratégico:

- Permitem contrariar uma imagem global de ruralidade e de atraso económico, constituindo, por isso, um novo capital de imagem e de afirmação do Noroeste Peninsular;

- Concentram um potencial de mudança e de inovação, sem o qual o espaço regional que as Cidades servem e organizam não tem qualquer hipótese de sobrevivência no novo quadro comunitário e internacional em geral;
- Melhoram significativamente a posição deste espaço no jogo da competitividade interterritórios e as condições de atracção de capitais e de novos empreendimentos.

Em resumo, uma visão urbana do espaço conjunto Galiza-Norte de Portugal pode ajudar a construir uma nova identidade deste território, fazendo-o por diferença relativamente aos quadros mais tradicionais de caracterização.

Demonstrada que está a importância estratégica da visão urbana deste espaço conjunto, pode então questionar-se o que deve entender-se por (novas) dinâmicas urbanas neste relatório.

O Estudo Estratégico das Cidades do Eixo Atlântico recorre a uma tipificação essencialmente transversal, isto é, não sectorial, das dinâmicas urbanas, identificando as principais manifestações que configuram sinais de mudança nas Cidades.

Como é óbvio, coloca-se sempre a questão de saber que critérios utilizar para identificar os referidos sinais de mudança. A este respeito, independentemente de ser necessário um aprofundamento posterior de critérios metodológicos, a sua identificação pode oscilar entre duas atitudes possíveis:

- uma, que consiste em definir os sinais de mudança em relação às tendências passadas dominantes nas Cidades do Eixo Atlântico, consagrando, por conseguinte, os factores e as dinâmicas que anunciam um redireccionamento de tendências;
- outra, mais exigente, que identifica esses sinais de mudança tendo em conta realidades comparativas de áreas territoriais mais desenvolvidas, designadamente de cidades europeias de média dimensão.

Não é fácil estabelecer um compromisso entre estas duas orientações. Os critérios predominantemente utilizados apontam, contudo, para salientar as dinâmicas urbanas das Cidades do Eixo Atlântico que configuram alterações significativas de tendências passadas, embora sujeitando essa escolha à necessidade de se tratar de dinâmicas que permitam às Cidades do Eixo afirmar-se, por diferença, nos planos nacional e comunitário.

Uma das consequências mais relevantes deste critério-compromisso é a impossibilidade, que importa assumir sem má consciência, de harmonizar integralmente a tipologia de dinâmicas urbanas a salientar nas Cidades galegas e nortenhas. De facto, uma vez que a prioridade de selecção aponta para as dinâmicas que configuram alteração de tendências passadas e na medida em que as raízes do fenómeno urbano

não são necessariamente coincidentes no Norte e na Galiza, a tipologia de dinâmicas urbanas nas cidades galegas e nortenhas pode naturalmente ser diferenciada.

Alguns exemplos permitem esclarecer melhor a necessidade desta diferenciação.

A leitura dos dois relatórios (cidades galegas e nortenhas) evidencia, por exemplo, que a evolução do ensino superior apresenta nas duas Regiões diferentes significados em matéria de dinâmicas urbanas. Vários factores contribuem para esse impacto diferenciado:

- O aparecimento de novas Universidades na Galiza é um processo bastante mais recente do que no Norte de Portugal e reveste fundamentalmente o modelo de descentralização da Universidade pública de Santiago de Compostela; pelo contrário, no Norte de Portugal, a criação das novas Universidades públicas do Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real) é anterior e a dinâmica de diversificação de estabelecimentos de ensino superior tem sido fundamentalmente privada;
- O processo de banalização da frequência do ensino superior é mais flagrante nas Cidades galegas, porque as condições de acesso ao ensino superior público são mais favoráveis do que em Portugal, onde o processo altamente selectivo e discriminatório de limitação de entradas controla artificialmente uma tendência estruturalmente irreversível que o sector privado tem aproveitado, nem sempre com os padrões mais aceitáveis de qualidade;
- A criação das novas Universidades públicas na Galiza veio, por sua vez, inserir-se numa tradição de animação urbana por parte da população jovem mais enraizada do que nas Cidades do Norte de Portugal, onde, pelo contrário, as novas Universidades assumem o papel de factor indutor dessas dinâmicas urbanas.

Em resumo, ora porque o quadro institucional que regula as políticas de formação superior é diferenciada, ora porque as novas Universidades servem tradições diferenciadas de animação urbana, o impacto da formação superior nas Cidades galegas e nortenhas em matéria de geração de novas dinâmicas urbanas não é homogéneo.

Este impacto diferenciado não significa, porém, que a formação universitária e as dinâmicas urbanas que lhe estão associadas não constituam um factor poderoso de relançamento da imagem de todo o espaço Galiza-Norte de Portugal. Mais do que isso, as Universidades concentram uma fracção significativa das energias e do potencial de cooperação disponíveis no interior do Eixo Atlântico. Os critérios da continuidade, do efeito social e do potencial inovador da animação induzida pelas dinâmicas universitárias são, assim, totalmente preenchidos, pelo que, apesar da diversidade de impactos e significados nas cidades galegas e nortenhas, a formação supe-

rior responde fielmente ao entendimento que o Estudo Estratégico tem das dinâmicas urbanas.

Do ponto de vista do enquadramento institucional das dinâmicas urbanas, não pode ignorar-se o próprio facto da autonomia regional e o significado da intervenção da Comunidade Autónoma. Mesmo que as dinâmicas urbanas não assumam no conjunto das intervenções da Xunta da Galiza uma expressão compatível com o potencial de mudança nelas contido, o nível da intervenção regional representa, designadamente no domínio das práticas e políticas culturais, um factor de peso a considerar.

Os Caminhos de Santiago, por exemplo, embora tenham partido de uma iniciativa de base eminentemente local (papel do Ayuntamiento de Santiago), rapidamente se projectaram para uma outra dimensão de realizações através da intervenção do nível regional, a qual, por sua vez, possibilitou outras formas de contratualização de iniciativas, nomeadamente com o Estado central.

O exemplo das dinâmicas universitárias ilustra porque é que a tipologia das dinâmicas urbanas nas Cidades galegas e nortenhas surge neste relatório temático diferenciada. Para além de diferentes enquadramentos institucionais e sociais há que referir as próprias opções metodológicas das equipas responsáveis por cada um dos estudos de base.

Assim, cabe referir que, com base nos já referidos critérios da continuidade, efeito social e potencial inovador das dinâmicas, nas cidades galegas foram identificadas as seguintes dinâmicas urbanas:

- Formação e educação;
- Investigação associada ao desenvolvimento tecnológico;
- Políticas, equipamentos e produção cultural;
- Relações político-institucionais e administrativas;
- Dinâmicas em torno das associações empresariais e Câmaras de Comércio.

Já no caso das Cidades do Norte de Portugal o estudo centra-se na análise das dinâmicas culturais, identificando, primeiro, três dimensões relevantes dessas dinâmicas (ensino superior, rede de equipamentos e oferta de actividades culturais e políticas culturais municipais) e realizando, depois, o estudo de alguns casos respeitantes a processos inovadores em curso.

Conforme pode observar-se pelo elenco anterior de dinâmicas seleccionadas, a principal diferença metodológica respeita à identificação, no caso português, de casos paradigmáticos, portadores de inovação urbana.

Os exemplos seleccionados foram-no unicamente a título ilustrativo, pretendendo evidenciar o sentido das mudanças que podem ser desenvolvidas a partir de experiências inicialmente pontuais:

- Globalização de instituições de cultura erudita – o exemplo da Fundação de Serralves no Porto;
- Formação de um agente cultural urbano – diálogo do Centro Cultural do Alto Minho com a Câmara Municipal de Viana do Castelo;
- A Universidade, o associativismo e a revalorização da arqueologia e da história urbana de Braga;
- A experiência do Instituto Politécnico de Bragança enquanto instrumento de reconfiguração dos públicos e dos hábitos urbanos;
- A ADRAT (Associação de Desenvolvimento do Alto Tâmega), em Chaves, como exemplo de formação de parcerias para o desenvolvimento.

Em resumo, para finalizar, cabe dizer que os pressupostos diferenciados em que foram realizados os estudos das dinâmicas urbanas nas cidades galegas e nortenhas são justificados pela diferenciação de enquadramentos e contribuem para enriquecer o alcance que o Estudo Estratégico das Cidades do Eixo Atlântico atribui a essas dinâmicas como capital inestimável de relançamento de todo o espaço conjunto Galiza-Norte de Portugal.

Resta referir que o presente relatório, dadas as dificuldades encontradas de sistematização de uma base informativa homogénea, suscita ainda a importância estratégica que pode revestir no futuro a criação de Observatórios Urbanos nas Cidades do Eixo Atlântico, inspirados por uma lógica de acompanhamento e avaliação de dinâmicas comuns.

ANÁLISE DE DINÂMICAS CULTURAIS
NAS CIDADES PORTUGUESAS

APRESENTAÇÃO

Este relatório pretende propor uma interpretação de conjunto sobre novas dinâmicas culturais, nas cidades portuguesas de Braga, Bragança, Chaves, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

Está dividido em quatro capítulos. Os três primeiros consideram algumas dimensões relevantes daquelas dinâmicas: o desenvolvimento das instituições de ensino superior e de investigação científica; a rede de equipamentos e oferta cultural e as suas relações com os públicos locais; e ainda as políticas culturais conduzidas pelas autarquias municipais. Não se esgotará, certamente, todas as dimensões relevantes para apreender dinâmicas urbanas, mas queremos crer que se valorizará algumas dimensões interessantes, nas quais se podem apreciar condições, protagonistas e projectos que emergiram ou se consolidaram, em tempos recentes, e que configuram transformações palpáveis no tecido social urbano, ao mesmo tempo que recursos decisivos para futuros programas de qualificação de tal tecido.

O último capítulo apresenta descrições de casos. O objectivo é de, numa perspectiva já mais transversal do que sectorial, ilustrar iniciativas e condições portadoras de potencial de inovação que já estão em curso no terreno e podem ser alargadas e desenvolvidas. Mais uma vez, a escolha dos casos não implica nenhuma hierarquização, nem pretende esgotar todas as iniciativas futurantes. O critério foi, outrossim, diversificar quer a natureza quer a localização dos exemplos, dentro dos limites fixados pela informação disponível.

Os autores procuraram situar-se num registo predominantemente analítico, evitando juízos expressos directamente em termos de valor, estético ou político; e numa escala agregada, evitando descer a minudências apenas pertinentes ao nível de descrições monográficas. Combinaram, sobretudo, quatro tipos de material: os dados, muitas vezes avulsos, fornecidos pelas entidades promotoras das iniciativas estudadas, assim como documentos de apresentação, programação ou avaliação dimana-

dos também delas; os dados recolhidos por inquérito postal, dirigido em 1994 aos museus, bibliotecas, salas de espectáculos, galerias de arte, livrarias, jornais e rádios locais; os resultados de entrevistas realizadas, entre Maio de 1993 e Abril de 1994, a protagonistas e agentes culturais, educativos e políticos das seis cidades; e a informação obtida através da consulta sistemática de imprensa nacional.

CAPÍTULO I

ENSINO SUPERIOR

1. O CRESCIMENTO DA REDE

A rede de ensino superior tem tendencialmente sofrido uma desconcentração territorial que decorre fundamentalmente da criação de uma rede de Institutos Politécnicos nas capitais de distrito (resultante da implementação formal do ensino superior politécnico em 1979, de acordo com o Decreto-Lei nº 513-T/79) e do crescimento dos estabelecimentos privados de ensino superior, os quais têm optado por estratégias mais desconcentradas de localização.

Actualmente, todas as cidades da Região do Norte inseridas na Associação do Eixo Atlântico dispõem de estabelecimentos de ensino superior, universitários, politécnicos ou outros estabelecimentos, de natureza pública ou privada.

Pode-se afirmar que a década de 70, mas fundamentalmente a década de 80, marcaram decisivamente a transformação da organização territorial da rede de ensino superior, alargando a sua malha aos principais centros urbanos de média dimensão, incluindo a totalidade das capitais de distrito. Desta forma, produziram-se impactos muito significativos, quer no desenvolvimento desses centros urbanos, quer na atractividade que os mesmos adquiriram face à população jovem e face a actividades económicas e culturais de natureza inovadora dentro do seu tecido sócio-económico.

A Universidade do Minho (UM) em Braga, criada em 1973, inicia o seu funcionamento no ano lectivo de 1975/76 e marca, com o Instituto Politécnico de Vila Real, criado em 1973, os primórdios da «desconcentração» da rede de ensino superior público na Região do Norte, até então exclusivamente localizada na cidade do Porto. Este Instituto de Vila Real, dá lugar em 1979 ao Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro e posteriormente, em 1986, é transformado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

No seguimento da implementação da rede de ensino superior politécnico, aprovada em 1979, o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), cujo começo da instalação data de 1983, iniciam a sua actividade no ano lectivo de 1986/87. Paralelamente, instala-se o Instituto Politécnico do Porto (IPP).

A cidade de Chaves mantém-se até finais da década de 80 sem estabelecimentos de ensino superior, até à criação do Pólo da UTAD que data de 1990.

Nos últimos anos tem-se verificado um crescimento do número de estabelecimentos de ensino superior particular e cooperativo, incluindo de nível universitário. Este fenómeno, embora tenha acentuado declaradamente a concentração de estabelecimentos no Porto, reforçou também alguma desconcentração da rede, com novos estabelecimentos quer em cidades de média dimensão do interior da região – Bragança, Chaves, Lamego –, quer em centros urbanos de média dimensão no litoral – Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Santa Maria da Feira, Penafiel – e dentro da Área Metropolitana do Porto – Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia.

O ensino superior particular, de nível universitário, surge na cidade de Braga com a Universidade Católica Portuguesa, inicialmente apenas com a faculdade de Teologia e mais recentemente com a faculdade de Filosofia. Nas cidades de Bragança e Chaves, surgem respectivamente o Instituto Superior de Línguas e Administração e o Instituto Superior Politécnico Internacional, ambos estabelecimentos de ensino superior particular.

A análise da evolução do ponto de vista da distribuição da população a frequentar o ensino superior pela rede de cidades do Eixo Atlântico, permite retirar algumas conclusões sobre o potencial de alteração das dinâmicas urbanas, nesta mesmas cidades.

Considerando dois anos lectivos dos últimos dez anos (sobre os quais se dispõe de informação comparável sobre o número de alunos inscritos no ensino superior), 1988/89 e 1991/92, no global das cinco cidades do Eixo Atlântico, o número de alunos inscritos no ensino superior aumentou em 75%. Este aumento foi sensivelmente mais baixo em Vila Real e no Porto, com respectivamente 67% e 53%.

No caso do Porto, o crescimento de alunos inscritos no Ensino particular e cooperativo e Universidade Católica representa a grande parcela, uma vez que o número de alunos inscritos no Ensino público, entre os dois anos considerados, apenas cresce 16%.

Nas restantes cidades, as taxas de crescimento do número de alunos inscritos no ensino superior entre 1988/89 e 1991/92 atingem valores entre os 145% em Viana do Castelo e os 208% em Bragança. No entanto, convém entrar em consideração que se trata de taxas referentes a valores absolutos muito mais baixos (à volta dos 1000 alunos naquelas duas cidades em 1991/92 e dos 8500 em Braga para o mesmo ano).

No ano lectivo de 1991/92, a distribuição relativa dos alunos inscritos no ensino superior, nas cidades do Eixo Atlântico, era a seguinte: Porto, 73%; Braga, 15%; Vila Real, 7%; Bragança, 2,8%; Viana do Castelo, 1,5%; e Chaves, 0,7%.

Comparando a população discente no ensino superior com a população residente em cada uma das cidades do Eixo, aparecem algumas diferenças significativas, que se traduzirão por situações distintas em termos do seu impacto na vida social e cultural das respectivas cidades.

A relação entre o número de alunos inscritos no ensino superior no ano lectivo de 1991/92 e a população total residente na cidade (freguesias urbanas) em 1991, atinge o valor mais alto em Vila Real – 19,6% – seguida do Porto – 13,4%. Relativamente às restantes cidades do Eixo Atlântico, numa posição intermédia colocam-se Braga e Bragança, respectivamente com valores de 8,7% e 9,8% e, nitidamente em situação diferente, Chaves e Viana do Castelo, com valores respectivamente de 2,0% e 2,6%.

Se se considerar a relação entre o número de alunos inscritos no ensino superior no ano lectivo de 1991/92 e a população residente no concelho em 1991 com idade compreendida entre os 15 e 24 anos, a configuração relativa das cinco cidades do Eixo Atlântico é idêntica, apesar de o Porto apresentar o valor mais elevado 64,2%, para 40,8% de Vila Real, mantendo as restantes cidades as suas posições relativas, embora com alguns desfasamentos mais acentuados: Bragança atinge os 24,4% enquanto que Braga se fica pelos 12,8%; para Viana do Castelo o valor dessa relação é de 5,0% e para Chaves é de 3,9%.

O desfasamento relativo do último valor no Porto tem a ver, principalmente, com o facto de se estar a considerar para esta cidade a mesma população base nos dois indicadores, enquanto que, para as restantes cidades, a primeira relação referida tem por base a população da cidade e a segunda tem por base a população do concelho, em determinada faixa etária).

Considerando estes dois indicadores quantitativos, é possível supor que as diferentes cidades do Eixo Atlântico, excluindo o caso do Porto, cidade tradicionalmente integrante de uma população universitária numerosa, tenham conhecido, com a instalação do ensino superior, processos significativos de dinamização do seu contexto urbano, quer pela participação de uma «nova» população na vida da cidade, quer pela dinamização que em geral se produz, num conjunto de actividades de serviços, nomeadamente comerciais e de restauração.

Nas cidades de Vila Real e de Bragança, ter-se-ão eventualmente desenvolvido processos mais acentuados de transformação, no primeiro caso em virtude de um impacto quantitativo maior e no segundo, embora quantitativamente menos importante, a evolução foi relativamente rápida (a partir de 1986).

Não é apenas a instalação da população discente, quantitativamente mais dila-

tada, que traz alterações significativas nos contextos urbanos em causa. A fixação de uma «classe» docente, à qual estão associados frequentemente os investigadores, é igualmente um factor importante de dinamização da vida social e cultural das cidades.

As cidades do Eixo Atlântico concentram entre 5000 e 6000 professores do ensino superior, encontrando-se naturalmente a maior parte destes localizados no Porto, com perto de 80% do corpo docente da Região Norte. Nesta cidade, a faixa mais representativa de docentes encontra-se ligada à Universidade do Porto (um total de 2099 em 1993), praticamente metade dos docentes de ensino superior a leccionar em estabelecimentos da cidade. O Instituto Politécnico do Porto é o segundo estabelecimento por ordem hierárquica de número de docentes, ultrapassando os 10% do total de docentes na cidade.

Vila Real e Braga, cidades com uma forte expressão do ensino universitário, manifestam desde finais da década de 70 uma capacidade crescente de fixação dos seus corpos docentes, que actualmente se aproximam dos 10% do corpo docente regional. Este fenómeno deve-se nomeadamente à crescente capacidade que as respectivas estruturas universitárias têm desenvolvido nos campos da investigação e da inserção no tecido regional.

Nas cidades de Viana do Castelo, Bragança e Chaves, onde as estruturas de ensino superior são mais recentes, ainda não estão criadas as condições suficientes para uma plena fixação dos respectivos corpos docentes. Neste aspecto, Chaves está ainda nitidamente no início de um processo de consolidação dos seus estabelecimentos de ensino superior.

2 A OFERTA DE FORMAÇÃO

O crescimento das estruturas de ensino superior está em certas cidades associado a uma diversificação das formações, respondendo nomeadamente às novas procuras de formação da população residente; noutros casos, onde é mais recente a sua instalação, tem-se verificado uma oferta de formações mais relacionada com as oportunidades de trabalho regionais e com a necessidade de formação de recursos humanos adequada ao tecido económico regional.

É visível, em termos gerais, um encetar do processo de desconcentração do ensino superior, principalmente na vertente politécnico, apoiado nas formações de professores e educadores e de técnicos de saúde (enfermagem). Este fenómeno é manifesto no lançamento da rede de Institutos Politécnicos a nível nacional, que integram antigas escolas existentes nas cidades de Viana do Castelo e de Bragança.

Na Universidade do Minho, no total dos três primeiros anos lectivos (1975/76 a 1977/78), o número de alunos inscritos em formações direccionadas para o Ensino representava cerca de 70% do total de alunos. Actualmente, no ano lectivo de 1992/93, essa relação passou para 25%.

Recentemente, a criação do Pólo da UTAD em Chaves repete mais uma vez esta ligação, dado que inicia a sua actividade com os cursos de Formação de Professores do 1º ciclo do Ensino Básico e de Educadores de Infância. No entanto, a anterior instalação da Universidade Internacional nesta cidade contrariou essa tendência, na medida em que se criaram cursos na área das ciências económico-sociais.

Em termos globais, para as cinco cidades do Eixo Atlântico, considerando o número de alunos inscritos em cursos de licenciatura e de bacharelato, a distribuição actual (ano lectivo de 1991/92) por áreas de formação evidencia a importância dos cursos na área das ciências jurídicas e económico-sociais com 37,5% dos alunos, seguida dos cursos de ciências tecnológicas com 20,5%. Os alunos inscritos nos cursos das áreas das ciências básicas e experimentais e nas das clássicas e humanidades representam respectivamente 14,5% e 12,5% do total de alunos inscritos nas cinco cidades. Numa posição intermédia colocam-se os cursos das ciências da saúde, com cerca de 7,7% dos alunos e na base da hierarquia, quer os cursos de artes e design, quer os cursos na área da «educação» (formação para o ensino), respectivamente com 3,8% e 3,5%.

Considerando o peso relativo dos alunos inscritos em cursos segundo as áreas de formação consideradas, pode-se de algum modo identificar os perfis da procura de formação no ensino superior para as cinco cidades do Eixo Atlântico.

Braga e Vila Real constituem dois pólos importantes de formação na área das ciências tecnológicas, embora disponham de uma composição relativamente equilibrada entre os cursos nesta área e os das áreas das ciências básicas e experimentais, ciências jurídicas e económico-sociais e clássicas e humanidades no caso de Braga e, os cursos nas áreas das ciências básicas e experimentais, clássicas e humanidades e ciências da saúde, no caso de Vila Real.

A cidade de Chaves, em 1991/92, apresentava uma situação particular, uma vez que todos os cursos oferecidos se concentravam na área das ciências jurídicas e económico-sociais. Após a instalação do Pólo da UTAD, desenvolveu-se a vertente das formações na área da «educação».

As cidades de Viana do Castelo e Bragança, onde foi determinante o desenvolvimento do ensino superior politécnico público, a situação inicial de uma preponderância das formações na área da educação foi ultrapassada por situações mais equilibradas. No caso de Bragança, o número de alunos distribui-se de forma equivalente pelos cursos nas áreas das ciências básicas e experimentais, das ciências jurídicas e económico-sociais e da «educação». Em Viana do Castelo, continua a ser dominante

o número de alunos inscritos em cursos na área da «educação» (cerca de 63%) e os restantes, na sua maioria, frequentam cursos na área das ciências jurídicas e económico-sociais e, uma parte muito pequena, na área das ciências tecnológicas.

No Porto, a situação é muito próxima da média global, embora se acentue a área das ciências jurídicas e económico-sociais, em detrimento, se assim se pode dizer, da área das ciências tecnológicas. É a única cidade com oferta de cursos na área das artes e design, cursos que apresentam um número significativo de alunos, cerca de 5,2% do total da cidade.

3 OS IMPACTOS URBANOS

• A existência ou a criação de estabelecimentos de ensino superior numa cidade tem em geral impactos muito significativos, que influenciam uma diversidade de vertentes da vida urbana e do seu tecido sócio-cultural.

No quadro do presente estudo sobre as cidades do Eixo Atlântico, a análise do impacto da inserção do ensino superior nas referidas cidades, inclui fundamentalmente duas componentes. Uma primeira, de diagnóstico das novas condições que se têm feito sentir na cidade do Porto, quer pela capacidade de inovação da Universidade do Porto, quer pela instalação crescente de estabelecimentos privados de ensino superior nesta cidade. Uma segunda componente, dirigida às restantes cidades, em que se analisam os principais efeitos da criação dos estabelecimentos de ensino superior nesses centros urbanos, a partir de finais da década de 70.

O impacto que o desenvolvimento do ensino superior produz ao nível das estruturas de investigação e desenvolvimento e da capacidade de inovação do tecido empresarial é decisivo no quadro do processo de desenvolvimento local e regional. Esse impacto não se dissocia do conjunto de transformações que se processam ao nível da educação, da informação e da cultura da comunidade. Neste ponto da análise, procura-se aprofundar fundamentalmente os contributos que o ensino superior tem trazido como factor de dinamização da vida social e cultural das cidades, não deixando contudo de os relacionar com uma abordagem global do papel do ensino superior no desenvolvimento urbano e regional.

Nesta medida, consideram-se como principais forças de dinamização da cidade:

- o potencial de abertura e de internacionalização que os estabelecimentos de ensino superior produzem;
- a oferta de actores e produtores da animação cultural;
- a formação de novos públicos dinamizadores das estruturas locais de animação urbana.

i) Qualquer que seja a situação evolutiva em que se encontram as estruturas de ensino superior nas cidades do Eixo, tradicionalmente enraizadas como no caso da cidade do Porto ou de implantação muito recente como em Bragança, Viana do Castelo e especialmente Chaves, elas constituem importantes pólos de atracção de pessoas, principalmente jovens, para a cidade e importantes factores de abertura e ligação da cidade com o exterior.

Este fenómeno foi referido no início deste capítulo, e pode ser evidenciado quantitativamente, se se compararem os valores que assume para algumas cidades do Eixo a percentagem do número de alunos inscritos no ensino superior no total de população residente nos respectivos concelhos com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos,

- Porto 64,2%
- Vila Real 40,8%
- Bragança 24,4%
- Braga 12,8%,

com o índice médio para Portugal, da percentagem do total de alunos inscritos no ensino superior em 1990/91 no total de população residente em Portugal em 1991 com idade compreendida entre os 15 e 24 anos, que é igual a 11%.

Quanto às ligações da cidade com o exterior, este aspecto não se prende só com a ligação dessa população estudantil com o exterior, nomeadamente de onde provém, mas, também, com um importante potencial da cooperação que se desenvolve em torno das próprias estruturas de ensino, dos seus corpos docentes e de investigação associados e da cooperação entre os discentes.

Neste aspecto, têm-se desenvolvido diversos domínios de cooperação no âmbito de programas específicos europeus, como é o ERASMUS, para o intercâmbio de discentes de diferentes estabelecimentos de ensino superior, em que participam a Universidade do Porto, a Universidade do Minho, a UTAD, o Instituto Politécnico de Bragança.

Importante é também a colaboração entre a Universidade do Porto, a Universidade do Minho e a Universidade de Aveiro, no sentido de criar em Bruxelas, uma representação permanente, «UPAM EC Liaison Office», a funcionar desde 1992/93. Esta representação tem desenvolvido o apoio directo a professores, investigadores e estudantes na preparação e acompanhamento de candidaturas e permitiu a integração destas Universidades no «Small Group» (inicialmente reuniu representantes de três gabinetes nacionais existentes em Bruxelas a trabalhar com investigação e actualmente reúne doze, constituindo um espaço privilegiado para troca de experiências e de informação), o qual tem valorizado a presença portuguesa nos trabalhos ligados à educação e investigação.

No âmbito da cooperação inter-regional, refere-se o caso da Cooperação Fundação Gomes Teixeira/FEUGA, Fundação Universidade/Empresa das Universidades da Galiza, que pretende promover encontros científicos e culturais entre as universidades e promover projectos europeus conjuntos.

A UTAD e a Universidade de Vigo desenvolveram também um programa de cooperação para a organização de Cursos de Verão em 1993, que decorreram nas cidades de Chaves, Orense, Pontevedra e Vigo. Os cursos incidiram sobre quatro temas diversos, permitindo às Universidades uma maior abertura a toda a comunidade, cumprindo a função de «centros de renovação de conhecimentos e de debate cultural, científico e empresarial», conforme documentos oficiais.

A cooperação em torno do espaço geográfico dos Caminhos de Santiago, Grupo Compostela de Universidades, agrega 57 Universidades da Europa, entra as quais as Universidades do Porto, do Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro e as Universidades da Galiza, tendo como objectivo o estabelecimento de acordos de cooperação nos domínios académico, cultural e sócio-económico, com vista a estimular contactos relacionados com o desenvolvimento social e tecnológico.

A outro nível, no que respeita à cooperação entre associações académicas, refere-se a Associação de Estudantes de Economia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, membro da Associação Internacional de Estudantes de Economia e Gestão, que desenvolve uma importante cooperação com o exterior, realizando normalmente um Fórum internacional na cidade de Viana do Castelo.

Paralelamente ao potencial de internacionalização que as dinâmicas de cooperação referidas permitem, os estabelecimentos de ensino superior, especialmente as universidades, constituem excelentes contributos de formação e valorização da «imagem da cidade» e, nessa medida, da sua internacionalização.

Neste domínio é extremamente importante referir as novas perspectivas com que se coloca a Fundação Gomes Teixeira da Universidade do Porto, no plano da afirmação da Universidade do Porto, regional, nacional e internacionalmente, procurando capitalizar para a cidade e para a região todo o potencial que a Universidade tem produzido ao nível de licenciados, doutorados, interfaces com empresas e outras instituições, etc. A promoção da Universidade é, ou pode vir a ser, nestes casos, sem dúvida, um importante factor de afirmação de uma «imagem de marca» para a cidade.

ii) Os estabelecimentos de ensino superior, enquanto organizações vivas detentoras de um potencial humano, científico e cultural significativo, dispõem em regra de uma boa capacidade de promoção de actividades de produção e difusão artística e cultural. Nesta matéria, integram-se diferentes componentes dessas organizações, desde os equipamentos de âmbito cultural e científico de que elas dispõem, aos gru-

pos de produção e difusão artística que dinamizam e aos acontecimentos e programas que promovem.

A Universidade do Minho integra um conjunto importante de equipamentos culturais (Unidades Culturais) que, com o desenvolvimento da sua programação, têm constituído um dos mais significativos factores de animação cultural da cidade. Trata-se da Biblioteca Pública de Braga, integrada na Universidade em 1975, do Museu D. Diogo de Sousa, da Unidade de Arqueologia da UM, do Arquivo Distrital de Braga, do Centro de Estudos Lusíadas, criado em 1986 e da Unidade de Educação de Adultos, criada em 1982.

A Biblioteca Pública de Braga, mantém uma excelente visibilidade exterior, traduzida nomeadamente numa programação cultural muito significativa para a cidade, quer ao nível do conjunto de actividades que promove, exposições bibliográficas, conferências, encontros de escritores, recitais, etc., quer da animação da sua secção infantil e juvenil. Recentemente, a assinatura do contrato-programa para a criação da Biblioplis, assinado com o IPLL e a Câmara Municipal, permitirá com certeza um alargamento da sua actuação no espaço cultural da cidade.

A Unidade de Arqueologia tem contribuído através do seu trabalho, em colaboração com o Museu D. Diogo de Sousa, para animar na cidade, uma reflexão e o debate sobre as questões da salvaguarda do património. Desenvolvendo-se desde a sua criação como unidade de investigação e de formação, com a promoção mais recente de áreas de investigação inovadoras, nomeadamente a arqueologia da paisagem, esta entidade constitui, em associação com o Museu, um potencial excelente de informação da população em geral e de formação da sua relação com a história e o património da cidade.

A Universidade do Minho tem desempenhado para além disso um papel importante na dinamização cultural da cidade, através da fixação de uma crescente população discente e de um alargado conjunto de professores e doutorados, que hoje fazem parte na cidade, de um público «cultural» capaz de absorver uma oferta de animação exterior à própria Universidade.

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro tem mantido, no que respeita à sua inserção na cidade de Vila Real, um papel relativamente menos significativo no que respeita à animação cultural da cidade.

Apesar da oferta de espaços para a realização de grandes eventos e de alguns importantes equipamentos desportivos, a UTAD não adquiriu ainda um papel decisivo enquanto dinamizadora da «cena» cultural da cidade. Contudo, têm-se intensificado os programas organizados e abertos ao exterior, nomeadamente colóquios e conferências, dentro de problemáticas do desenvolvimento, da investigação tecnológica e das Letras, congressos, como é exemplo o Congresso Nacional de Desporto Universitário e seminários e cursos, nomeadamente de fotografia, de ludotecários, de desporto.

O Departamento de Letras tem-se mantido mais ligado à área da dinamização cultural, nomeadamente com um conjunto de actividades em colaboração com o Arquivo Distrital de Vila Real.

A Universidade dispõe ainda de vários grupos de animação e produção artística, que funcionam dentro do seu «Campus», relativamente desinseridos do tecido urbano, o Teatro Universitário, o Cineclube, as duas Tunas e o Orfeão.

Recentemente, algumas alterações de posicionamento da Fundação Gomes Teixeira e da Reitoria da Universidade do Porto projectam uma maior intervenção desta Universidade no plano da animação cultural da cidade.

A aposta decisiva que a Fundação Gomes Teixeira assumiu desde o ano de 1993 no papel da Fundação como Forum, vislumbra uma significativa abertura da Universidade à cidade e ao público local e regional. As linhas de intervenção propostas para o Plano de Actividades de 1994 têm por objectivo diversificar e aumentar os contactos dos docentes e discentes da Universidade com os elementos da sociedade, quer a nível da cidade, quer regional e nacionalmente, para o que a Fundação tem procurado novos parceiros institucionais para a realização das iniciativas.

Dentro da perspectiva das contribuições que estas actividades poderão vir a dar no campo da animação cultural urbana destacam-se, no Plano de actividades de 1994 da Fundação, os temas das «Conversas no Círculo», da «Música» e da «Exposição da Amazônia e do Nordeste Brasileiro». No primeiro tema, propõe-se a Fundação animar o Círculo Universitário com actividades e encontros de âmbito cultural sobre diversas vertentes artísticas. No âmbito do segundo tema, será organizado um novo curso sobre «História da Música», da responsabilidade do Maestro António Vitorino de Almeida, aberto à comunidade. Finalmente, no terceiro tema serão realizadas duas exposições sobre temas brasileiros, apoiadas na cooperação que se tem desenvolvido entre a Universidade do Porto e as suas congéneres brasileiras.

Dentro do âmbito do *Boletim da Universidade do Porto*, a Fundação Gomes Teixeira vai dar continuidade à sua produção normal, assegurando o interessante espaço de comunicação entre a Universidade e o exterior que esta publicação veio tomar desde a sua criação em 1990, entre a comunidade local e regional e a cidade. Paralelamente vão continuar os programas de debates e conferências que a Universidade vem promovendo, nomeadamente a continuação do Ciclo de Debates «A Universidade do Porto Agora». Estas actividades tem tido uma boa receptividade fora do círculo restrito da Universidade, interessando a um público mais alargado, nomeadamente docentes e alunos do ensino secundário.

A Universidade do Porto dispõe também de um espólio de valores museológicos riquíssimo, disperso pelas faculdades e institutos que a integram, e que se encontra organizado em diferentes núcleos museológicos e museus, animados por cada uma

dessas instituições. O tratamento e a divulgação desse património está a cargo de cada uma das escolas e institutos que pertencem à Universidade.

Há intenção, por parte da Universidade do Porto, de organizar todo esse espólio de forma mais articulada e de melhorar a sua divulgação, de forma a que a cidade seja mais acessível o seu conhecimento. Não existe ainda um projecto final sobre o modo como esta ideia será concretizada, no entanto ele será, sem dúvida, de grande impacto para a cidade do Porto.

Os grupos de produção artística inseridos na Universidade do Porto, o Coral de Letras, o Orfeão e o Teatro Universitário do Porto, têm também assumido participações significativas na dinâmica cultural da cidade, contribuindo para aumentar a sua visibilidade externa a nível urbano e internacional.

No que respeita ao Instituto Politécnico de Bragança, o processo de integração da população estudantil e docente na vida urbana foi, de acordo com a opinião local, bastante bom, em virtude do perfil académico que a cidade já possuía. Bragança, pelo facto de ter constituído sempre o centro mais importante de oferta de estabelecimentos de ensino a nível distrital (nomeadamente de ensino secundário, tendo sido durante muitos anos a única cidade do distrito a dispor de Escola Secundária), contou sempre com uma população estudantil numerosa.

A boa inserção do Instituto na cidade facilitou a integração ou a ligação da população discente e docente, aos principais actores e instituições culturais existentes, facilitando deste modo a sua dinamização.

Destaca-se a colaboração com a Companhia Teatro em Movimento, o envolvimento no Forum Nordeste, associação de carácter cultural, a colaboração com a Câmara Municipal na animação do Auditório Paulo Quintela.

O Instituto possui ainda grupos de divulgação e produção artística internos, como são a Tuna, o Grupo coral e o Grupo de teatro amador, que contribuem também para a animação de alguns dos espaços urbanos de lazer, que são dinamizados pelos próprios estudantes.

No âmbito do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, surgiram recentemente duas novas instituições na cidade, que procuram promover quer projectos de natureza científica e de investigação, quer o debate de opiniões sobre o desenvolvimento da cidade e da região, e que contribuirão para aumentar a visibilidade da cidade e suas relações com o exterior.

O Forum Vianense é uma associação constituída em 1993, que agrega um conjunto de sócios fundadores originários do distrito de Viana do Castelo ou do exterior, grande parte deles ligados ao próprio Instituto Politécnico e que tem por objectivo, debater os problemas do Alto Minho no sentido de fornecer contributos para o seu desenvolvimento equilibrado, podendo consubstanciar-se num programa de acções.

O Forum propõe-se implementar um conjunto de actividades de animação da cidade e da região e da sua abertura ao exterior, nomeadamente conferências, congressos e seminários, projectos de cooperação com outras associações nacionais e estrangeiras com idênticos fins, edição e difusão de publicações de carácter técnico e científico e difusão de opinião através dos órgãos de comunicação social.

A Fundação Fernão de Magalhães, que possui um carácter mais fechado sobre o próprio Instituto, tem por objectivo o incentivo de docentes e estudantes no desenvolvimento de projectos de investigação com interesse para o Instituto e para a cidade, procurando desta forma potenciar a riqueza de que o Instituto Politécnico é possuidor, enquanto maior instituição da cidade e da região em termos de «massa crítica» e de pessoal qualificado. A Fundação agrega na sua constituição um conjunto de empresas locais, de bancos, a Comissão Regional de Turismo do Alto Minho e outras instituições.

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo oferece e virá a oferecer à cidade, um conjunto de equipamentos, que contribuem para qualificar a sua oferta cultural. As Escolas dispõem de auditórios de capacidades próximas dos 200 lugares, com disponibilidade para constituírem espaços complementares da animação cultural urbana.

O Centro Académico, actualmente em construção, para além de residência de estudantes e de instalação do núcleo de acção social, vai integrar o Centro de Artes de Viana do Castelo. Com o objectivo de valorizar a cidade em termos da salvaguarda e do restauro do seu património histórico e arquitectónico, este Centro propõe-se vir a ser na cidade, um núcleo de formação profissional nos domínios do restauro, do tratamento de materiais, das artes e ofícios tradicionais, facultando nomeadamente aos arquitectos bons profissionais de apoio no seu trabalho.

Outro dos projectos em curso no Instituto Politécnico é a instalação no futuro Auditório (para cerca de 400 lugares) da sua sede, de um Centro de Produção audiovisual, que permitirá o funcionamento de 4 canais de televisão simultâneos, preparado com o equipamento necessário para fazer rádio ou televisão. A implementação deste projecto poderá vir a animar na cidade uma nova fileira no campo da comunicação e da imagem, potenciando nomeadamente as actividades que algumas das associações de estudantes já desenvolvem, com programas nas rádios locais e que, no âmbito do Centro Cultural do Alto Minho, a Oficina de Cinema e Audiovisuais tem promovido desde o início da década de 80, nas áreas do vídeo e do cinema.

Na cidade de Chaves, embora com um processo mais recente de instalação de estabelecimentos do ensino superior, foi manifesto nos últimos dois anos um reforço institucional no quadro das actividades de animação cultural urbana e regional. Trata-se do envolvimento, em 1992, da direcção do Pólo da UTAD e da Universidade Internacional em Chaves, na organização do Encontro Arte Jovem, iniciativa ligada às artes plásticas que contribuiu significativamente para alargar a visibilidade externa e animação da cidade de Chaves.

iii) Os processos de desconcentração do ensino superior, com a consequente instalação de Universidades e de Institutos Politécnicos fora das grandes cidades (Lisboa, Porto e Coimbra), produziram em geral processos interessantes de consolidação ou de formação de novas dinâmicas de animação nas cidades em que se instalaram esses estabelecimentos.

Dentro da rede de cidades do Eixo Atlântico verifica-se que o impacto da criação dessas novas estruturas de ensino, formação e investigação, adquiriu gradações relativamente diferentes, dependendo nomeadamente de outras características intrínsecas às dinâmicas culturais pré-existentes.

Em Braga, a população universitária crescente, engrossada por um número cada vez maior de docentes e de discentes, que provêm da cidade ou que nela fixam residência, veio potenciar a participação e o consumo cultural de uma «classe média urbana» existente.

Nesta medida, a cidade viu crescer a oferta de estruturas de lazer e recreio, particularmente dirigidas aos jovens e tem acolhido, com maior ou menor capacidade de valorização, um conjunto de fenómenos culturais, nomeadamente dentro da produção cultural com qualidade e de carácter inovador. Este crescimento contribuirá, com certeza, para aumentar a sua visibilidade externa enquanto pólo urbano de animação cultural.

A evolução na cidade de Vila Real é, contudo, relativamente diferente. A Universidade implantou-se na cidade, mas a inserção da sua população docente e discente na vida cultural urbana foi mais lenta. O impacto da Universidade na cidade fez-se sentir em primeiro lugar, ao nível do pequeno comércio, da oferta de espaços de recreio e de lazer, da oferta de novas habitações, sem contudo se conseguir uma boa integração desta população vinda «de fora», com os diferentes grupos sociais existentes.

A relativa dificuldade de inserção de uma população exterior que hoje praticamente atinge metade da população residente na cidade, foi acentuada de certa maneira pelo posicionamento de parte das instituições locais. A cidade esperou sempre que a Universidade oferecesse à nova população que esta atraiu mais do que aquilo que se disponibilizou a oferecer em termos de equipamentos e serviços.

Esta ideia verifica-se no caso da oferta de espaços culturais e de actividades de índole cultural, nas questões dos transportes, na oferta de habitação, na qualificação dos espaços urbanos, na oferta de equipamentos. O valor acrescentado que a população ligada à Universidade poderia ter introduzido nas dinâmicas culturais da cidade de Vila Real, quer em termos qualitativos, quer de inovação e diversificação, ficou, desta forma, subaproveitado, em virtude das dificuldades que essa população tem sentido no que respeita ao seu enraizamento social e cultural local.

Os dois processos de crescimento dos Institutos Politécnicos de Bragança e de Viana do Castelo são relativamente distintos em virtude das diferenças que se verificam entre os perfis turístico e cultural das duas cidades.

Finalmente, o processo de Chaves tem algumas especificidades, na medida em que coincidiram no tempo, a criação na cidade de uma massa estudantil a frequentar o ensino superior e a política municipal de valorização e revitalização do centro histórico da cidade. Estes dois factores tiveram um significativo impacto na dinamização de um conjunto de serviços e de espaços, no domínio dos lazeres urbanos e da animação nocturna.

CIDADES	
BRAGA	Ensino Superior Público exclusivamente tutelado pelo Ministério da Educação – Universitário
BRAGANÇA	Ensino Superior Público exclusivamente tutelado pelo Ministério de Educação – Politécnico Ensino Particular, Cooperativo e Universidade Católica – Outros estabelecimentos
CHAVES	Ensino Superior Público exclusivamente tutelado pelo Ministério da Educação – Universitário Ensino Superior Público exclusivamente tutelado pelo Ministério da Educação – Artes Plásticas e Design Ensino Particular, Cooperativo e Universidade Católica – Outros estabelecimentos
PORTO	Ensino Superior Público exclusivamente tutelado pelo Ministério da Educação – Universitário Ensino Superior Público exclusivamente tutelado pelo Ministério da Educação – Artes Plásticas e Design Ensino Superior Público exclusivamente tutelado pelo Ministério da Educação – Politécnico Ensino Particular, Cooperativo e Universidade Católica – Universidades Ensino Particular, Cooperativo e Universidade Católica – Outros estabelecimentos
VIANA DO CASTELO	Ensino Superior Público exclusivamente tutelado pelo Ministério da Educação – Politécnico
VILA REAL	Ensino Superior Público exclusivamente tutelado pelo Ministério da Educação – Universitário

[illegible]

Estabelecimentos do Ensino Superior Particular e Cooperativo
· Cursos com reconhecimento oficial – Julho de 1992

CIDADES	INSTITUIÇÕES	CURSOS
BRAGA		
BRAGANÇA	ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração	Bac. Informática e Gestão Bac. Secretariado
CHAVES	ISPI – Inst. Sup. Polit. Internacional Universidade Internacional	Bac. Secretariado Internac. Lic. Gestão
PORTO	DIMENSINO – Ens., Desenv. e Coop. ESAP – Esc. Sup. Art. do Porto Esc. Sup. de Educ. Paula Frassinetti Esc. Sup. Educ. Santa Maria Esc. Sup. de Enferm. Imaculada Conceição Esc. Sup. de Enferm. Santa Maria Esc. Sup. de Jornalismo Inst. Erasmus de Ensino Superior IESF – Inst. de Est. Sup. Fianc. e Fiscais IPAM – Inst. Port. de Administ. e Market. ISAG – Inst. Sup. de Administ. e Gestão ISAI – Inst. Sup. de Assist. e Intérpretes	Lic. Ciências do Desenvolv. e Coopera- ção Lic. Direito Lic. Estudos Europeus Lic. Org. e Gestão de Emp. Lic. Arquitectura Bac. Animação Cultural Bac. Cine Vídeo Bac. Desenho Bac. Fotografia Bac. Manualidade Artística Bac. Pintura Bac. Teatro Bac. Educadores de Infância Dese Educação Especial Bac. Educadores de Infância Bac. Enfermagem Bac. Enfermagem Bac. Comunicação Social Dese Jornalismo Internacional Lic. Antropologia Lic. Ciências de Comunicação Lic. Literatura Comparada Bac. Assessoria de Administ. Bac. Ciências Administrativas Bac. Comércio Bac. Gestão das PME Bac. Gest da Banca e Seguros Bac. Gest. Intern. e Export. Bac. Gest. e Téc. Fiscal Bac. Gestão e Marketing Bac. Gestão Dese Gestão Financeira Bac. Assist. de Direcção Bac. Gestão Bac. Tradutores-Intérpretes Bac. Turismo

Estabelecimentos do Ensino Superior Particular e Cooperativo
Cursos com reconhecimento oficial – Julho de 1992 (cont.)

CIDADES	INSTITUIÇÕES	CURSOS
PORTO	Inst. Sup. de Ciências Dentárias	Medic. Dentária (aguarda conf. do grau de lic.)
	INCET – Inst. Sup. De C. Emp. e Tur.	Bac. Gestão de Emp. Turist.
	ISCIE – Inst. Sup. de C. da Inf. e da Emp.	Bac. Guia Intérprete Bac. Eng. da Const. Civis Bac. Eng. de Man. de Equip. Eléctricos Bac. Eng. de Man. de Equip. Informáticos Bac. Eng. de Man. de Equip. Médico-Hospitalares Bac. Eng. de Man. de Equip. Têxteis Bac. Eng. Publicitária Bac. Gestão de Produção Bac. Gestão dos Transportes Bac. Marketing Bac. Relações e Cooperação Internacionais Bac. Relações Públicas Dese Eng. de Const. Civis Dese Eng. Publicitária Dese Gestão dos Transportes Dese Marketing Dese Relações e Cooperação Internacionais Dese Relações Públicas Lic. Serviço Social Bac Informática Lic. Arquitectura Lic. Direito Lic. Economia Lic. Gestão Lic. Matemáticas Aplicadas Lic. Relações Internacionais Lic. Ciências Históricas Lic. Direito Lic. Economia Lic. Estatística Lic. Gestão de Empresas Lic. Inf./Matem. Aplicadas Lic. Informática de Gestão Lic. Matemática Mestrado Finanças Mestrado Rel. Internacionais
	ISCIE – Inst. Sup. de Ciências da Informação e da Empresa (cont.)	
	ISSSP – Inst. Sup. de Serv. Soc. do Porto ISTEC – Inst. Sup de Tecn. Avançadas Universidade Lusíada	
	Univ. Portucalense Infante D. Henrique	

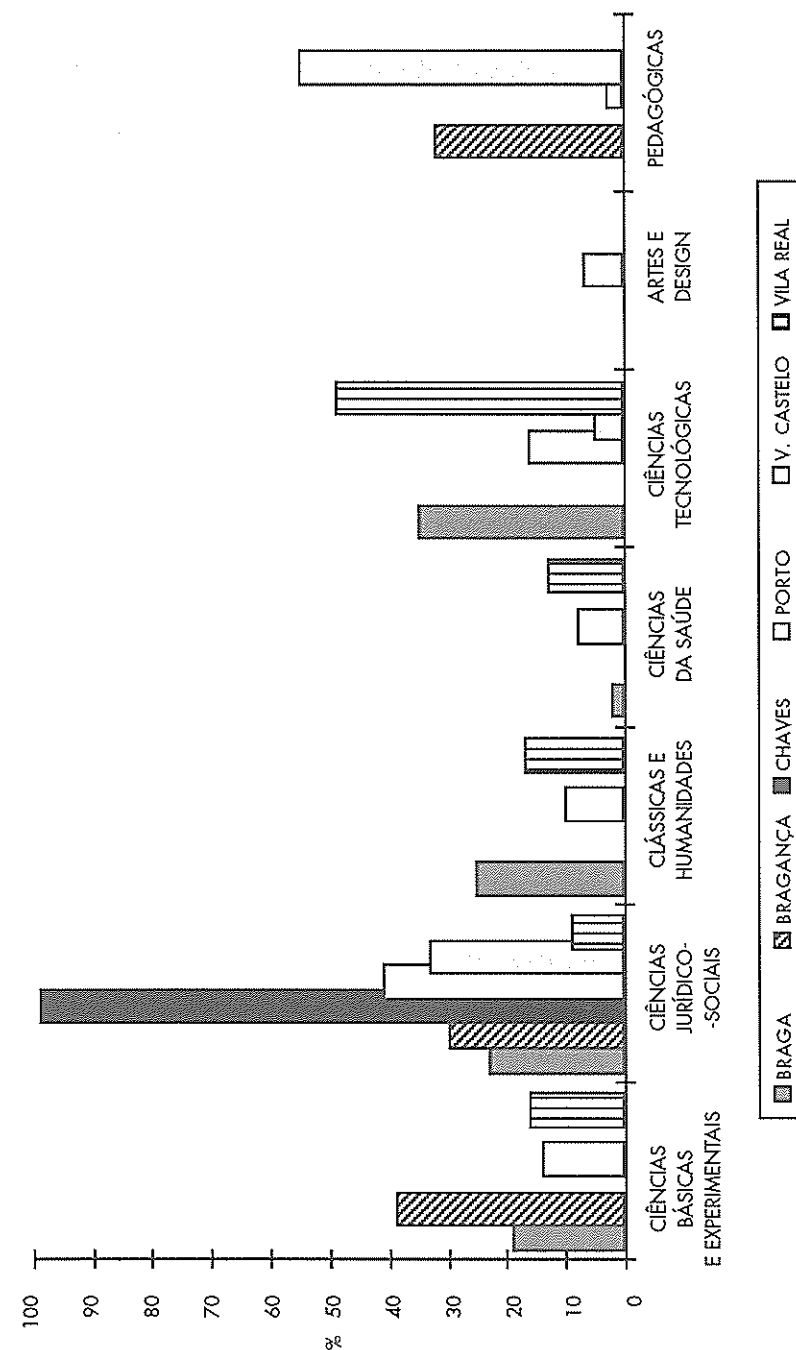
**Alunos inscritos no Ensino Superior, nos anos lectivos de 1988/89 a 1991/92,
por cidade e estabelecimentos de ensino**

CIDADE	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	Nº TOTAL DE ALUNOS INSCRITOS			
		1988/89	1989/90	1990/91	1991/92 (a 92/01/31)
BRAGA	Universidade do Minho	2285	2928	3530	7488
	Univ. Católica Portuguesa	a)	a)	973	1000
	TOTAL	2285	2928	4503	8488
BRAGANÇA	Inst. Politécnico de Bragança	429	805	1073	1321
	ISLA	0	177	218	219
	TOTAL	429	982	1291	1540
CHAVES	UTAD	0	39	141	104
	Universidade Internacional	0	132	181	204
	Inst. Politécnico Internac.	0	27	58	57
	TOTAL	0	198	380	365
PORTO	Universidade do Porto	16067	16642	16689	17492
	Univ. Católica do Porto	a)	a)	2103	2288
	Universidade Lusíada	0	0	0	3102
	Univ. Port. Inf. D. Henrique	3184	3508	3572	3944
	ESBAP	508	536	568	596
	Inst. Politécnico do Porto	4492	4927	5526	6426
	ESAP	616	458	472	478
	Dimensino	0	0	0	3102
	E. S. E. Paula Frassinetti	228	235	273	321
	E. S. E. Porto	149	105	110	124
	E. S. Jornalismo	165	227	290	288
	Inst. ERASMUS E. S.	0	69	361	673
	I. E. Sup Finanç. Fiscais	0	0	68	142
	I. Port. Adm. Marketing	0	197	301	343
	ISAG	252	621	700	716
	ISAI	403	445	497	503
	I. S. Ciências Dentárias	0	1247	267	371
	I. S. Ciências Emp. Turismo	0	0	114	147
	ISCIE	0	394	630	902
	ISSSp	349	379	459	466
	ISTEC	0	0	60	104
	TOTAL	26413	28890	33572	40473
V. CASTELO	Inst. Politécnico V. Castelo	338	510	687	828
	TOTAL	338	510	698	828
VILA REAL	UTAD	2311	2825	3340	3863
	TOTAL	2311	2864	3340	3863

a) Elementos não disponíveis.

Fontes: M. E. DGES. DIVISÃO DE ESTUDOS – 1992 «Alunos inscritos no Ensino Superior nos anos lectivos 1988/89, 1989/90 e 1990/91, Cursos de Bacharelato e Licenciatura» e «Ensino Superior, Alunos Inscritos Cursos de Licenciatura, Bacharelato e Idêntico nível, anos lectivos: 1988/89 a 1991/92».

*Alunos inscritos em cursos de Licenciatura e Bacharelato no ano lectivo de 1991/92,
por áreas de formação, segundo os concelhos*



Relação entre alunos inscritos no Ensino Superior em 1991/92 e população residente nas cidades e concelhos respectivos

CIDADES	Nº TOTAL DE ALUNOS INSCRITOS EM 1991/92	POPULAÇÃO RES. NO CONCELHO EM 1991 ENTRE OS 12-24 ANOS	RELAÇÕES ENTRE ALUNOS INSC. ENS. SUP. E POP. RES. CON. C/ 15-24 A	POPULAÇÃO RESIDENTE NA CIDADE (FREG. URBANAS) 1991	RELAÇÃO ENTRE ALUNOS INSC. ENS. SUP. E POP. RES. NA CIDADE 1991
BRAGA	8488	27483	12,8	97163	8,7
BRAGANÇA	1540	5279	24,4	15713	9,8
CHAVES	365	6626	3,9	18224	2,0
PORTO	40473	49947	64,2	302535	13,4
V. CASTELO	828	13859	5,0	32209	2,6
VILA REAL	3863	8425	40,8	19746	19,6

Fonte: M. E., DGES. DIVISÃO DE ESTUDOS - 1992, «Alunos Inscritos no Ensino Superior anos lectivos 1988/89, 1989/90 e 1990/1991, Cursos de Bacharelato e Licenciatura»

Alunos inscritos em cursos de Licenciatura e de Bacharelato, no ano lectivo de 1991/92, por áreas de formação, segundo as cidades

ÁREA DE FORMAÇÃO	Ciências Básicas e Experimentais	Ciências Jurídicas e Económico-Sociais	Clássicas e Humanidades	Ciências da Saúde	Ciências Tecnológicas	Artes e Design	Pedagógicas	TOTAL
BRAGA								
Licenciatura	1504	1680	1851	60	3024	0	0	8119
Bacharelato	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1504	1680	1851	60	3024	0	0	8119
%	18.5	20.7	22.8	0.7	37.2	0.0	0.0	100
BRAGANÇA								
Licenciatura	0	0	0	0	0	0	337	337
*Bacharelato	584	487	0	0	0	0	124	1195
TOTAL	584	487	0	0	0	0	461	1532
%	38.12	31.789	0	0	0	0	30.091	100
CHAVES								
Licenciatura	0	204	0	0	0	0	0	204
Bacharelato	0	57	0	0	0	0	0	57
TOTAL	0	261	0	0	0	0	0	261
%	0	100	0	0	0	0	0	100
PORTO								
Licenciatura	4720	11830	4020	3311	3513	1864	452	29710
Bacharelato	410	5199	239	288	2579	183	493	9391
TOTAL	5130	17029	4259	3599	6092	2047	945	39101
%	13.1	43.6	10.9	9.2	15.6	5.2	2.4	100
V. CASTELO								
Licenciatura	0	0	0	0	0	0	422	422
Bacharelato	0	252	0	0	33	0	54	339
TOTAL	0	252	0	0	33	0	476	761
%	0.0	33.1	0.0	0.0	4.3	0.0	62.5	100
VILA REAL								
Licenciatura	523	282	569	479	1815	0	0	3668
Bacharelato	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	523	282	569	479	1815	0	0	3668
%	14.3	7.7	15.5	13.1	49.5	0.0	0.0	100
TOTAL CIDADES DO EIXO ATLÂNTICO								
Licenciatura	6747	13996	6440	3850	8352	1864	1211	42460
Bacharelato	994	5995	239	288	2612	183	671	10982
TOTAL	7741	19991	6679	4138	10964	2047	1882	53442
%	14.5	37.4	12.5	7.7	20.5	3.8	3.5	100

Pessoal docente no Ensino Superior

CIDADE	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	ANO 1988/89 <i>a tempo completo</i>	ANO 1990/91
BRAGA	Universidade do Minho U. Católica Portuguesa TOTAL	400 23 423	383 60 443
BRAGANÇA	Inst. Politécnico Bragança ISLA TOTAL	75 . 75	57 . 57
CHAVES	UTAD Universidade Internacional Inst. Politécnico Internac. TOTAL		
PORTO	Universidade do Porto Univ. Católica Portuguesa Universidade Lusíada Univ. Port. Inf. D. Henrique ESBAP Inst. Polítéc. do Porto (1) ESAP DIMENSINO E.S.E Paula Frassinetti E.S.E St. Maria E.S.E. Jean Piaget E.S. Jornalismo Instituto ERASMO E.S. I.E.Sup. Fianç. e Fiscais I.Port. Adm. Marketing ISAG ISAI I.S. Ciências Dentárias I.S. Ciências Emp. Turismo ISCIE ISSSP ISTEC TOTAL	530 23 . . 43 67 297 . 35 . . 995	2099 141 230 194 63 477 62 . . 29 26 57 40 55 69 56 . . 80 51 . . 3729
V. CASTELO	Inst. Politécnico V. Castelo TOTAL	75 75	63 63
VILA REAL	UTAD TOTAL	227 227	372 372

NOTAS: (1) Inclui no ano lectivo de 1988/89 os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração e de Engenharia do Porto, posteriormente integrados no IPP

(*) Valor desconhecido.

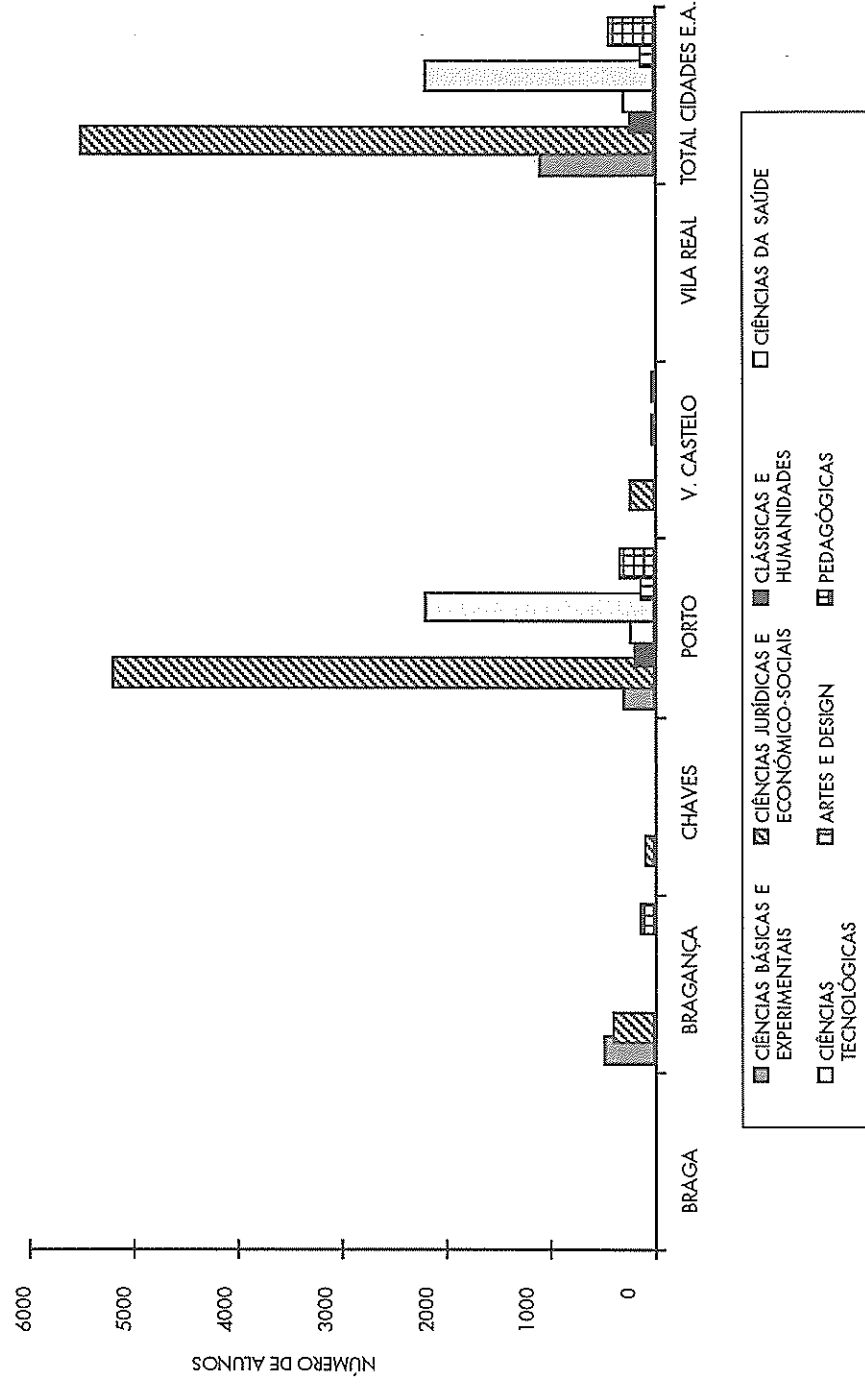
FONTES: Ano de 1988/89 Estatísticas da Educação de 1991. Ano de 1990/91 informação facultada pelos estabelecimentos de ensino.

*Distribuição dos professores do Ensino Superior por tipo de vínculo,
pelas cidades do Eixo Atlântico e relação com o total do Continente,
para o ano lectivo de 1988/89*

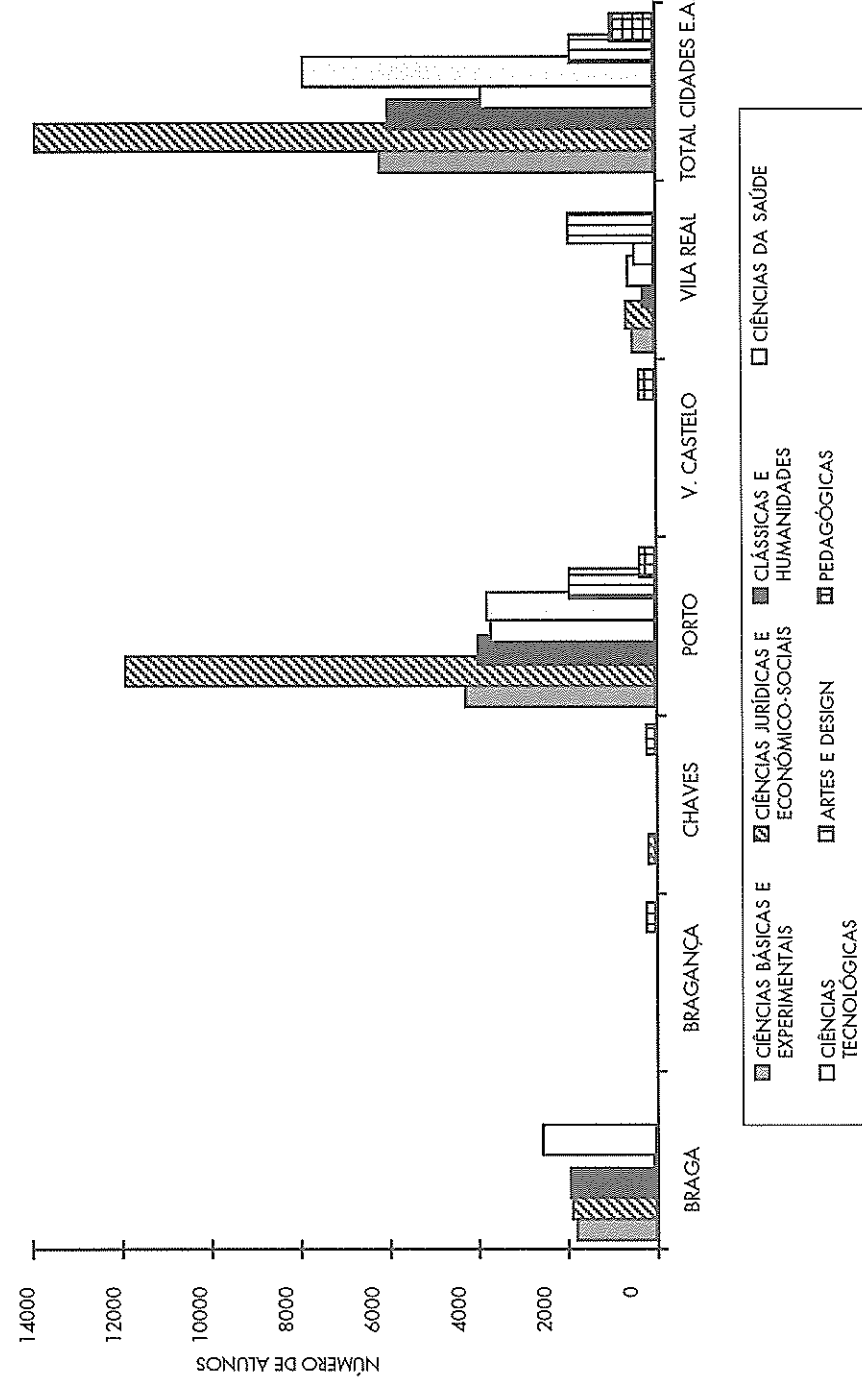
CIDADE	ANO 1988/89 % a tempo completo	ANO 1988/89 % a tempo completo
BRAGA	4,4	23,6
BRAGANÇA	0,8	4,2
CHAVES	0,0	0,0
PORTO	10,3	55,4
VIANA DO CASTELO	0,8	4,2
VILA REAL	2,3	11,5
CIDADES DO EIXO	17,8	100,0
CONTINENTE	100,0	

FONTES: Ano de 1988/89 Estatísticas da Educação de 1991, INE

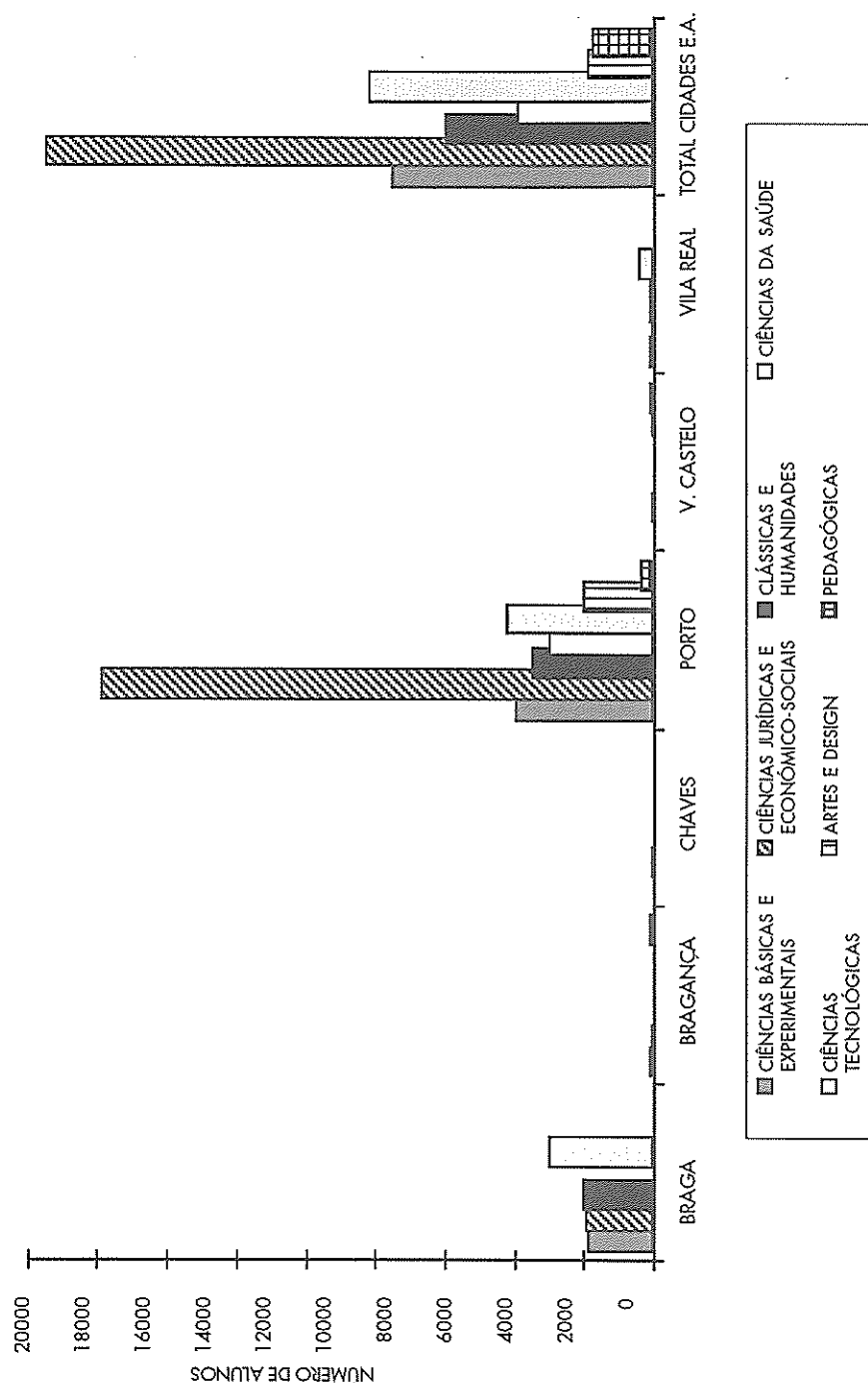
Número de alunos inscritos em cursos de Bacharelato, no ano lectivo de 1991/92,
por áreas de formação



Número de alunos inscritos em cursos de Bacharelato, no ano lectivo de 1991/92,
por áreas de formação



Número de alunos inscritos em cursos de Bacharelato, no ano lectivo de 1991/92, por áreas de formação



CAPÍTULO II

A REDE DE EQUIPAMENTOS E OFERTA DE ACTIVIDADES CULTURAIS

1 OPERADORES

1.1. A situação da Região Norte de Portugal, em matéria de equipamentos e actividades culturais, é marcada por duas assimetrias principais. A primeira é de escala nacional e traduz-se na subalternidade do conjunto do país face a Lisboa. A outra é de escala regional e traduz-se na subalternidade do conjunto do Norte face ao Porto.

Uma forma impressionante de explicitar estes factos é considerar as estatísticas oficiais. Uma análise recente¹ das estatísticas portuguesas entre 1974 e 1990 mostra que, segundo os últimos dados disponíveis, o distrito de Lisboa compreendia mais recursos do que a soma de todos os distritos a norte do Douro nos seguintes itens: museus, bibliotecas, editores e livreiros, jornais e outras publicações periódicas, sessões de cinema, outros espectáculos públicos, recintos para espectáculos. Ao mesmo tempo, nos mesmos itens, o distrito do Porto compreendia mais recursos do que a soma dos outros distritos a norte do Douro – isto é, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança. Actua aqui, decerto, um factor de concentração demográfica, que, por si só, vai agravando assimetrias; mas também actua, especificamente, um factor de hierarquização e polarização regional de recursos e investimentos, que beneficia as duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto em desfavor do restante território.

Outro traço saliente da situação nortenha, no seu todo, é a debilidade da oferta privada de bens e serviços culturais, ainda que sejam próximos dos lazeres e do entretenimento. Não cabe nos limites do presente estudo qualquer aprofundamento da complexa questão das relações entre oferta e procura de tais bens e serviços.

¹ Luísa Schmidt, *A Procura e a Oferta Cultural e os Jovens*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude, 1993.

Importa, porém, notar que, se é verdade que muitas cidades não atingiram uma dimensão demográfica e uma qualificação social capazes de criar uma procura sustentada, não é menos verdade que a evolução recente no sentido de maior presença de grupos sociais qualificados, com necessidades ou apetências neste domínio, se tem confrontado com a ausência de oferta correspondente.

A consequência mais evidente dessa debilidade é a profunda carência de operadores nas áreas que não têm constituído matéria privilegiada de intervenção dos poderes públicos. Três especialmente gravosas são o cinema comercial, o sector da edição e do livro e o mercado de arte. Das seis cidades, só o Porto apresenta uma estrutura mínima de agentes privados e mesmo essa se tem confrontado com ocasiões cíclicas de crise e recomposição. A motivação e a satisfação da procura local tem cabido, por isso, não a entidades empresariais, mas a outros dois tipos de protagonistas: a administração pública e instituições associativas. O cinema é um bom exemplo: o segmento habitualmente chamado de cinema de qualidade, que tende a ser o primeiro penalizado pela fragilidade do circuito empresarial, é garantido, com maior ou menor regularidade, por cineclubes e por auditórios públicos. Braga e Viana do Castelo dispõem, cada uma, de um cineclube; o Porto dispõe de dois cineclubes e de uma importante cooperativa de cinema. Do lado dos agentes públicos, no Porto é sobretudo um serviço da Secretaria de Estado da Cultura, a Casa das Artes, que assegura a oferta de filmes de menor difusão comercial; e, em Braga, uma empresa privada, o Teatro-Circo, cujo capital é detido, na maior parte, pela Câmara Municipal. Note-se, então, a debilidade acrescida em que se encontram as cidades transmontanas.

Situação diferente é a do teatro, que tem constituído uma área de investimento, na política cultural dos governos portugueses. No Porto se sediam, hoje, várias companhias de teatro, das quais cabe destacar a Seiva Trupe, o Teatro Experimental do Porto, o Teatro Art'Imagem, a Companhia de Teatro de Marionetas e o Grupo Pé de Vento; e todas as outras cidades dispõem de companhias residentes: a Companhia de Teatro de Braga, o Teatro do Noroeste, em Viana, o Teatro Experimental Flaviense, em Chaves, o Filandorra – Teatro do Nordeste, em Vila Real (além de Lamego, Mirandela e Torre de Moncorvo), o Teatro em Movimento, em Bragança. O trabalho destes grupos tem sido mais ou menos apoiado pelo Governo e, recentemente, também por câmaras municipais; e, embora as condições de tal apoio não estejam ainda totalmente clarificadas e estabilizadas, o certo é que se pôde assim consolidar uma rede regional de operadores teatrais.

Protagonistas indispensáveis na cena cultural de várias cidades têm sido ainda as organizações associativas, constituídas na base da afinidade de interesses e da predominância do voluntariado. Parte importante da oferta é garantida por elas, assim como as oportunidades para participação em actividades de produção cultural ama-

dora. O Centro Cultural do Alto Minho, em Viana do Castelo, e o Centro Cultural Regional de Vila Real são exemplos desta presença. Mas poderíamos citar, também, em Braga, a Associação do Teatro Amador e a Associação de Fotografia e Cinema Amador.

As Fundações são outras instituições não lucrativas que intervêm neste domínio. Mas não abundam, no Norte de Portugal. A Casa de Mateus marca, certamente, a agenda cultural de Vila Real; e a Fundação Eng. António de Almeida é, há várias décadas, actor regular na do Porto. Faltam, contudo, iniciativas relevantes providas de empresas. Ocasionalmente, o Estado tem procurado estimular, ou até quase forçar, parcerias, entre si próprio, empresas e outras organizações, que distribuam os custos e potenciem os benefícios de grandes investimentos culturais. O exemplo mais forte é a Fundação de Serralves, no Porto, que prepara a instalação do Museu Nacional de Arte Moderna. Mas, mau grado o seu impacto, é, por enquanto, caso singular.

A cooperativa tem sido uma forma jurídica habitual para consolidar actividades regulares de produção e divulgação cultural. É a forma modal entre os grupos de teatro referidos e entre as organizações associativas de dimensão razoável. Nos anos mais próximos, tem ocorrido um processo interessante, no qual as cooperativas culturais e artísticas que compreendem mais actividades de produção ou promoção pública vão interiorizando princípios de funcionamento empresarial, em busca de maiores eficiências. Algumas combinam-nos com uma motivação predominantemente benévola, assente no voluntariado, outras vão profissionalizando todos ou alguns dos seus departamentos e activistas. Entre as que adquiriram uma forte projecção institucional encontram-se a Árvore, cooperativa de actividades artísticas, e a cooperativa Cinema Novo, ambas localizadas no Porto.

1.2. Uma vida cultural dinâmica implica uma boa dotação quer em equipamentos, quer em serviços básicos. A situação, no conjunto das cidades, está longe ainda do desejável, nesta matéria. Viana do Castelo, Vila Real e Bragança dispõem de arquivos distritais. O de Braga está incorporado na Universidade do Minho. No Porto, ao arquivo distrital deve somar-se o arquivo histórico municipal. Mas nem todas as cidades têm bibliotecas a funcionar devidamente, sendo o casos mais preocupantes os de Vila Real e de Bragança.

O projecto museológico mais importante é, sem dúvida, o Museu Nacional de Arte Moderna, a instalar no Porto – um museu que pode seguramente adquirir projecção internacional, mas cujo processo se tem arrastado. O Porto e Braga possuem os museus estatais de maior impacto, o de Soares dos Reis e o dos Biscainhos. O Museu Regional do Abade de Baçal, em Bragança, o Museu da Região Flaviense, em Chaves, e o Museu Municipal de Viana do Castelo albergam colecções interessantes. A

Casa-Museu Nogueira da Silva, da Universidade do Minho, tem constituído o lugar principal para exposições, em Braga. Alguns museus temáticos, como o Museu Romântico, no Porto, têm sabido conduzir uma notável acção de investigação e divulgação patrimonial. Mas Vila Real continua sem museu; e o museu D. Diogo de Sousa, em Braga, e o de Etnologia, no Porto, mantêm-se fechados.

Numa conjuntura marcada pela crise dos grandes equipamentos privados, cinemas, teatros e cine-teatros, e pela tentação dos negócios imobiliários, uma das preocupações centrais das câmaras municipais e da administração central tem sido conseguir manter equipamentos básicos em funcionamento, o que, na generalidade dos casos, tem implicado a compra e remodelação de edifícios em risco de desaparecimento. O esforço financeiro envolvido é enorme. Mas é praticamente em resultado desta preocupação que a maioria das cidades estudadas dispõem de equipamentos.

O Porto tem, agora, o Teatro Nacional de S. João, o Auditório Nacional Carlos Alberto e a Casa das Artes, todos eles a cargo da Secretaria de Estado da Cultura; e a Câmara comprou o Teatro Rivoli, que está a ser objecto de profundas obras de remodelação. Uma movimentação tempestiva conseguiu salvar a maior sala de espectáculos da cidade, o Coliseu. Os principais eventos culturais do Porto, designadamente em matéria de dança, ópera, teatro, música ou cinema, ocorrem nestes lugares.

Em Braga, a Câmara comprou e manteve o Auditório Galécia, uma sala de média dimensão. Edificou o Parque de Exposições, que tem um importante auditório. A sua acção de maior envergadura foi, porém, a aquisição e remodelação do Teatro-Circo, que é gerido por uma empresa privada de capitais maioritariamente municipais e por cuja sala passa praticamente toda a programação de qualidade. Ao mesmo tempo, a Companhia de Teatro de Braga tem aí a sua sede.

Situação análoga é a da Companhia de Teatro do Noroeste, residente no Teatro Municipal Sá de Miranda – outro velho equipamento em perigo comprado e remodelado por iniciativa municipal, com apoio estatal. Não parece ter ainda rotinizado uma programação própria. E o recente encerramento de um cinema veio pôr em destaque as carências vianenses neste domínio.

Se Bragança dispõe, também, de um equipamento municipal, o Auditório Paulo Quintela, Vila Real e Chaves estão ainda muito despojadas. Os principais espaços da primeira são o auditório do Arquivo Distrital e a Aula Magna da Universidade, ao passo que o da segunda cidade é o auditório de uma das suas escolas secundárias.

2. PRÁTICAS

2.1. Quando se procura formar uma ideia acerca das práticas culturais difundidas nas cidades nortenhas, convém distinguir, pelo menos, três planos: os circuitos de produção e distribuição estruturados à escala nacional e internacional, configurando a chamada cultura de massas; as actividades e bens culturais que não constituem objecto de investimento central das indústrias culturais; os circuitos de produção e exibição que implicam a presença determinante de agentes locais.

As mediações implicadas nos circuitos da cultura de massas são variáveis. O acesso a programas televisivos e radiofónicos de difusão nacional requer apenas a posse de um pequeno aparelho doméstico; contudo, a facilitação do acesso à produção editorial ou discográfica requer uma rede de postos de venda especializados, assim como o consumo de filmes em sala implica a acessibilidade física e económica de cinemas. Ora, em geral, pode dizer-se, para o conjunto das cidades analisadas, que a televisão e a rádio constituem os principais eixos estruturantes do consumo cultural massivo, o que se explica não só pela centralidade que ocupam no universo das indústrias do lazer como também pela simplicidade dos meios de recepção necessários: os aparelhos de televisão e rádio são hoje, ao que indicam os inquéritos², equipamentos disponíveis na quase totalidade dos agregados familiares. A crescente difusão do vídeo doméstico não deixa de reforçar esta centralidade.

Mas a generalidade do acesso à cultura de massas parece terminar aqui. Mesmo o cinema comercial, as publicações periódicas de grande difusão e a literatura de ficção constituem objectos de consumo já bem restrito. Convergem, para tal, as barreiras à acessibilidade física e económica desses bens; a escassez de agentes mediadores (livrarias, cinemas...); alguma tensão entre os modos de consumo «abandonado» propostos pela televisão e os modos de consumo mais activo implicados, por exemplo, na leitura; e alguma ocupação, por parte da televisão, do espaço disponível em matéria de espectáculo cinematográfico ou lúdico, ou de informação.

Entretanto, a situação não se resume a esta polaridade entre a televisão e a rádio nacionais, de um lado, e as dificuldades de generalização da frequência de museus ou do consumo de impressos, por outro. Em qualquer das cidades, é bem visível o desenvolvimento de um segmento da cultura de massas, mais associado a consumos e lazes juvenis, e centrado na música ligeira. Falamos do universo da indústria do disco, que se expande através de suportes variados, como o disco ou a cassette, através da televisão, através da rádio, através de alguns grandes espectáculos estivais; e que se liga intimamente à generalização dos bares e das discotecas, como lugares e oportunidades privilegiados de convivialidade, expressão e interacção públicas.

² Cfr. Jorge Gaspar (coord.), *Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura/Centro de Estudos Geográficos, 1987.

Inversamente, as actividades que são minoritárias ou periféricas, no contexto da cultura de massas com impacto em Portugal, estão sujeitas a barreiras extremamente pesadas. É o que se passa com o cinema que não tem origem nos Estados Unidos e/ou de vocação menos comercial – o cinema mais cultural do que de entretenimento; ou com a música que nem obedece à lógica da canção ligeira nem à do rock e pop anglo-saxónico. Muito pouco ou quase nada cobertos pelos circuitos comerciais, estes domínios culturais têm constituído objecto de intervenção para algumas associações, cooperativas ou pequenas empresas a seu modo marginais. Os cineclubes, nas três cidades em que existem, têm cumprido a inestimável função de diversificar a oferta de filmes e garantir alguma presença dos de menor distribuição nacional. A cooperativa Cinema Novo, no Porto, tem feito outro tanto. A empresa Mundo da Canção, também no Porto, tem proporcionado a difusão de música menos corrente, quer através do comércio discográfico, quer através da promoção de espectáculos. E algumas câmaras municipais têm apoiado estes esforços no sentido de assegurar alguma expressão a práticas e produtos pouco massivos e alguma alternativa aos oligopólios dominantes.

Se olharmos agora para outro conjunto, as actividades culturais que implicam redes de agentes locais ou regionais, que implicam, portanto, certos *desempenhos*, notaremos, sobretudo, uma grande debilidade e alguns recursos virtuais. A debilidade principal é em matéria de cultura, digamos, mais erudita: as cidades estão muito carenciadas em espectáculos e produções de música sinfónica e de câmara, dança ou ópera, e dispõem de produção e mercado artísticos incipientes. A situação do Porto é claramente melhor: basta possuir, por um lado, a Orquestra Clássica, o Círculo Portuense de Ópera, o Círculo de Cultura Musical, os Solistas do Porto e um grupo de vanguarda, a Oficina Musical; e, por outro, uma importante Escola de Belas Artes, associações de artistas e galerias de arte activas. Mesmo assim, não é plenamente satisfatória, embora contraste fortemente com as restantes cidades consideradas.

Em contrapartida, como já ficou referido, foi possível, com o apoio financeiro e material do Estado, constituir uma rede de companhias de teatro. Que não é um conjunto articulado – a própria lógica dos subsídios estatais pressiona mais à rivalidade do que à cooperação – mas pode vir a sê-lo, e garante, em todas as cidades, uma oferta mínima. Eis um recurso que deve ser potenciado.

O outro resulta da emergência recente de grupos musicais juvenis, de rock e de jazz, em cidades como o Porto, Braga e Vila Real. Estão ainda em processo de maturação e é difícil avaliar a base de sustentação de cada um. Alguns deles, porém, conseguiram afirmar-se nos circuitos nacionais.

Finalmente, um conjunto de autarquias, entre as quais se incluem várias das que agora nos interessam, coligou-se, com o apoio da administração central, para formar

uma orquestra de dimensão regional. Esta associação, chamada Norte Cultural, tem a sua sede administrativa em Vila Real.

3 PÚBLICOS

3.1. O panorama traçado terá realçado, com suficiente clareza, quão crucial é a questão dos públicos culturais nas cidades nortenhas. Para que as iniciativas de renovação e alargamento da oferta, que estão em curso, tenham sucesso a médio prazo, são precisas três condições principais: a primeira é que tenham qualidade estética e impacto social; a segunda é que beneficiem de apoio, público e/ou privado, nos investimentos vultuosos que implicam, designadamente em matéria de infra-estruturas; e a terceira é que motivem e realizem procuras. Ora, para que esta última condição se cumpra, mister se faz alargar consideravelmente os públicos, em todas as cidades.

Não admira, portanto, que a formação de públicos constitua, ao longo dos anos mais recentes, uma preocupação central dos agentes que intervêm nestes domínios – quer as instituições públicas de base, quer os criadores e promotores, quer as autoridades políticas. E, de facto, algumas das mais interessantes e inovadoras acções no terreno têm decorrido de tal preocupação e têm assumido uma forte vertente educativa.

Embora as estruturas e as práticas escolares não façam parte do campo de análise do presente estudo, vale a pena referir, em primeiro lugar, os esforços municipais para estimular, de um lado, a implantação de escolas e outros centros de formação artística e, do outro, o desenvolvimento de formação cultural nas escolas básicas e secundárias. Trata-se, como é reconhecido, de duas áreas onde se joga muita da qualificação de populações e da criação de competências culturais, quer como consumidores, quer como produtores e mediadores.

Em segundo lugar, têm-se consolidado os serviços educativos de instituições estruturantes. Falamos, sobretudo, de museus e bibliotecas. Os exemplos são diversificados, mas talvez valha a pena referir expressamente a Biblioteca Pública de Braga e o trabalho a todos os títulos notável da Fundação de Serralves, no Porto, sublinhando o modo como se harmoniza aí a educação para a cultura e a educação para o ambiente.

Em terceiro lugar, várias companhias de teatro vão procurando atrair e formar públicos próprios, de cuja fidelidade sabem depender, a prazo, senão a sua sobrevivência, pelo menos a possibilidade de conservar autonomia face ao Estado. O projecto da Escola do Espectador, em Viana do Castelo, ou, como se diz na Companhia de Teatro de Braga, de fidelização de públicos já minimamente qualificados, consti-

tuem – na própria diferença de concepções sobre a dimensão educativa do trabalho profissional em teatro que por aqui se insinuava – exemplos das tentativas para alargar e consolidar públicos regulares e afins.

Importa, por último, indicar as iniciativas que suscitam o encontro dos cidadãos com bens, objectos e actos de criação cultural. No agregado das cidades estudadas, elas assumem três características possíveis. Uma é a promoção regular de feiras do livro, em espaços públicos (abertos ou fechados). Quatro cidades dispõem, actualmente, de feiras anuais: no Porto, ela é organizada pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, em Braga pelo Parque de Exposições, em Viana do Castelo pelo Centro Cultural do Alto Minho, em Bragança por uma junta de freguesia, mas em todos os casos com forte apoio municipal. Outra forma é a realização regular de grandes eventos urbanos, como festivais de cinema (por exemplo, em Viana do Castelo) ou encontros e feiras de arte contemporânea (por exemplo, em Chaves). A terceira forma é a animação de espaços públicos e, em particular, a diversificação dos programas das festas citadinas, neles introduzindo oportunidades de contacto com manifestações artísticas e lúdicas habitualmente arredadas do convívio de massas urbanas – uma estratégia em que se terá porventura destacado a Câmara Municipal do Porto.

3.2. As iniciativas dirigidas à formação de públicos têm sido favorecidas pelas mudanças que vão ocorrendo em matéria de composição social das populações das cidades. Importa realçar três dessas mudanças, aliás interligadas.

De um lado, das cidades consideradas, só o Porto perdeu residentes, entre 1981 e 1991 – um dado muito relativo, porque o que neste caso conta é toda a área metropolitana, a qual cresceu bastante do ponto de vista demográfico. O aumento da população urbana favorece virtualmente novas dinâmicas culturais. Mas ele foi acompanhado de algum reforço dos grupos sociais mais qualificados em termos profissionais e académicos – reforço que terá derivado sobretudo da expansão de sistemas sociais públicos (designadamente, ensino pós-básico, segurança social e saúde), da administração pública e de serviços financeiros (banca, seguros, etc.). Embora não dispunhamos ainda da ventilação por grupos sócio-económicos da população residente apurada pelos Censos 91, tudo sugere que terá crescido, pelo menos nas três cidades do Norte Litoral, o número dos quadros científicos, técnicos e intelectuais, e dos empregados qualificados do terciário. E, de facto, quando os promotores culturais entrevistados, no contexto do presente estudo, caracterizam os seus públicos habituais, referem-nos a esses segmentos.

Vale a pena destacar, como segunda mudança na composição dos públicos virtuais, um sector específico dos desenvolvimentos citados, qual seja o ensino superior.

A Universidade do Porto já existe desde 1911. Mas a implantação de estabelecimentos de ensino universitário e politécnico nas outras cidades é recente. A Universidade do Minho foi fundada em 1973. Em 1979, o Instituto Politécnico de Vila Real dá origem ao Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, transformado, depois, em 1986, em Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Os Institutos Politécnicos de Viana do Castelo, Bragança e Porto iniciam actividade efectiva já na década de 80. Ora, hoje, as seis cidades dispõem de instituições de ensino superior, cuja oferta e cuja frequência têm crescido significativamente. E este é, talvez, o principal vector de recomposição social de públicos potenciais, e um dos principais vectores de requalificação da oferta cultural e lúdica.

O próprio modelo de organização da Universidade do Minho – autonomizando um conjunto de «Unidades Culturais» – reforça o seu papel como operador cultural regular da cidade de Braga. Pertencem-lhe o principal espaço de exposições (a Casa-Museu Nogueira da Silva), a Biblioteca Pública, o Arquivo Distrital e duas unidades especializadas de investigação e extensão educativa. Mas devemos generalizar, notando, para o agregado considerado, três vertentes com impacto social: a própria existência e diversificação da oferta de ensino e investigação; a animação regularmente produzida por escolas; e as actividades de grupos e organizações estudantis. As últimas configuram-se ou como animação académica com repercussões no espaço público (as «semanas de recepção», as «queimas das fitas», etc.), ou como intervenção regular na oferta cultural, designadamente no teatro (o Teatro Universitário do Porto, o Teatro Universitário do Minho, em Braga, o Teatro de Estudantes de Bragança...), na música (várias tunas, orfeões, grupos corais...), nos *media* (as Rádios Universitárias em Braga e Vila Real, o Jornal Universitário do Porto...).

Entretanto, talvez a transformação de maior impacto não esteja deste lado da oferta cultural com *marca* universitária, mas do lado da procura, ou, melhor dizendo, dos públicos, quer em termos de consumo em sentido estrito, quer em termos de modalidades diversificadas de participação na produção ou promoção cultural. Parece claro que, para cidades como Bragança, parte importante dos animadores de iniciativas culturais e lúdicas associativas ou privadas provém de meios ligados ao ensino superior. Mas, visto da óptica dos públicos, é mais adequado alargar o escopo de análise, retendo não só estudantes e professores do ensino superior mas um conjunto mais vasto, que os inclui, de portadores de referências de cultura e modo de vida mais urbanas, modernas e, por assim dizer, juvenis.

Eis, então, a terceira grande mudança dos tempos recentes. Ela exprime-se através, sobretudo, dos consumos e das formas de convivialidade e lazer: a transformação mais visível, a um primeiro olhar, nas nossas cidades é certamente a multiplicação de bares, discotecas e outros lugares de animação nocturna que se distinguem dos que estruturavam o lazer de épocas anteriores por serem frequentados por jovens

de ambos os sexos e usarem a música e a dança como meios principais de expressividade e interação. Deve acrescentar-se; contudo, desde logo, essoutra expressão, que passa pela apresentação pública de si mesmo, através do vestuário e das posturas corporais, e se articula a consumos de roupa, calçado e adereços pessoais muito marcados pela imagem cultural da moda urbana internacional.

A chamada «cultura jovem» tem sido objecto de investimento político por parte do Estado português. No decurso dos anos 80, foi-se estruturando um modo de relacionamento entre Estado e associações, grupos e públicos juvenis, no qual o primeiro tem garantido (não interessa saber, aqui, a que preço ou com que propósitos) apoios institucionais, técnicos e financeiros aos segundos. Em cidades como Viana do Castelo e Braga, o serviço público encarregado dessa ligação, o Instituto da Juventude, constitui um operador cultural de relevo – designadamente, no que toca à possibilidade de se desenvolverem, naquele quadro geral de afirmação urbana pelo consumo, iniciativas de *produção* cultural amadora. As câmaras municipais têm também procurado estimular tal possibilidade.

Ora, entre essas iniciativas, digamos, de criação cultural local, com marca urbana e juvenil, destacam-se as iniciativas musicais. No caso do Porto, são vários os exemplos de processos que conduzem dos primeiros momentos de prática amadora e lúdica até à afirmação pública, à profissionalização e à projecção nacional. No quadro das preocupações do presente estudo, importaria apenas assinalar dois factos, um positivo e um negativo. Positivo é que tenha sido possível cultivar e afirmar formas musicais menos modais, mais periféricas aos circuitos dominantes de mercado e gosto e, afirmando-as, diminuir justamente a sua carga periférica – é notável o processo de formação de um campo portuense de músicos de jazz. Em contrapartida, continua a verificar-se que, para lá de um certo limiar de profissionalização e valor mercantil, esse mesmo valor exija, normalmente, a deslocação dos artistas para Lisboa.

Mas nem são estes casos de sucesso e notoriedade nacional que mais interessam, antes os movimentos gerais de animação musical urbana, de cuja vivacidade muito depende a emergência de tais casos. E, para lá do Porto, eles parecem sobretudo importantes em Braga e em Vila Real. Pelo menos em Braga, onde um dos grupos rock conseguiu também afirmar-se no mercado nacional, inserem-se claramente num processo de afirmação juvenil urbana no espaço público, suscitando uma animação convívial moderna e «nocturna» que chegou a ser comparada à «movida» madrilena – e que não deixará de estar ligada, por sua vez, às marcas e sequelas do fortíssimo crescimento da cidade.

3.3. Não deveremos encerrar esta secção sem destacarmos outra dimensão da formação e recomposição dos públicos, dimensão crucial para estratégias bem sucedidas

de desenvolvimento ordenado. Referimo-nos à relação das pessoas e dos seus agrupamentos de afinidades com a própria cidade e o seu meio ambiente. Com a configuração urbanística da cidade, com a sua história e o seu património, com a sua qualidade de vida, com a sua arena cívica, com os seus desafios e vias de desenvolvimento.

Uma interpretação agregada deve ser prudente: no conjunto das cidades, a expressão pública organizada destas preocupações é relativamente embrionária e, algumas vezes, dependente da tutela do Estado. Mas podem recensar-se potencialidades que importaria aproveitar. Em três domínios.

O primeiro é o dos novos direitos e deveres dos cidadãos, em matéria de consumo e relação com o ambiente. Têm emergido, nos últimos anos, no Porto como em Viana do Castelo, em Braga como em Chaves, iniciativas de organização e acção colectiva, algumas de cunho juvenil, que valeria a pena estimular e articular; e têm-se expandido formas de consumo «ecológico».

O segundo domínio é o das associações cívicas, ou seja, com uma intervenção política no sentido original da palavra: incidindo sobre problemas comuns da *polis*, da cidade, da sua região e mesmo do País, a partir da vinculação a um espaço local. Para dar três exemplos diversificados, referiríamos a SEDES/Porto, que ilustra o último tipo de intervenção, de âmbito mais global; o Forum Nordeste, de Bragança, com uma lógica de intervenção mais regional; e a ASPA, de Braga, que é ainda o melhor exemplo de interrogação crítica qualificada (a partir, no caso, de uma orientação estritamente patrimonialista) sobre o modelo de crescimento de uma cidade.

O terceiro domínio potencialmente mobilizador de iniciativa local determina-se na confluência dos debates sobre o tecido produtivo e social e das iniciativas de mudança e desenvolvimento desse tecido. É um domínio aparentemente marcado pela prevalência de uma, digamos, cultura empresarial, ainda também muito encostado ao Estado português e às autoridades europeias, mas em que se têm gerado, não obstante, dois efeitos importantes. O primeiro é a revitalização de organismos de representação de interesses e apoio técnico, especialmente significativa nas cidades do interior – caso dos núcleos empresariais sediados em Bragança e Vila Real. O segundo é a colocação na agenda do espaço público das questões do desenvolvimento regional e da polarização urbana – actividades em que se têm destacado quer universidades, como a UTAD, em Vila Real, quer agências de desenvolvimento, como a ADRAT, em Chaves.

Todos estes são sinais de esperança. Não devem, contudo, iludir-nos. Mau grado dispor o Porto de uma Escola de Arquitectura de projecção mundial e mau grado alguns esforços pontuais de sensibilização e intervenção profissional qualificada, atenta à dimensão cívica e formativa, por parte de arquitectos (de que poderíamos citar, como mero exemplo, o trabalho recente do gabinete Arquitectos Pioledo, em Vila Real), o facto é que a arquitectura civil e o ordenamento urbano das cidades, no

seu conjunto, continuam desastrosos; e nem as opiniões públicas nem as autoridades políticas locais parecem ter percebido o quanto isso representa uma distorção e um estrangulamento pesados ao desenvolvimento das cidades.

4 ACONTECIMENTOS

4.1. Uma cidade culturalmente viva precisa de equipamentos bem dimensionados e bem geridos; precisa de instituições de conservação patrimonial, de pesquisa e criação fundamental e de educação cultural, tais como museus, bibliotecas, escolas e outros centros que definam uma rede infra-estruturante de actividades, hábitos e gostos; precisa de uma oferta regular, sustentada e diversificada de produtos e serviços culturais; e precisa de públicos (in)formados, capazes de constituírem procuras igualmente sustentadas e exigentes, e capazes de conjugar consumos e outras modalidades mais activas de prática cultural. Mas precisa também, e tanto mais quanto maior for a sua dimensão demográfica e o seu estatuto ou ambição de polarização regional, de grandes acontecimentos, que qualifiquem e apoiem a oferta cultural regular e, ao mesmo tempo, assegurem oportunidades de contacto com produtos menos conhecidos ou acessíveis, assim como de intercâmbio com outras realidades nacionais ou culturais e de projecção internacional da cidade.

A relação entre estas várias dimensões configura uma questão complexa, cujo tratamento aprofundado excede o âmbito do presente estudo. Equacioná-la não deixa, porém, de representar um imperativo para qualquer autoridade política. Simplificando, poderíamos talvez partir da recusa de uma promoção cultural reduzida à dimensão espectacular dos grandes eventos, sem articulá-la às dimensões menos vistosas mas mais estruturantes dos equipamentos, das instituições de base, da oferta corrente ou da formação e sustentação dos públicos. Tendo, porém, garantida uma articulação pluridimensional mínima, importa não perder de vista que a produção de acontecimentos, por efémero que cada um deles possa, isoladamente, parecer, constitui um bom catalisador da vida urbana colectiva, além de um requisito crescente nos jogos de projecção e cooperação internacional.

Uma apreciação distanciada da situação no conjunto das cidades do Norte de Portugal não pode deixar, ao que cremos, de notar três características marcantes, no que toca à produção de acontecimentos culturais: debilidade – é difícil citar, para algumas cidades, um evento de notória projecção supra-local; uma fortíssima assimetria entre o Porto e as restantes cidades, concentrando o Porto a esmagadora maioria dos eventos recenseáveis; e o peso do pendor rural e/ou tradicional (expressões que não são pejorativas) na configuração dos grandes momentos lúdicos da maioria das cidades, os quais são, sem dúvida, as suas festas populares concelhias – facto de que

a Romaria da Senhora da Agonia, em Viana do Castelo, será o exemplo mais marcante e que, aliás, deveria motivar reflexão cuidada, no quadro de estratégias de articulação entre tradição e modernidade e de pluralização dos espaços e das formas de participação cultural.

Um espectáculo singular, pela sua qualidade, pela sua raridade, pelo impacto público, etc, pode evidentemente constituir um acontecimento (seja ele uma ópera, um bailado, uma representação teatral, um concerto, uma performance na rua, etc). Não podendo descer a semelhante esmiuçamento, cingir-nos-emos a sequências articuladas de eventos. E, neste plano, são de destacar três aspectos.

O primeiro é que há acontecimentos que não têm ainda (ou nem sequer pretendem ter) significado e projecção supra-local, mas constituem iniciativas efectiva ou virtualmente emblemáticas e geradoras de múltiplos efeitos, ao nível de cada cidade, ou da sua região envolvente (o que pode, claro, significar atravessar fronteiras nacionais, no caso das localidades fronteiriças). É o que acontece, em Braga, com os Festivais da Primavera e do Outono de Teatro Amador, em Viana do Castelo com o Festiviana (festival de cinema) e, eventualmente, a Trienal Latina (mostra de arte), em Vila Real com o Festival de Rock, ou com as feiras do livro de Bragança e Viana – e poder-se-ia acrescentar ainda, em redor de Chaves, a Galécia, conjunto de iniciativas transfronteiriças de dimensão mais económica, mas com elementos culturais potenciáveis. A Feira do Livro de Braga tem uma natureza mais compósita, porque combina uma parte propriamente comercial, cuja base é marcadamente local, disso se ressentindo, com um programa de animação, estruturado por sucessivos debates e por espectáculos musicais de envergadura, que tem uma pertinência e projecção de escala nacional.

A segunda situação a notar é aquela em que as iniciativas marcantes possuem um alcance claramente supra-local e um valor cultural reconhecido mas não parecem dispor de raízes locais nem de impacto local. É seguramente o caso dos festivais, encontros e actividades de formação, centradas na música erudita e na poesia, promovidos pela Fundação de Mateus: atraem gente qualificadíssima, do País e do estrangeiro, mas funcionam, digamos, em «ilha», pouco impacto real conseguindo sobre a cidade de Vila Real.

A terceira situação é aquela em que os promotores procuram conjugar a qualidade e a projecção dos acontecimentos com algum enraizamento local, propondo, designadamente, uma certa especialização, uma certa imagem de marca de cada cidade. Claro que, sobretudo quando se trata de cidades de população reduzida, corre-se sempre o risco de cair na segunda situação, acima descrita, funcionando a promoção deste ou daquele evento como uma espécie de transplante voluntarista de um órgão determinado num corpo a que é estranho e várias vezes o ignora ou repele. Mesmo assim, importa destacar as iniciativas que tentam imprimir, na cena cultural urbana, marcas supra-locais que possam qualificar e especificar essa mesma cena.

Se retirarmos o Porto, veremos, no conjunto das cidades, dois exemplos principais. Em Braga, os Encontros da Imagem – em cada mês de Maio, a Associação de Fotografia e Cinema Amador organiza um conjunto de mostras e exposições de fotografia, de cariz internacional, que desperta o interesse de um público já relativamente fidelizado, de Braga e outras cidades, e se tem constituído como um dos mais importantes certames do género, a nível do País. Em Chaves, o Encontro de Arte Jovem e o Simpósio do Granito – depois de uma primeira iniciativa, entre 1983 e 1987, substanciada na Bienal de Arte de Chaves, a Câmara Municipal tem renovado a aposta na afirmação nacional da cidade, como uma cidade de arte, procurando, entre outras coisas, retirar alguns efeitos da presença, nela, de um notável pintor português contemporâneo. Em qualquer das iniciativas, há preocupação de garantir continuidade, de modo a não ficar apenas pelo simples efémero: em Braga, projecta-se a edificação de um Museu da Imagem; em Chaves, procura-se incluir jovens artistas flavienses e galegos naquelas mostras e intervenções estéticas de âmbito nacional, ao mesmo tempo que se vai constituindo um primeiro fundo para futuro museu, com as obras adquiridas.

O Porto ocupa, já o dissemos, em matéria de acontecimentos culturais, um lugar à parte. Após um longo período de marasmo, os anos 90 têm sido tempo de convergência entre as autoridades municipais e operadores culturais citadinos, e dela tem resultado uma série de iniciativas que pautam, durante todo o ano, a vida da cidade. No domínio do cinema, o Porto dispõe de um importante festival internacional de cinema fantástico, o FANTASPORTO, promovido pela cooperativa Cinema Novo, que é um grande acontecimento popular. No domínio do teatro, dispõe do FITEI, um festival vocacionado para o teatro de expressão ibérica, promovido por um dos grupos da cidade, a Seiva Trupe; do Festival Internacional do Teatro para a Infância e a Juventude, o «Fazer a Festa», promovido pelo grupo Art'Imagem; e do Festival Internacional de Marionetas. No domínio do jazz, para além da experiência feliz da organização, no parque da Casa de Serralves, de um ciclo estival, o Porto tem, anualmente, um Festival de Jazz Europeu, promovido pela Câmara Municipal. No domínio da música folk, a mesma Câmara promove o Festival Intercéltico. No domínio da música clássica, são de referir as iniciativas musicais que animam as igrejas portuenses no tempo pascal, o Concurso Internacional de Música da Cidade do Porto, a Semana de Música Barroca, o Prémio Jovens Músicos. As Jornadas de Arte Contemporânea propõem, em cada Outono, uma sequência de espectáculos e mostras conjugando várias artes. Uma associação juvenil promove, todos os anos, o COMICARTE, salão de banda desenhada. E a lista não pretende ser exaustiva, mas apenas demonstrar o salto qualitativo dado pela cidade, nos últimos anos, e as possibilidades de projecção e cooperação que ele permite.

CAPÍTULO III

AS POLÍTICAS CULTURAIS MUNICIPAIS

1 CONDIÇÕES

1.1. Uma análise global das políticas culturais seguidas pelos seis municípios considerados pode começar por destacar duas questões estruturais que têm balizado, de 1976 até hoje, aquelas políticas. A primeira questão relaciona-se com o tipo de equilíbrio existente, em cada concelho, entre o seu centro urbano principal e o território suburbano e rural. Dos seis municípios, só no Porto os limites do concelho correspondem aos da cidade e, portanto, só aí estamos perante um município exclusivamente urbano. Em 1991, os 97.163 residentes na cidade de Braga representavam 69% do total de residentes no respectivo concelho; os 32.209 residentes na cidade de Viana do Castelo representavam 39% do total de residentes no concelho; os 19.746 residentes na cidade de Vila Real representavam 43% do total concelho; os 18.224 residentes na cidade de Chaves representavam 45% do total concelho; e os 15.713 residentes na cidade de Bragança representavam 48% do total concelho.

A segunda questão estrutural prende-se com a amplitude e a qualidade da rede de agentes culturais operando em cada município, sejam eles instituições e serviços públicos, organizações de tipo associativo e cooperativo, ou agentes privados, e cumprindo eles funções predominantemente de criação, de produção, de divulgação, de conservação e ensino ou de recepção. O modo como se desenha e actua esta rede cultural local influencia decisivamente o espaço e o estilo de intervenção das autoridades municipais. Ora, na generalidade das cidades, ela é ainda bastante débil.

Num contexto marcado por estas duas questões, as orientações políticas têm oscilado entre uma referência mais urbana ou uma referência mais rural – entre escolher como alvo principal a população vinculada a padrões de comportamento e estruturas sociais tradicionais, ou apostar nas classes médias urbanas, se e onde elas existam,

ou então prosseguir orientações compósitas; e têm também oscilado entre uma postura de intervenção mais aberta e liderante e outra de retaguarda e apoio, por parte dos serviços municipais.

Há, hoje, um grande consenso, entre os eleitos locais, em torno do repúdio por políticas culturais «dirigistas». Não compete às câmaras, sustentam, substituir-se aos agentes civis, nem muito menos devem pretender fixar padrões de gosto ou impor caminhos ou limites à criação e à fruição cultural. Preferem, então, privilegiar as funções de apoio e estímulo da vida local, as quais podem ser desempenhadas de várias formas convergentes: sustentando estruturas e fundos patrimoniais que favoreçam o trabalho criador, contribuindo financeiramente para a realização de eventos de envergadura, ajudando na aquisição e manutenção de equipamentos, instalações, materiais, etc., intervindo na área da educação e da formação de públicos, e outras mais. O ponto está em que, em situações marcadas pela debilidade dos agentes e das iniciativas civis, ou a escalas de projecção supra-local, a acção municipal não deixa de se configurar como acção de um protagonista. Precisando melhor: é perfeitamente possível recusar, como opção política, uma intervenção de tipo dirigista e ao mesmo tempo protagonizar activamente um conjunto de realizações, estruturas e redes de cooperação; por outro lado, ainda que as autoridades políticas prefiram manter um perfil mais discreto e uma acção de retaguarda a outros agentes locais, a debilidade destes e a incipiência das iniciativas com impacto público implicam, quase sempre, uma forte presença, directa ou indirecta, da autarquia.

1.2. Que a variação das orientações estratégicas depende bastante da especificidade de cada caso empírico e da história dos procedimentos e dos efeitos de cada acção, ilustram-no bem os exemplos de Braga e do Porto.

Nos fins dos anos 70, o diagnóstico de que partia a Câmara Municipal de Braga assinalava, por um lado, a escassez da oferta cultural concelhia e, por outro, a riqueza inexplorada da dinâmica associativa, confrontada então com carências de materiais, de organização e de formação. Em 1981, a Câmara fundou a Casa Municipal de Cultura, a qual visou responder a esses dois desafios. E, de facto, a Casa, provida com um teatro de bolso, promoveu um conjunto significativo de eventos – sessões de cinema e teatro, exposições, concertos, debates, etc. –, através dos quais foi procurando suscitar hábitos de consumo cultural; e foi-se tornando um verdadeiro ninho de associações, às quais facultava apoio nos processos de génese e legalização, cedia instalações, equipamentos e materiais e proporcionava formação. Por via, em particular, da criação de um Gabinete de Teatro e de um Gabinete de Etnografia e Folclore, a Casa foi-se dotando de uma estrutura logística e técnica importante e foi de algum modo privilegiando o teatro amador e o folclore, numa especialização que

ainda hoje marca o relacionamento da autarquia com as colectividades concelhias. O programa de formação para o teatro amador estimularia a colaboração com uma companhia profissional de teatro, a CENA, que almejava instalar-se na cidade.

Entretanto, no decurso dos anos 80, a Câmara, intervindo a outra escala, adquire três grandes equipamentos: primeiro, a Casa dos Crivos e o Estúdio Galécia; depois, o Teatro-Circo. A Casa será aproveitada como um espaço para exposições e mostras, servindo o seu pequeno auditório de ponto de apoio para animação. O Estúdio Galécia, rebaptizado como Auditório Municipal Galécia, especializa-se na exibição cinematográfica, garantindo, entre 1985 e 1990 (altura em que essa exibição transitou para o Teatro-Circo) uma programação regular e de reconhecida qualidade: de acordo com os dados da Câmara, tal intervenção na oferta local de cinema saldou-se, no conjunto, por 411 filmes exibidos, em 970 sessões, para um total de 38.000 espectadores. Quanto ao Teatro-Circo, tratava-se de um equipamento e de um edifício urbano, do princípio do século, em risco de desaparecimento. A sua aquisição pelo município permitiu salvar e remodelar um valor patrimonial inestimável. A forma escolhida foi já então, em 1987, a da criação de uma sociedade anónima, embora de capital detido, em cerca de 90%, pela Câmara. Procurava-se, assim, orientar a sua administração e rentabilização por uma lógica de eficiência empresarial. O edifício passou a servir de residência à Companhia de Teatro de Braga; foi sujeito a obras de remodelação; e começou, depois, a ser re-utilizado como sala de espectáculos. Constitui, actualmente, o principal promotor de espectáculos culturais em Braga e um instrumento fundamental de diversificação da sua oferta, numa lógica que não deixa de ser a de serviço público. Por exemplo, nos anos de 1992 e 1993, segundo os dados fornecidos pela respectiva administração, 1412 sessões de cinema atraíram 70.000 pessoas, 239 representações teatrais atraíram 18.500, 17 concertos de música ligeira atraíram 12.000, 11 concertos de música clássica ou jazz atraíram 4.500, 5 recitais atraíram 3.800, 4 representações de ópera atraíram 3.300 e 9 espectáculos de bailado atraíram 7.300 – um quadro de frequências que dá bem conta da oferta diferencial de eventos, dos sinais de descoincidência entre procura e oferta (por défice desta) no caso de áreas como o bailado, e dos efeitos positivos da programação em termos de qualificação e diversificação de oferta.

Ao mesmo tempo que o Teatro-Circo assim se afirma, a Casa Municipal da Cultura reorienta a sua actuação. Vai diminuindo o seu protagonismo directo na cena cultural concelhia e vai reconvertendo a sua relação com as associações e os agentes culturais. De entidade promotora passa, fundamentalmente, a centro de recursos – garantindo apoio técnico, através dos seus animadores, e apoio material e logístico, em termos, por exemplo, de transportes, confecção de adereços e vestuário, equipamentos de som e luz, às associações, designadamente aos grupos amadores de teatro e de folclore. A Casa dos Crivos serve de espaço a mostras muito diversificadas e de qua-

lidade e impacto desiguais, sendo cedida a associações; utilizada em actividades de animação, por hipótese, dos festejos públicos anuais e oferecida a artistas e instituições locais. O Auditório Galécia é aberto a grupos de teatro amador, para ensaios e exibições, e a sua programação cinematográfica passa a ser promovida pelo Cineclube de Braga, outra associação a que é cedido. Directamente, os serviços municipais promovem, agora, sobretudo, programas de ocupação de tempos livres de crianças, de itinerância teatral e de animação estival de rua.

Vista de fora, a situação actual parece, pois, caracterizar-se por dois movimentos de sinal diferente. Por um lado, a Câmara domina empresas de prestação de serviços que informam a cena cultural cidadina – seja do ponto de vista da sua configuração regular, através do Teatro-Circo, seja do ponto de vista da promoção de grandes iniciativas, a mais importante das quais, sobretudo por via do seu rico programa de animação, é a Feira do Livro, organizada pelo Parque de Exposições. Por outro lado, a Câmara atenua a sua intervenção directa, optando por infra-estruturar e por ceder equipamentos a agentes locais capazes de aproveitá-los. Convindo notar, neste último plano, uma dupla concretização da orientação – a que levou à dotação das sedes das juntas de freguesias com espaços para actividades e representações culturais e que alimenta o apoio técnico e logístico às colectividades concelhias, em particular às de folclore e de teatro amador; e a que se define mais caracteristicamente na relação com os protagonistas urbanos e leva à cedência regular de equipamentos à Companhia de Teatro Profissional ou ao Cineclube e à cedência de espaços municipais, em função das suas actividades públicas, aos promotores dos Encontros da Imagem, aos artistas, etc.

Será interessante tentar perceber como estes dois movimentos se virão a compatibilizar e como redesenharão os contornos da presença da autarquia no campo cultural local. Os sinais de que dispomos, actualmente, são relativamente complexos e até algo contraditórios. Se a ideia geral é de um certo apagamento voluntário da Câmara, o certo é que ela continua a dispor de um papel decisivo, quer no que toca ao destino da empresa do Teatro-Circo, quer no que toca às condições de actividade de associações urbanas. E um certo afrouxamento das vinculações institucionais não deixa de ser contrariado por uma rede de relações pessoais, que suscitam periodicamente alguns equívocos.

1.3. Em contrapartida, e em linhas gerais, a evolução da acção cultural da Câmara Municipal do Porto tem obedecido, nos anos 90, a propósitos assumidos de protagonismo. De facto, 1989 marca uma pequena revolução na definição da política cultural municipal, bastante perceptível se compararmos, como fizemos, os planos de actividades elaborados entre 1986 e 89 com os elaborados entre 1991 e 94.

Simplificando, poderemos dizer que os primeiros planos polarizam-se em redor de duas grandes áreas: os equipamentos municipais – arquivo, biblioteca, museus... –, alguns então objecto de investimentos de remodelação e reorganização; e as «actividades exteriores», pontuadas por respostas mais ou menos casuísticas a solicitações de apoios e cooperação, vindas de criadores, promotores ou outros serviços públicos, e alguma preocupação de aproveitamento e projecção turística. Ao invés, os planos posteriores a 1989 propõem uma política activa e pluridimensionada de intervenção numa oferta cultural local que caracterizam como extremamente carenciada, política animada por preocupações de diversificação de serviços e eventos, de melhoria das condições de participação e formação de públicos e de revigoração do tecido cívico e da coesão social da cidade.

Neste quadro, a própria designação do pelouro foi alterada – de pelouro da Cultura passou a pelouro da Animação da Cidade – e a sua estrutura substancialmente ampliada. Para além das divisões tradicionais («Museus», «Arquivo», «Bibliotecas»), passa a incluir as divisões de «Turismo» e de «Gestão e Animação de Parques de Recreio» – e introduz, no que será a sua ruptura mais distintiva, um conjunto de programas de acção cultural, com que se procura estruturar consistentemente e materializar as várias áreas e linhas de actuação.

Em todas elas, a Câmara assumirá um novo papel e mais interventivo. É lançado um programa de animação do associativismo portuense, cujos objectivos declarados são a revitalização do tecido associativo, designadamente nos casos em que assegura funções de promoção social de comunidades, a dotação em infra-estruturas (instalações ou equipamentos), de modo a ir progressivamente criando uma malha de centros culturais nas freguesias, e o favorecimento de acções de interconhecimento e intercâmbio associativo. É criado um programa, sugestivamente intitulado «Descobrir», com forte intervenção educativa e relação preferencial com públicos escolares e juvenis, e vocacionado para o apoio à criação de novos consumidores e participantes nos domínios das artes, das letras e da ciência. É reequacionado o apoio aos promotores e criadores culturais, tornando-o menos casuístico e sobretudo procurando enquadrá-lo e potenciá-lo, por via de uma política de compra de serviços, em actividades de impacto público. É concedida uma especial atenção às acções de prestígio, que projectem a cidade, tais como festivais, exposições e concursos de cinema, teatro, música, artes plásticas, dança e outras artes. Procura-se integrar o Porto em circuitos de digressão de artistas e companhias nacionais e estrangeiras de qualidade reconhecida, de modo a elevar o nível da oferta disponível. E ensaia-se, enfim, políticas de cooperação, à escala da Área Metropolitana, que sustentem acções e estruturas de grande envergadura.

Mercê desta estratégia global, a autarquia conseguiu, em dois-três anos, sem dilatar em demasia a sua estrutura técnica, tornar-se um parceiro e um actor crucial da

cena cultural portuense. Conseguiu-o praticando uma espécie de estimulação keynesiana³, pelo lado da procura, de actividades de agentes culturais cidadãos; contratando os serviços qualificados de alguns deles para a realização de eventos promovidos pelo município ou por redes que o incluíam; e garantindo apoios institucionais e financeiros a iniciativas de certo fôlego e impacto público. O resultado geral foi a amplificação e a diversificação bastante rápidas da oferta cultural do Porto, quer do ponto de vista das actividades de base, quer do ponto de vista de grandes acontecimentos pontuando o decurso de cada ano civil. Alguns desses eventos são promovidos directamente pela Câmara Municipal, caso do Festival Intercéltico, de música folk, ou do Festival de Jazz Europeu, na Primavera, ou ainda das Jornadas de Arte Contemporânea, no Outono. Ao mesmo tempo, o Pelouro da Animação ia direccionando preocupações e actividades, suas ou beneficiando de apoio seu, para a intervenção no espaço público urbano, propondo um conjunto de iniciativas que se desenrolam nas ruas, praças, cafés e outros lugares de encontro e sociabilidade cidadina. O objectivo tem sido apresentado como sendo a combinação dos efeitos do encontro entre criadores, obras e públicos diversificados, melhorando assim as condições de acesso a bens culturais, e dos efeitos de revitalização do espaço urbano, designadamente nos centros histórico e cívico da cidade. Finalmente, os programas de apoio ao associativismo e de relação educativa com públicos juvenis, assim como certas iniciativas apelando à expressão pública de práticas culturais amadoras (a fotografia, por exemplo) iam trabalhando a vertente menos espectacular mas talvez mais decisiva da formação, alargamento e qualificação de públicos, não apenas enquanto receptores, mas também, e sobretudo, como participantes mais ou menos próximos das múltiplas práticas de criação cultural e cívica.

2. EQUIPAMENTOS

2.1. Esta pequena digressão pela acção cultural das Câmaras de Braga e Porto bastará para ilustrar a variedade das situações. Entram aqui, certamente, importantes diferenças de orientações políticas, em relação às quais talvez seja ainda cedo para avaliar devidamente efeitos – se bem que se notem já algumas questões estruturais que essas orientações têm de enfrentar, a saber, a gestão e animação dos equipamentos, no caso de Braga, e a tradução da reanimação espectacular da oferta em ganhos correspondentes, quanto à formação sustentada de procuras culturais, no caso do Porto.

³ Como salientou José Madureira Pinto, em comunicação ainda não publicada ao Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Sociologia, realizado em 1993, em Vila do Conde.

Mas as diferenças das estratégias municipais têm muito a ver com as diferenças das situações concretas sobre que elas incidiram. A Câmara de Braga teve de apostar na formação de equipamentos, porque a cidade deles estava extremamente carenciada. O Porto dispunha e dispõe de equipamentos públicos, tutelados pela Secretaria de Estado da Cultura: o Auditório Nacional Carlos Alberto, que é uma sala de espectáculos de média dimensão; a Casa das Artes, um edifício comportando duas salas e outros espaços, permitindo a exibição de cinema, a realização de colóquios e exposições e, mais recentemente, actividades interactivas multimédia; o Teatro Nacional de São João, um antigo e amplo teatro; o Convento de São Bento da Vitória, que alberga as futuras instalações do Arquivo Distrital e a sede da Orquestra Clássica do Porto; o Museu Nacional Soares dos Reis. Braga só tem de equivalente o Museu dos Biscainhos. O Porto tem ainda uma rede de equipamentos privados, quer em matéria de salas de espectáculos, quer de galerias de arte, assim como um conjunto de agentes culturais não estatais, sem paralelo em Braga. A Câmara do Porto pôde, portanto, centrar-se sobre a remodelação total de um grande equipamento municipal, o Teatro Rivoli, de modo a fazer dele o pólo cultural da baixa urbana. Em contrapartida, a escala dos principais equipamentos em formação ou estudo claramente ultrapassa a dimensão municipal, por serem de envergadura metropolitana ou nacional, exigindo, por isso, concertação com outras autoridades concelhias e/ou com as autoridades nacionais. É o caso daquele que talvez seja o mais importante equipamento em formação na cidade do Porto, o Museu Nacional de Arte Moderna, a instalar em Serralves; e poderá ser o caso da Cadeia da Relação, um antigo estabelecimento prisional desactivado e recuperado, no coração da cidade, e sobre cuja utilização como centro cultural pesam decisões contrárias do actual Secretário de Estado da Cultura.

Por seu lado, alguns dos mais importantes equipamentos públicos bracarenses pertencem, por circunstâncias históricas, à Universidade do Minho: estão nesta situação a Biblioteca Pública e a Casa-Museu Nogueira da Silva. No Porto, a biblioteca pública é municipal e a Câmara tutela também um arquivo histórico e vários museus (o Museu Romântico, a Casa-Museu Guerra Junqueiro, a Casa-Museu Vitorino Ribeiro, a Casa-Oficina de António Carneiro). Pode e tem potenciado estes recursos. Mas, ao mesmo tempo, está mais presa do que a sua congénere de Braga da inércia de conservação e gestão de equipamentos, alguns pesados.

Tudo aconselha, pois, a que se fuja de conclusões simplistas e se atenda, outrossim, à diversidade de situações e problemas enfrentados. Na sua diferença, todavia, os municípios de Braga e Porto praticam as políticas culturais de maior fôlego, no conjunto das cidades consideradas. Nem admira: constituem as maiores cidades e as que dispõem de mais equipamentos e operadores. Em comparação com elas, a acção cultural dos restantes municípios parece mais incipiente, quer na organização

dos serviços municipais, quer na definição das políticas, quer na formação e gestão dos equipamentos.

O organigrama da Câmara Municipal de Bragança não prevê expressamente um pelouro da Cultura. Todas as outras o possuem, sendo que, como já referimos, no Porto ele se chama de Animação da Cidade. Em Chaves e Vila Real, a estrutura técnica do pelouro é relativamente incipiente. Em Braga e Viana do Castelo, é mais complexa, envolvendo cerca de meia dúzia de técnicos, em cada caso. O Porto é, naturalmente, o caso de maior dimensão dos serviços, tanto mais que às divisões convencionais se acrescentam programas autónomos de actividades; o quadro técnico é, portanto, mais vasto, em particular o que se encontra afectado àquelas divisões.

Quanto a equipamentos municipais, a situação é bastante carenciada nas cidades do interior. Em Vila Real, a Câmara dispunha de uma galeria de arte, que entretanto fechou. Em Bragança, o panorama reduz-se ao Auditório Paulo Quintela, que resultou da recuperação do antigo edifício da Câmara e compreende, para lá de um espaço cedido à Fundação «Nossos Livros» (gestão do espólio de um antigo governante), uma sala de exposições, outras preparadas como ateliers de pintura, outras preparadas para ensaios e aulas de música e o auditório propriamente dito. Este equipamento não tem programação regular própria, sendo a sua actividade determinada pelos pedidos de agentes culturais locais, como associações e escolas. Chaves dispõe de um museu municipal, o Museu da Região Flaviense, em cujo edifício está também sediada a Biblioteca, cuja secção infanto-juvenil é bastante utilizada pelas escolas locais. O posto de turismo tem uma galeria e o pavilhão desportivo sofreu obras de recuperação que permitem que funcione como espaço de exposições.

Comparativamente, a situação de Viana do Castelo é melhor. A cidade dispõe de um Museu Municipal, objecto de obras de ampliação, concluídas em 1993, em resultado das quais ficou dotado com um espaço para exposições temporárias e um pequeno auditório; de uma Biblioteca Municipal, com uma activa secção infanto-juvenil, e um sistema de leitura domiciliária com seis milhares de leitores inscritos; de um Arquivo Municipal, reunindo documentação administrativa e histórica, provisoriamente instalado no edifício da Biblioteca; de uma Livraria Municipal, cuja gestão está entregue a uma associação de estudiosos locais; e do Teatro Sá de Miranda, antiga sala de espectáculos adquirida pela Câmara. Depois de obras de remodelação, foi reaberto no fim de 1993. Desde então, aguardando ainda novas obras, tem sido cedido à Companhia de Teatro do Noroeste, que garante uma programação teatral regular. De resto, é também cedido em resposta a solicitações de agentes culturais locais e utilizado para espectáculos de operadores não locais, sempre que há possibilidades de atraí-los. Finalmente, o edifício dos antigos Paços do Concelho serve ocasionalmente de espaço para exposições temporárias.

3. ACÇÕES

3.1. Para lá da gestão corrente dos seus equipamentos, a acção cultural dos municípios considerados no presente estudo pode caracterizar-se a partir de quatro áreas principais: a relação com a malha associativa local; a relação com instituições, criadores e produtores culturais locais; a relação com os públicos potenciais; e as iniciativas próprias das Câmaras, ou por elas lideradas.

Na primeira área, consideraremos as chamadas «colectividades», isto é, associações de base paroquial ou de bairro que cumprem uma das, ou ambas as seguintes funções: realizar actividades de sociabilidade e convívio; promover actividades expressivas e de participação ancoradas em bens e práticas de pequena cultura popular. Ora, na generalidade dos concelhos, parecem prevalecer as raízes e os modelos tradicionais de estruturação de tais actividades, polarizadas na música de bandas, no folclore, no desporto, no teatro, na animação infantil, nas festas públicas de lugar. Estes modelos não são, diga-se, incompatíveis com a assimilação selectiva e adaptativa de manifestações e símbolos de marca mais moderna, designadamente os que pontuam os mass media e os grupos juvenis. Mas, no conjunto, parecem ainda pouco representadas, embora estejam possivelmente em crescendo, referências mais tipicamente urbanas, ou talvez seja mais correcto dizer-se que as novas formas urbanas de sociabilidade e expressão não se têm regido pelo quadro formal associativo. Há alguma fricção entre as rotinas e os valores das velhas «colectividades» institucionalizadas, de um lado, e, do outro, recém-chegados vinculados a essas novas referências cosmopolitas e urbanas.

Todas as câmaras prestam alguma atenção à malha associativa local. Aquelas cujos concelhos incluem também freguesias rurais – e, já o sabemos, são todas menos o Porto – dedicam especial atenção às colectividades rurais. Normalmente, esta atenção materializa-se sob a forma de subsídios financeiros e apoio logístico ou técnico. Não abundando as disponibilidades financeiras, os subsídios são muitas vezes descritos, pelas próprias autoridades municipais, como «simbólicos». Nalguns casos, há um esforço no sentido da dotação de pequenos equipamentos: o caso de Braga, em que as sedes de junta de freguesia foram objecto de importantes beneficiações, que procuraram dotá-las com pequenos espaços culturais, constituirá talvez o melhor exemplo. Mas a preocupação de atenuar um pouco a lógica, que pode ser em parte perversa, do simples subsídio, faz-se sentir crescentemente. De três maneiras, complementares: financia-se mais sob a forma de aquisição ou troca de serviços (opção documentável em Chaves ou no Porto); valoriza-se o apoio em termos infra-estruturais – ou na cedência de instalações, ou na sua remodelação, ou no investimento em materiais, instrumentos e outros meios (e eis uma opção documentável em Chaves, Viana do Castelo ou Porto); e valoriza-se também o apoio técnico, designadamente através do trabalho de animadores municipais ou contratados pelo município (Vila

Real, Braga, Porto). Neste contexto, o Porto destaca-se pela sistematicidade introduzida pelo programa municipal «Animar o associativismo», cujos objectivos são bastante interessantes, consubstanciando uma preocupação de rediginição do tecido urbano e vitalização da participação cívica e democrática.

3.2. Parte bastante importante dos operadores culturais urbanos são associações, cooperativas e centros culturais resultantes da ligação de umas e outras. Os apoios camarários habituais materializam-se, também aqui, em cedência de instalações ou comparticipação na sua construção ou beneficiação, e em alguns financiamentos directos, quer a título de subsídios, quer de aquisições de bens ou serviços. Em geral, estes apoios são balizados por três critérios principais. O primeiro é de ordem orçamental e, na maioria dos casos, dadas as dificuldades financeiras, representa uma limitação severa ao montante e regularidade dos apoios. O segundo é um critério de pertença local: a cedência de espaços municipais para exposições ou espectáculos, o apoio a produções e digressões, ou a compra de livros, por exemplo, são decididos normalmente em função da ligação dos promotores e criadores ao concelho respectivo – o que quer dizer que o apoio não resulta de um juízo expresso sobre a qualidade ou o impacto da actividade, mas muito mais do facto de se tratar de um artista «da terra» ou «ligado à terra». O terceiro critério, enfim, é a iniciativa do apoiado: o apoio é prestado em função das solicitações recebidas, e a continuidade das realizações propostas pelos operadores, assim como a grandeza dos meios requeridos, tendem a determinar a regularidade, institucionalização e amplitude dos apoios prestados. O que leva a que, como já vimos para Braga, se vão tecendo, ao longo dos anos, ligações duradouras, reservando-se, por exemplo, a Casa dos Crivos, em Maio, para os Encontros da Imagem, ou encarregando-se o Cineclube de Braga da programação habitual do Auditório Galécia, ou financiando-se as edições, em Viana, do Centro Cultural do Alto Minho, etc.

Tudo isto significa que, em geral, as Câmaras não praticam uma política deliberadamente selectiva das relações com operadores locais, em função de orientações de política cultural. O que pode trazer três custos: sendo um que a programação de equipamentos municipais sistematicamente cedidos para variadas entidades e fins pode perder em coerência e qualidade própria, outro que se torna mais difícil projectar uma afirmação supra-local da acção municipal, tão presa parece do localismo, e outro, enfim, que as maiores ligações de facto a este ou àquele operador possam ser interpretadas, na opinião pública, como resultado exclusivo de maiores afinidades pessoais ou políticas.

Porque a verdade é que o curso objectivo das coisas, conjugando as acções dos vários operadores locais, induz ao estabelecimento de maior ou menor proximidade

entre eles. O diálogo pode passar por períodos de turbulência, como o que marcou a relação entre a Câmara e o Centro Cultural Regional de Vila Real, na passagem dos anos 80 para os 90; pode fazer-se por convergência progressiva de actores a princípio conflituais, como foi o caso, na década de 80, entre a Câmara de Viana do Castelo e o Centro Cultural do Alto Minho; pode manter-se como diálogo sobretudo institucional, porque os registos e objectivos de intervenção são distanciados, como parece ilustrar, ainda, o tipo de colaboração, digamos, mais fria, entre a Câmara de Vila Real e a Casa de Mateus; pode estruturar-se sobretudo pelas ligações pessoais e profissionais entre dirigentes associativos, alguns funcionários autárquicos e as autoridades locais, como parece, a um olhar exterior, ser, em parte, o caso da relação da Câmara de Braga com o Cineclube, a Associação de Autores de Braga e a Associação de Fotografia e Cinema Amador, ou da Câmara de Viana com o Centro de Estudos Regionais.

Há, contudo, domínios e protagonistas que sugerem opções estratégicas mais deliberadas e selectivas, no que toca à sustentação da cooperação entre autarquias e operadores locais. Assim, parece evidente, para todas as cidades consideradas, a combinação entre os interesses e projectos de grupos de teatro e os apoios, mais ou menos volumosos, das autoridades municipais. O Filandorra e a Trupe da Vila, em Vila Real, o Teatro Experimental Flaviense, em Chaves, o Teatro em Movimento, em Bragança, têm usufruído de apoios regulares das respectivas autoridades camarárias. Destacam-se, porém, as Câmaras de Braga e Viana do Castelo, que têm apostado com maior intensidade na consolidação de companhias profissionais residentes: em Braga, através da cedência do principal equipamento cultural tutelado pelo município à Companhia de Teatro de Braga; em Viana, através de análoga cedência do Teatro Municipal Sá de Miranda à Companhia de Teatro do Noroeste e de avultado subsídio anual, desde 1993.

Em segundo lugar, alguns gestores e dirigentes têm procurado fugir às limitações do critério localista – o princípio, implícito ou explícito, de apoiar tudo o que provém do concelho e apoiar sobretudo ou exclusivamente o que provém do concelho –, contrapondo-lhe preocupações, por um lado, de qualidade e coerência cultural e, por outro, de alargamento dos horizontes, em sentido mais cosmopolita. Três exemplos diversificados podem ser, agora, invocados. A gestão do Teatro Circo (como já sabemos, uma empresa cujo capital é esmagadoramente detido pela Câmara de Braga) pauta-se deliberadamente por tais preocupações, distinguindo-se, por isso mesmo, a sua programação. O pelouro da Cultura da Câmara de Chaves faz outro tanto, no que toca à promoção de acontecimentos e estruturas artísticas, mantendo ligações com instituições fundamentais no campo artístico português e conseguindo, assim, integrar a cidade transmontana em vários circuitos de itinerância de exposições, para lá de propor, como veremos, iniciativas de escala nacional. A esta orientação não é

certamente estranha a formação e a influência do animador do pelouro, o que colocará eventualmente a questão de saber até que ponto se trata de uma opção plenamente assumida pelas autoridades políticas locais. Finalmente, as autoridades municipais portuenses formularam directamente como objectivo central da sua política cultural a aposta em consolidar, na cidade, acções culturais de grande prestígio e incluí-la nos circuitos nacionais e internacionais de digressão dos grandes criadores e promotores culturais. De facto, toda a sua política de apoio a operadores locais se tem pautado por esta estratégia, consonante com o protagonismo municipal que, como já vimos, marca também essa política: a Câmara tem apoiado fortemente os festivais, concursos e outras realizações de grande impacto levados a cabo por esses operadores e, na ausência de iniciativa civil, tem directamente promovido outros certames de prestígio.

3.3. A terceira área de acção cultural municipal que nos propusemos considerar era a relação com os públicos. Ao longo dos anos, tem crescido a consciência de que esta é uma área crucial, designadamente no que toca à educação do gosto e à formação de públicos culturais – de tal modo que, ao nível das questões de princípio e orientação, pode dizer-se que há aqui um elevado consenso entre autarcas e outros protagonistas locais.

Dois factores principais sustentam aquela crucialidade. A dimensão dos públicos culturais, em sentido mais estrito, é ainda reduzida – mesmo nas cidades com população significativa e, por maioria de razão, nas outras. O crescimento, em termos absolutos e eventualmente também em termos relativos, das fracções qualificadas, nomeadamente de estudantes do ensino superior e de profissionais do terciário superior, que se vai observando ao longo dos últimos anos, não se traduz automaticamente em acréscimo imediato de públicos culturais.

Há, portanto, aqui uma complexa rede de relações, de que os agentes políticos e culturais se vêm dando conta. Relações entre dinâmicas de oferta e dinâmicas de procura: as procuras não se formam no vazio nem se consolidam por si mesmas, independentemente dos bens e serviços propostos. Os processos de ajustamento recíproco constituem o nó do problema. Há procuras que esmorecem, ou estão cronicamente insatisfeitas, por não haver capacidade local de satisfazê-las – procuras, por exemplo, de espectáculos de bailado de qualidade. Há ofertas que se estruturam na quase exclusiva dependência de financiamentos públicos, por não conseguirem alargar significativamente públicos regulares – continuará a ser esta, provavelmente, a situação modal no teatro profissional. Há públicos em formação, exprimindo novas atitudes, interesses e necessidades, qualitativamente distintos dos produtos, instituições e práticas tradicionais – é uma questão actualíssima para Bragança, por exemplo, com a

consolidação do Instituto Politécnico, a que se referiram vários dos protagonistas, políticos ou culturais, que entrevistámos. Mas essas novas atitudes, interesses e necessidades podem também não assumir, por sua vez, contornos de procura cultural, no sentido que concedemos de regra à expressão, no campo da cultura mais erudita.

Assim, as políticas têm-se confrontado, nesta área, com pelo menos quatro pontos nodais: como influenciar o surgimento e alargamento das procuras, do lado da oferta – porque aumentando e, sobretudo, diversificando a oferta disponível também se formam públicos; como conduzir acções estruturantes, cujo tempo é normalmente longo e cuja visibilidade imediata é reduzida, dirigidas à formação e consolidação de públicos, acções, portanto, de forte componente educativa; como transformar duas tendências objectivas recentes em vantagens culturais: como traduzir o aumento da procura social real de lazeres em aumento correlativo da procura cultural num sentido mais estrito e como traduzir o aumento gradual das taxas de escolarização e dos níveis de escolaridade em aumento das disposições e das competências de consumo e participação cultural.

Pode dizer-se que todas as câmaras municipais têm privilegiado, no domínio que agora consideramos, as escolas. As autoridades convergem na ideia de que da criação sustentada de apetências e hábitos de convivência com bens e instituições culturais, desde a infância, depende o mais importante da formação futura de públicos cultivados. Professores, estudantes e escolas, de vários níveis, constituem interlocutores privilegiados da sua acção. E não é difícil encontrar alguma diversidade de parcerias, incluindo por exemplo apoios municipais a iniciativas circum-escolares, impulsionamento de escolas de ensino artístico, programas de ocupação de tempos livres, utilização cruzada de equipamentos, etc. Destaca-se, porém, pela sua dimensão e sistematicidade, o programa «Descobrir», da Câmara Municipal do Porto. Abrangendo grandes temas, como a ciência, a música, a dança, o teatro, estrutura uma sequência continuada de acções pedagógicas, dirigidas especialmente aos jovens e, entre estes, aos integrados no sistema formal de ensino, que os põem em contacto com obras e espectáculos culturais. Do ponto de vista da orientação, o mais distintivo deste programa é justamente a preocupação de que esse contacto se não limite ao consumo ocasional de produtos-já-feitos, mas acompanhe, «por dentro», as condições e os processos de produção cultural (os bastidores, as técnicas, os ensaios, etc.), de modo a favorecer o acesso de novos públicos ao que, na cultura erudita, justamente tende a surgir como impenetrável, fechado, afastador. Uma orientação, portanto, que assume que a democratização da cultura e, em particular, a formação sustentada de novos públicos, não é dissociável de esforços de dessacralização dessa cultura, de efectiva abertura dos campos culturais ao olhar profano, de revalorização, como espaços culturais, de espaços e tempos a que habitualmente se nega essa qualidade (as praças, os cafés, as próprias escolas) – de modo a que, como escreveu

outro analista, «a recepção das obras culturais possa conduzir a uma aproximação empática ao acto criador (participação) e [...] esta última estimule intervenções autónomas e auto-enriquecedoras ao nível da criação»⁴.

3.4. Retenhamos agora, finalmente, as iniciativas directamente desenvolvidas ou, então, lideradas pelas câmaras municipais. Elas podem ser tipificadas em quatro grandes grupos.

Cumprindo, aliás, uma obrigação legal expressa, todas as câmaras dedicam atenção significativa às festas públicas tradicionais dos seus concelhos – sendo que algumas delas, como a Romaria da Senhora da Agonia, em Viana do Castelo, assumem uma forte projecção regional e outras, como as festas de São João, no Porto e em Braga, têm uma clara natureza urbana. Tem havido esforços no sentido de manter o cunho caracteristicamente popular de tais festejos, procurando, ao mesmo tempo, sinalizar e satisfazer as procuras diferenciadas que neles se fazem já sentir. Por outro lado, são propostos programas de animação que incluem algumas componentes culturais, num sentido mais estrito.

Depois, todas as câmaras investem igualmente nos símbolos e recursos identitários das suas populações, concedendo particular atenção a marcas e vivências sociais das histórias locais e aos modos e eixos de estruturação local de sentimentos de pertença colectiva. Esta acção orienta-se, certamente, pela convergência de dois objectivos principais: trata-se de estimular processos de identificação colectiva local, que, além do mais, podem ser rentabilizados politicamente, numa perspectiva virada, portanto, mais para o interior da comunidade concelhia; e trata-se, também, de realizar processos de afirmação dessa comunidade e do respectivo município, nos contextos regionais ou nacionais, uma acção para o exterior em que a afirmação política se combina com o aproveitamento turístico. Tal acção pode materializar-se de várias maneiras: nos cortejos etnográficos ou históricos das festas populares, por exemplo em Viana ou Chaves; nas comemorações regulares de acontecimentos históricos fundadores (do Tratado de Zamora, em Bragança, ou da concessão do foral a Viana do Castelo, ou do nascimento do Infante D. Henrique, no Porto, etc.); nos grandes certames públicos que glosam e actualizam temas enraizados da cultura local, de que se destacam, certamente, sobretudo no Minho, os festivais locais de folclore, mas a que poderíamos acrescentar também várias feiras e outras iniciativas de divulgação de artesanato ou gastronomia; ou, num plano mais erudito, na investigação, estudo e

⁴ José Madureira Pinto, intervenção no debate «Porto, cidade (des)animada?», transcrita in *Revista da Faculdade de Letras. Sociologia*, nº 3, Porto, 1993, p. 175.

publicação em torno de aspectos ou símbolos locais. Valerá a pena, talvez, visto o peso que adquirem no conjunto das actividades directamente promovidas pelos municípios, especificar, no último caso, que vários municípios marcam presença por via de actividades editoriais: a Câmara de Vila Real mantém a revista *Tellus*, a de Braga a revista *Bracara Augusta*, a de Viana a revista *Cadernos Vianenses*, todas dedicadas à investigação histórica, etnográfica e afim, privilegiadamente dirigida aos estudos locais; a Câmara de Chaves tem editado documentos históricos e obras de autores concelhios; Vila Real e Braga realizam também políticas de promoção de escritores e estudiosos locais; e, evidentemente, várias instituições municipais trabalham directamente, no Porto, com este tipo de materiais de investigação histórica, literária, ou outra e mantêm regularmente as suas próprias publicações – falamos, por exemplo, da Biblioteca Pública ou do Arquivo Histórico da Cidade. Ao longo dos anos 80, enfim, a Câmara de Vila Real organizou sucessivas Jornadas Camilianas, dedicadas ao estudo, divulgação e celebração do escritor oitocentista Camilo Castelo Branco, que teve também ligações com a cidade e a sua região.

Num terceiro grupo de iniciativas municipais cabem os programas de animação de espaços públicos, nos quais se podem salientar, alternativa ou conjuntamente, três preocupações: encontrar novas formas de ocupação e revitalização de centros históricos e outras zonas das cidades; procurar novas funções e sentidos para práticas públicas tradicionais, sem necessariamente romper com a sua matriz habitual, mas estimulando alguma actualização dela, e a sua combinação com formas modernas de lazer e expressão; e valorizar turisticamente as cidades. No conjunto das cidades consideradas, talvez se destaquem, por um lado, a animação estival de rua, em Viana do Castelo, pelo tipo de vida que proporciona à cidade e pelo tipo de encontros que favorece, entre locais, turistas, estrangeiros, etc.; e, pelo outro, o esforço sistemático conduzido no Porto, no sentido de recuperar e reforçar práticas tradicionais (as janeiras, a queima do judas, etc.), no quadro da vitalização de praças e jardins e do estímulo de momentos de sociabilidade e comunicação pública cidadina.

Já sabemos, entretanto, quão importante é o papel das autoridades municipais em contextos marcados por alguma debilidade da oferta privada de bens culturais. Não admira, pois, que o reforço do volume e da diversidade da oferta cultural local constitua o motivo condutor das iniciativas que agruparemos numa última categoria. O reforço passa também pela estruturação, em termos de equipamentos, instituições e redes consolidadas. Já nos referimos, em ponto anterior, a este aspecto. Agora, cumpre valorizar, em primeiro lugar, as acções que vão no sentido de melhorar os circuitos de divulgação: nomeadamente, através das «agendas culturais», que são desdobráveis editados mensalmente pelas câmaras, contendo o calendário dos espectáculos, exposições, colóquios, etc. Depois, as acções que procuram suprir lacunas da oferta privada ou associativa local, em particular, quanto a cinema, artes cénicas e artes

plásticas. E, enfim, as iniciativas que propõem eventos qualificantes do espaço cultural local: indo desde as Feiras do Livro, de Bragança, Viana do Castelo ou Braga, até ao festival de cinema de Viana (o Festiviana), ao Encontro de Arte Jovem e ao Simpósio do Granito, em Chaves, e aos festivais promovidos pela Câmara do Porto, nos domínios do jazz, da música folk, ou da arte de vanguarda.

4 PROJECTOS

4.1. É agora possível finalizar a nossa análise esboçando uma síntese das políticas municipais e considerando os principais projectos que delas decorrem.

Em traços muito gerais, pode dizer-se que as políticas culturais continuam a ressentir-se da acumulação de três debilidades fundamentais: a debilidade das competências e hábitos culturais possuídos pela larga maioria das populações, incluindo os seus segmentos mais favorecidos, do ponto de vista do emprego e das habilitações escolares; a debilidade da rede de equipamentos e de oferta de actividades culturais implantada localmente; e a debilidade das próprias estruturas do poder municipal, quer do ponto de vista organizativo, quer do ponto de vista do seu pessoal técnico, quer do ponto de vista da conjugação entre prioridades políticas e constrangimentos financeiros.

Da acumulação destas três debilidades resultam consequências em parte contraditórias. Por um lado, o investimento municipal na cultura e no lazer é relativamente recente, hipotecado que foi à necessidade de atacar primeiro as carências em termos de infra-estruturas e urbanismo. Ainda hoje, a consciência da importância das acções nesse domínio, inclusivamente do ponto de vista dos efeitos económicos e políticos a prazo, faz o seu caminho com alguma lentidão. Ao mesmo tempo, a incipiência da rede privada de agentes e a crónica contradição entre a capacidade de iniciativa e as carências financeiras das associações locais, fatalmente faziam das autarquias um protagonista, voluntário ou não, efectivo ou potencial, da cena cultural local. E os obstáculos mais persistentes ao desenvolvimento dessa cena, sobretudo fora das duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, tinham justamente a ver com a ausência ou fraqueza de equipamentos e instituições de base, de modo que o investimento municipal em cultura assumiria também, necessariamente, os contornos de infra-estruturação urgente, análogos ao que sucedia em matéria de saneamento, abastecimento de água, ordenamento territorial ou rede viária.

As câmaras municipais têm actuado, assim, sob uma grande pressão, quer do ponto de vista das necessidades mais gritantes a satisfazer, quer do ponto de vista do curto prazo em que se devem formular respostas. Como o caso de Braga, descrito com pormenor no primeiro ponto deste capítulo, mostra bem, tratava-se de actuar

concertadamente em três frentes: na criação ou remodelação de equipamentos, no reforço da condição e do papel de diversos agentes culturais e no suprimento de lacunas mais evidentes da oferta local disponível, por via da intervenção directa na organização ou promoção de espectáculos e outras actividades públicas. Ora, nem todas as câmaras puderam ainda obter resultados mínimos nestas três frentes; para várias delas, configuram projectos mais do que realidades. E, mesmo para as que já conseguiram alguns resultados estruturantes, são linhas de actuação ainda por esgotar. Percebe-se bem, por isso, que figure entre os projectos políticos, para este e os próximos anos, a dotação das respectivas cidades com equipamentos básicos. Chaves constrói um auditório; Vila Real projecta a recuperação de um edifício no centro histórico para aí instalar a biblioteca municipal e um grande auditório, e pensa na criação de museus municipais; Viana do Castelo prossegue as obras de remodelação do Teatro adquirido, e prevê terminar a construção de um Centro de Arte e Cultura, iniciada nos anos 80, para aí sediar, além de uma escola local de música, um «nicho de associações». E o mesmo se diga em relação às outras frentes, a relação com operadores locais, em particular associações e cooperativas de produção, e o suprimento de lacunas mais graves na oferta disponível.

O ponto, contudo, está em que estes imperativos de actuação de emergência deixam pouco terreno para a definição de orientações políticas propriamente ditas: financia-se quem e para quê, constrói-se para utilizar como, que mudanças ou desenvolvimentos se quer favorecer, que áreas e intenções se privilegia, como se articulam as várias iniciativas, que parcerias se busca, a que escala se trabalha, etc. Acresce a tradicional marginalização do pelouro da Cultura na estrutura de uma Câmara e a dificuldade de a política cultural ser assumida ao mais alto nível da liderança municipal.

Estas questões vêm fazendo o seu caminho. As respostas diversificadas que suscitam vão permitindo delinear verdadeiras orientações políticas e desenhar projectos estratégicos para o futuro. Em Braga tem-se, sobretudo, trabalhado o problema dos modos de institucionalização e gestão dos organismos e serviços culturais. Escolhida a via de autonomização de equipamentos e programas, até agora materializada no que respeita à gestão do Teatro-Circo, giza-se o projecto mais global de criação de uma Fundação Cultural, para a qual a Câmara carregará parte do património e dos recursos financeiros agora dispendidos na sua acção cultural e na qual emparceirá com outras instituições, públicas e privadas. A mesma sensibilidade à urgência de tornar a gestão cultural mais flexível, menos dependente da burocracia da administração pública e mais atenta à especificidade dos serviços que prestam, encontra-se no Porto, onde se pensa também adoptar a forma jurídica e a estrutura de empresa para o Teatro Rivoli, procurando-se que a sua futura reabertura, terminadas as profundas obras de remodelação que está sofrendo, se possa fazer em

condições óptimas, quer dizer, com o modo de gestão e a política de programação definidos.

Depois, a elaboração de uma política, quer dizer, de critérios coerentes de escolha e de meios para concretizá-los, põe-se também no que toca à relação entre a oferta cultural com origem ou repercussão local e a acção própria da Câmara. O percurso que tem sido seguido, recentemente, aponta para a diminuição acentuada da intervenção municipal directa como produtora cultural e o privilegiamento das funções de promoção e estímulo, quer da banda da oferta quer dos lados da procura, da conservação e divulgação patrimonial e da educação de competências e gosto. Ora, esta inflexão recoloca a questão de saber que objectivos fundamentais se perseguem – se os apoios municipais são automáticos, se são limitados em função apenas das disponibilidades logísticas, materiais e técnicas, se valorizam critérios como a proveniência ou o impacto local das propostas, etc.

Entre as câmaras que enunciam a questão, vale a pena destacar duas respostas. A Câmara de Chaves tem apostado, recentemente, numa especialização temática, tentando afirmar a cidade, a uma escala mais vasta do que o simples meio ambiente imediato, como pólo artístico. É uma opção que aproveita emblematicamente a figura de Nadir Afonso (pintor flaviense que é um dos principais nomes da pintura abstracta em Portugal), que renova uma aposta já antiga da cidade na promoção de certames artísticos de alguma envergadura, e a que não será estranha a formação e a influência pessoal do animador que trabalha no pelouro municipal da Cultura. Uma opção que procura realizar, ao mesmo tempo, a integração de Chaves em alguns circuitos nacionais nos domínios das artes plásticas, e projectar nacionalmente essa integração, através de alguma especialização singularizante. Eis, apreciada do exterior, a principal razão de ser dos projectos do Encontro de Arte Jovem e do Simpósio do Granito, concebidos como certames bienais alternando entre si. O primeiro, iniciado em 1992, é uma grande exposição-concurso de jovens pintores, escultores ou *designers*, enriquecida por animação cultural paralela, e o propósito é lançar assim as sementes de um futuro Museu de Arte Jovem. O segundo, iniciado em 1993, é um convite a alguns escultores portugueses para intervenções em locais públicos da cidade, numa iniciativa também suportada por actividades culturais complementares. Trata-se, como se aceitará, de uma proposta arriscada, cujo sucesso dependerá também do tipo de ajustamentos produzidos entre artistas plásticos e públicos locais, mas que tem, sem dúvida, o mérito de assumir explicitamente uma opção estratégica, no que toca às condições e vias de afirmação cultural de uma pequena cidade interior.

A Câmara do Porto, cuja escala de referência é, naturalmente, outra, tem, por seu lado, procurado enunciar uma política cultural singular, conjugando dois grandes objectivos, que poderemos nomear, para simplificar, da modernização e da democratização. Perseguindo aquele, procura-se concretizar o princípio de que o futuro da

cidade e do Porto e da sua área envolvente passa pela qualificação como pólo de serviços de nível superior – e, que nesse caminho, a vitalidade cultural da cidade constitui, não só uma condição social de afirmação, como um investimento económico em si mesmo. Daí, entre outras coisas, a aposta em ligar, no mesmo pelouro de Animação da Cidade, os sectores da cultura e do turismo. E daí a insistência com que, como já tivemos ocasião de pormenorizar, a Câmara procurou, na passagem dos anos 80 para 90, aumentar a amplitude, a qualidade e a escala dos eventos culturais urbanos. Ao mesmo tempo, as autoridades municipais têm sustentado que é possível empreender essa modernização conseguindo paralelamente ganhos acrescidos em termos de democratização cultural – sendo uma condição básica a diversificação da oferta, outra a prática educativa de aproximação entre os públicos e as obras e práticas culturais, em sentido estrito, outra ainda a animação de espaços públicos urbanos, as praças, os cafés, os jardins, com iniciativas culturais, outra ainda uma acção de promoção do associativismo directamente vinculada a preocupações de reforço da participação cívica e de reanimação de bairros e zonas menos privilegiadas ou, então, degradadas, da cidade. Os projectos actuais da Câmara portuense parecem ir neste duplo sentido: melhorando os equipamentos municipais existentes, inovando do ponto de vista de novos equipamentos (e os melhores exemplos são a refundação do Teatro Rivoli e a organização descentralizada do novo Museu da Cidade), edificando uma nova biblioteca municipal, virada para a promoção da leitura, infra-estruturando e qualificando tecnicamente a malha associativa e procurando uma atitude activa e virada para o futuro de conservação e celebração do património cultural e histórico citadino.

CAPÍTULO IV

ALGUNS PROCESSOS INOVADORES EM CURSO

1. A GLOBALIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE CULTURA – A FUNDAÇÃO DE SERRALVES, NO PORTO

Em 1986, o Estado português adquiriu, no Porto, a casa e a quinta de Serralves – vasto património mandado edificar, nos anos 30 e 40 do nosso século, por um industrial têxtil, e compreendendo uma residência, parques arborizados, jardins e terrenos agrícolas, numa área total superior a 18 hectares. O objectivo principal da compra era permitir a instalação, neste belíssimo conjunto, do futuro Museu Nacional de Arte Moderna.

Em 1989, foi instituída a Fundação de Serralves, encarregada da gestão da propriedade, da promoção de actividades multidisciplinares no domínio das artes e do processo de instalação do Museu. Na Fundação, de direito privado, participaram o Estado central, a Câmara Municipal do Porto, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, várias instituições culturais e educativas regionais, duas associações empresariais e meia centena de empresas e empresários. Procurava-se flexibilizar e autonomizar a gestão do Museu e do Centro Cultural de Serralves, envolver no projecto múltiplos agentes da sociedade civil e reforçar a contribuição financeira estatal, a qual garantiria os custos fixos de manutenção, com contribuições do capital privado. Constituíam-se, assim, uma experiência pioneira no panorama português da gestão de instituições de cultura.

O arquitecto Álvaro Siza Vieira foi, entretanto, incumbido de projectar o edifício do futuro Museu e de um auditório.

Sem perder de vista o objectivo último da sua actividade – o Museu –, mas estando este dependente de investimentos vultuosos que a transcendem, a Fundação de Serralves tem conduzido uma acção cultural pautada por três grandes orientações. A primeira é a afirmação como centro cultural de projecção europeia, vocacionado

para as artes contemporâneas, numa lógica multidisciplinar. A segunda é o desenvolvimento de projectos de animação e educação para a arte e o ambiente. A terceira é a dinamização e valorização do património natural do conjunto de Serralves.

Para lá da divisão administrativa e financeira, a Fundação compreende a direcção cultural e a direcção do Parque. A actividade da primeira é naturalmente polarizada pela realização regular de exposições e pela constituição e tratamento do acervo do futuro Museu. Concretizando o programa da Fundação, as exposições têm incidido sobre múltiplas artes (artes plásticas, arquitectura, fotografia...), têm privilegiado artistas contemporâneos e têm combinado o trabalho de artistas portugueses com mostras de criadores de primeira linha no panorama mundial (como Picasso, Miró, Tapiès ou Vieira da Silva).

O serviço de animação desempenha um papel crucial, na realização do projecto interdisciplinar, porque apoia e enriquece sistematicamente as actividades de exposição com sequências paralelas de conferências, colóquios, mostras de vídeo e cinema, espectáculos de dança, sessões de jazz e música de câmara. Entre estas iniciativas, merecem destaque o ciclo de dança, porque permitiu revelar novas coreografias e novos coreógrafos portugueses; e o ciclo estival de jazz no Parque, porque permitiu combinar as duas vertentes que fazem a singularidade de Serralves, a cultura e a fruição do espaço ambiente.

O serviço educativo desempenha outro papel fundamental, agora na comunicação do museu com os seus utentes, efectivos e, sobretudo, virtuais. Actua através do método das visitas guiadas, umas dirigidas ao público em geral, outras especificamente orientadas para públicos escolares. Procura-se potenciar o contacto com as exposições, enriquecendo-o com o conhecimento mais alargado dos movimentos artísticos que as enquadram; procura-se eliminar ou atenuar a relação de descon-fiança ou inibição face ao museu, acompanhando e apoiando tecnicamente os visitantes; procura-se suscitar o diálogo com o público, numa lógica de aprendizagem recíproca. Ora, num domínio, como a arte contemporânea, cuja recepção pública está tão marcada por desconhecimentos e preconceitos mútuos, esta acção educativa parece indispensável ao alargamento e formação de fruidores e utentes do espaço cultural de Serralves.

A direcção cultural da Fundação integra, ainda, serviços de investigação e documentação, uma livreria especializada e tem promovido o turismo cultural, concretizado em viagens periódicas, acompanhadas por peritos, a centros e acontecimentos artísticos do estrangeiro (por exemplo, as edições da ARCO, em Madrid).

Por sua vez, o Parque de Serralves tem um duplo alcance: é um dos mais belos e vastos espaços verdes da cidade do Porto; e, para além de jardins, inclui um importante espaço rural, em plena urbe. É propósito da Fundação combinar estas duas áreas, os 12 hectares de jardins e os 6 de quinta, de modo a conseguir uma educa-

ção ecológica e ambiental verdadeiramente integrada, capaz de valorizar a natureza e o trabalho da terra. Eis a lógica que preside à actuação dos seus serviços de manutenção, desenvolvendo, nomeadamente, actividades de criação de animais, experimentação de plantas, venda de produtos naturais e cirurgia de árvores; e à actuação dos serviços de educação e animação, promovendo visitas acompanhadas ao Parque, clubes da natureza, celebrações de dias mundiais ligados à natureza, oficinas de animação de tempos livres, exposições, propostas de educação pela arte e pela natureza, num conjunto articulado em que se destacam a ligação regular com várias escolas, a exposição estival de espantalhos feitos pelas crianças, no Parque e, recentemente, a recriação do ciclo do linho.

É tudo isto que faz o impacto e a singularidade de Serralves. É, sobretudo, o modo como, potenciando ao máximo os recursos físicos e respeitando a própria história da Casa, se consegue combinar artes contemporâneas e ambiente, cultura e natureza, formação estética e educação ecológica, adoptando e concretizando um entendimento duplamente globalizante da cultura – porque percebe e aposta na configuração multidisciplinar das artes, fazendo convergir artes plásticas e cinema, ensaísmo e fotografia, arquitectura e dança, etc.; e porque percebe e aposta na cultura como forma de vida, cruzando dimensões formativas, dimensões de fruição e dimensões lúdicas, propondo às pessoas um espaço cultural onde elas podem passear e familiarizar-se com as vanguardas, tomar chá e consultar uma livreria especializada, participar num colóquio e comprar plantas aromáticas, ouvir jazz e ver espantalhos concebidos por crianças.

Ao mesmo tempo, Serralves opera esta conjunção, referindo-se, em todos os domínios, da arquitectura do espaço às iniciativas que nele ocorrem, a elevados padrões de qualidade e actualidade – afirmando-se, claramente, como um centro cultural de projecção europeia e vinculado à nossa contemporaneidade.

Não admira, portanto, que, em poucos anos, se tenha imposto como interlocutor reconhecido de grandes instituições congéneres – integrando-se, designadamente, na rede europeia de centros culturais; e como recurso nuclear para a estruturação de redes regionais – sendo uma boa ilustração, no âmbito do presente estudo, o seu envolvimento na organização, em Chaves, do Encontro de arte Jovem. Não obstante, a mais fulgurante afirmação tem sido enquanto instituição de referência da cidade do Porto, seu novo emblema. Entre 1987 e 1993, o número anual de visitantes subiu de 28000 a 90000. Às visitas guiadas pelos serviços educativos do Parque e da Casa acorreram, em 1992, quase 17000 e, em 1993, acima de 19000 pessoas, a larga maioria crianças.

Um inquérito promovido pela Fundação, em 1993, permite caracterizar o seu público. Administrado durante uma semana do mês de Março, apurou 2375 respostas. O grupo etário mais representado é, de longe, o compreendido entre os 16 e os

20 anos de idade, seguido pelo compreendido entre os 20 e os 25. Três em cada cinco respondentes têm instrução superior, 42% são estudantes, 19% profissionais de ensino, 6% profissionais de saúde, 5% gestores, 4% engenheiros – sobre-representação, portanto, de profissões e ocupações muito qualificadas. Trata-se de um público habitual – quase dois terços dos respondentes já haviam visitado Serralves, nos seis meses anteriores à data do inquérito, e 17% tinham-no feito 4 ou mais vezes. Trata-se de um público cultivado – que lê os jornais diários e semanários de referência e é frequentador regular de cinema, concertos e exposições.

O que quer dizer, não se esqueça, que é socialmente restrito. Serralves move-se no apertado círculo das instituições de cultura erudita, que só parece romper na área educativa e, em particular, da colaboração com escolas. Dentro de tal círculo, porém, tem conquistado um público próprio, eventualmente mais amplo do que o de outras instituições congêneres, mas menos actualizadas, proporcionando-lhe uma oferta regular, diversificada e de alta qualidade cultural.

A Fundação de Serralves vive um momento delicado. O Museu de Arte Moderna requer investimentos de grande vulto, que não parecem ainda garantidos. As restrições financeiras pesam também sobre a actividade corrente. Não há grande tradição portuguesa de participação do tecido empresarial no financiamento de instituições culturais e os objectos privilegiados do investimento estatal parecem estar noutras áreas geográficas. Contudo, seria uma cegueira total, em matéria de política cultural e urbana, não apoiar esta experiência singular no nosso contexto cultural, permitindo-lhe o salto qualitativo que a consagre como museu e centro cultural da nossa contemporaneidade.

2. A FORMAÇÃO DE UM CENTRO CULTURAL URBANO – O CENTRO CULTURAL DO ALTO MINHO E O SEU DIÁLOGO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

O Centro Cultural do Alto Minho nasceu, em 1979, na sequência da realização do Primeiro Encontro de Associações Culturais do Distrito de Viana do Castelo. Procurava implantar uma estrutura quase federativa de associações de base, aproveitando a oportunidade aberta pelo projecto da Secretaria de Estado da Cultura de apoio à criação de centros culturais descentralizados, no quadro do qual se formaram instituições congêneres, em várias cidades portuguesas. Assumiu a forma jurídica de cooperativa, a que aderiram associações e colectividades locais, como cooperantes colectivos, mas também animadores e outros interessados, como cooperantes individuais.

Os primeiros anos de funcionamento do Centro pautam-se por essa vocação original. Realizam-se, em 1981 e 1982, mais dois encontros distritais interassociativos; e o Centro assegura funções de alguma representação institucional, de mediação na relação com os poderes públicos e de apoio técnico, material e logístico ao movimento associativo local. Os traços que caracterizavam este último eram, entretanto, um entendimento bastante amplo de animação cultural, onde cabiam todos os esforços de promoção social de populações carenciadas em múltiplos domínios, de favorecimento de processos de participação popular em projectos colectivos e de vinculação a práticas e bens culturais e lúdicos enraizados num espaço social acentuadamente rural.

Ora, ao longo dos anos 80, a actividade e a postura do Centro Cultural do Alto Minho irá mudar substancialmente. Manteve, é certo, uma estrutura de apoio a colectividades da região, mas o seu estilo e o seu campo principal de actuação alteraram-se substancialmente.

Para essa transformação, que não se fez por ruptura mas se foi consumando progressivamente, terão contribuído pelo menos três factores. A escassez de meios, materiais e humanos, consequência da precaridade da articulação aos serviços e programas da Secretaria de Estado da Cultura, designadamente no que tocava a financiamentos, obrigou a reduzir o volume dos apoios prestados e a corrigir, assim, a vocação federativa original. Por outro lado, o associativismo local ia fechando o ciclo aberto em 1974 e ia reequacionando, também, os seus objectos e métodos de intervenção, em particular na vertente de acção social e política no terreno; este processo significou, em muitos casos, alguma cristalização de projectos e actividades, a qual, se favoreceu a consolidação e o reconhecimento social local, não deixou de reduzir espaços e oportunidades de inovação. Finalmente, cresciam os riscos de a relação entre o Centro e os seus cooperantes colectivos gerar componentes de dependência recíproca que dificultavam a afirmação de interesses e iniciativas culturais em sentido mais estrito e de maior conteúdo urbano, quando era manifesta a profunda debilidade da cidade de Viana do Castelo nessa área.

Gradualmente, opera-se, portanto, uma agulhagem nas actividades e na imagem pública do Centro Cultural.

Ele passa a afirmar-se mais como uma instância produtora, um núcleo de activistas com projectos próprios, passa a referir-se mais ao campo da cultura erudita e a dirigir-se mais ao espaço urbano em que se sedia.

Vão surgindo, redefinindo-se ou desenvolvendo-se, consoante os casos, departamentos internos, as Oficinas, que agrupam pessoas em função de afinidades de interesse e realizam o trabalho de maior continuidade e maior impacto público: a oficina de cinema e audiovisuais, que funcionará sobretudo como um cineclube: a Barca d'Artes, galeria de arte do Centro; a oficina de teatro, que preencherá o vazio dei-

xado pelo regresso ao Porto do TEAR, uma companhia profissional que havia estado em Viana entre 1978 e 1982, e assegurará oferta de espectáculos, formação e animação teatral, ao mesmo tempo que preparará e desenvolverá o projecto de uma nova companhia profissional, o Teatro do Noroeste; a oficina de literatura, depois de literatura e história, que promoverá actividades editoriais e de encontro público ao redor do livro e da leitura; a oficina de fotografia.

Forma-se assim, ao longo dos anos 80, um operador cultural urbano, garantindo uma oferta mínima de bens e serviços de cultura e lazer, norteado por preocupações de qualidade estética e procurando propiciar não só possibilidades de consumo e recepção como também de participação na produção cultural. Conduzida por uma direcção onde avultam quadros intelectuais, técnicos e científicos, esta acção cultural pretende configurar-se como alternativa aos padrões de dominação cultural das indústrias do lazer e do consumo de massas. Mas, face à extrema carência da cidade, torna-se bem depressa na única oferta ou na oferta mais consistente, ao dispor do público de Viana. É o Centro Cultural do Alto Minho que mantém uma galeria de arte, que promove cinema de qualidade, que edita, que organiza feiras do livro, que alberga experiências criativas, que procura consolidar o teatro.

E, todavia, não deixa de se encontrar numa posição de isolamento e debilidade. Isolamento, primeiro, face à cidade e aos seus poderes: foi lenta e limitada, tanto quanto podemos apreciá-la, a conquista e fidelização de um público, em particular para as oficinas mais vinculadas à arte, à literatura e à investigação; assim como foi lento o processo de reconhecimento da sua acção pelo poder autárquico. Debilidade, porque o próprio crescimento do Centro e o seu impacto público foram realçando as dificuldades de uma estrutura constituída, sobretudo, por animadores benévolos, com pouco suporte organizativo e com graves problemas de instalações, e porque a actividade e a sobrevivência do Centro continuam dependentes de financiamentos estatais cujo processamento é relativamente acidentado, de modo que ele representa mais um caso em que a extrema vulnerabilidade financeira acompanha e ameaça a vitalidade cultural.

Recentemente, tem havido melhorias qualitativas nesta situação, associadas, sobretudo, a uma aproximação gradual, no decurso dos últimos anos 80 e nos anos 90, entre o Centro Cultural e a Câmara Municipal. Este diálogo, não isento de dificuldades e equívocos, foi, de algum modo, preparado pelo esforço conjunto na realização anual de uma feira do livro, já desde o início da década de 80. E foi-se consolidando em sucessivas parcerias, tornando-se a Câmara um dos principais financiadores das actividades do Centro e tornando-se este um operador qualificado de iniciativas com interesse local e público. O ponto mais forte de ligação acabou por ser a companhia de teatro profissional que nasceu na oficina do Centro e foi crescendo, vindo a constituir uma cooperativa autónoma em Janeiro de 1994. Essa companhia, o Teatro do

Noroeste, é, actualmente, a companhia residente no Teatro Sá de Miranda, um equipamento adquirido e remodelado pelo município, que assim encontrou uma gestão e ocupação qualificada.

Parece, pois, estarmos num bom momento para consolidar e potenciar as oportunidades e formas de concertação entre as autoridades políticas, os serviços municipais e a instituição cidadina que mais tem contribuído, no domínio da cultura, para promover uma dinâmica de actualização e qualificação de ofertas, gostos e públicos.

3. A CIDADE, A SUA HISTÓRIA E O SEU PATRIMÓNIO – A UNIVERSIDADE, O ASSOCIATIVISMO E A REVALORIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E DA HISTÓRIA URBANA DE BRAGA

Braga é uma cidade com história. No subsolo de uma vasta área do seu actual espaço urbano, encontram-se as ruínas de Bracara Augusta, a cidade romana fundada por Augusto. Bracara Augusta foi sede do Conventus Bracaraugustanus, um território que corresponderia, hoje, a parte substancial da região do Minho; e tornou-se capital da Galaecia, que incluía todo o Noroeste da Hispânia.

No decurso da Idade Média, Braga transformou-se num importante centro religioso, sede de arcebispado. Sobre as ruínas da cidade romana, edificou-se a Braga medieval. Esta viria a sofrer várias destruições ao longo do século XIX, mas aquela manter-se-ia soterrada, em áreas adjacentes à cidade oitocentista, ocupadas com quintais.

O crescimento urbano de Braga acelera-se a partir dos anos 50 e 60 do século XX, com novos planos de urbanização e a expansão da construção civil e da promoção imobiliária. Os terrenos onde estavam sepultadas as ruínas romanas são invadidos e devassados.

Na imprensa local, algumas vozes se erguem, pedindo a protecção do património arqueológico. As destruições sucedem-se. Em 1973, surge a primeira iniciativa legal de protecção, mas é ignorada pelas autoridades municipais.

No novo contexto de expressão e mobilização pública aberto pela revolução democrática portuguesa, um conjunto de cidadãos movimenta-se no sentido de sensibilizar a opinião pública e o Governo sobre a urgência do salvamento de Bracara Augusta. Em 1976, constitui-se uma Comissão de Defesa e Estudo do Património (CODEP). A Universidade do Minho participa activamente. E, na sequência desta campanha de alerta e sensibilização, é fundado o Campo Arqueológico de Braga, delimitando-se áreas interditas à edificação. No ano seguinte, a gestão do Campo transita para a Universidade, que cria, então, a sua Unidade de Arqueologia. Da CODEP, nasce a Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cul-

tural, ASPA, que congrega gente de Braga e do Porto e pretende ter uma dimensão regional.

Num quadro marcado pelo crescimento urbano e a democratização do poder local, a cidade de Braga vê, assim, exprimirem-se, no seu espaço público, vozes académicas e cívicas que pensam criticamente tal crescimento e o papel nele desempenhado pelas autoridades municipais.

A ASPA merece uma referência particular. Desenvolve uma intervenção culturalmente qualificada, conduzida por investigadores, arquitectos, professores. Participa nas iniciativas de constituição de uma rede regional e nacional de associações congéneres. Combina preocupações de divulgação e educação pública: ao longo dos anos 80, mantém uma revista científica, orienta pesquisas e operações de salvaguarda patrimonial, organiza exposições, promove visitas guiadas, apostando claramente na formação de uma consciência patrimonialista local. Actua agressivamente, utilizando com eficácia a imprensa e denunciando com veemência o que julga ser atropelo à preservação do património histórico e cultural da cidade. Na sua obediência a um pensamento estritamente patrimonialista, enuncia um princípio de orientação distinto do que informa a política urbanística e cultural municipal, e coloca-se sistematicamente numa posição de vigilância crítica sobre a actuação, nesta matéria, dos serviços da Câmara e da Secretaria de Estado da Cultura.

Os contornos directamente políticos da conflitualidade que assim percorre toda a década de 80 extravasam o âmbito do presente estudo. O que importa, aqui, destacar é o processo através do qual ganha pertinência e visibilidade pública o debate sobre o rosto e o destino da cidade de Braga. Ora, em tal processo, há sinais de maturação dos protagonistas, civis e institucionais, de formação da opinião pública e de alguma convergência e concertação.

A ASPA sofreu uma erosão que foi, em parte comum, a várias outras associações congéneres e passou, nos finais da década, por claro apagamento. Mas, ao mesmo tempo, redefiniu o objecto principal da sua intervenção, marcou mais claramente a dimensão mais cultural do que política do estilo e do terreno em que se movia, e alargou os seus interesses, primeiro, para todo o património histórico da cidade e da sua região e, mais recentemente, também para o património natural e a defesa do ambiente. Continua a representar um círculo intelectual qualificado.

Por seu lado, a Universidade do Minho foi consolidando o seu enraizamento no tecido social urbano. O trabalho da generalidade das suas Unidades Culturais – que são a Unidade de Arqueologia, a Unidade de Educação de Adultos, a Casa-Museu Nogueira da Silva, a Biblioteca Pública, o Arquivo Distrital e o Centro de Estudos Lusíadas – permite aliar a actividade científica e educativa que lhe é própria com uma presença activa, e porventura aprofundável, na cena cultural bracarense.

Finalmente, as orientações estratégicas no sentido de preservar e valorizar a

herança e a configuração histórica da cidade foram abrindo caminho nos círculos políticos locais; e o programa nacional de revitalização dos centros históricos veio reforçá-las. Na segunda metade dos anos 80, a Câmara Municipal criava estruturas próprias de intervenção no centro histórico de Braga e, em 1991, instalava o seu Gabinete de Arqueologia.

Parece haver, portanto, algumas possibilidades de relançar formas de comunicação e cooperação entre diferentes protagonistas, de modo a potenciar a sensibilização da opinião pública local, eventualmente favorecida pela actuação de associações cívicas e pela vivacidade das discussões cívicas, ao longo dos últimos quinze anos. Como vários actores locais assinalam, Braga é uma cidade em crescimento forte, e deve assumir a necessidade de ordená-lo. É também uma cidade histórica, e deve procurar um ponto de equilíbrio entre a modernização e o respeito pela sua caracterização multissecular. Neste quadro, perceber como recurso o património e a estruturação histórica da cidade, sem com isso se condenar ao imobilismo, é uma opção de que todos poderão tirar múltiplas vantagens.

4. A RECONFIGURAÇÃO DOS PÚBLICOS E DOS HÁBITOS URBANOS – OS IMPACTOS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA NO TECIDO URBANO

O Instituto Politécnico de Bragança, criado em 1979, iniciou as suas actividades lectivas em 1986-87, com os cursos de bacharelato de Professores do Ensino Primário, Educadores de Infância, Gestão da Empresa Agrícola e Melhoramentos Rurais – os dois primeiros integrados na Escola Superior de Educação e os dois últimos na Escola Superior Agrária. Frequentavam-nos 122 alunos.

Para trás ficava um processo relativamente moroso de dificuldades de recursos humanos. Quanto às instalações, a Câmara Municipal de Bragança adquirira uma vasta propriedade rústica, a Quinta de Santa Apolónia, que cedera ao Instituto. Nela foram construídos os edifícios das duas primeiras Escolas.

Em 1990, o Instituto Politécnico avança com a criação de uma terceira Escola, de Tecnologia e Gestão. Almeja assim aumentar a sua esfera de intervenção e diversificar a oferta de cursos, respondendo a necessidades regionais de formação superior e combatendo alguma dinâmica de atracção que estabelecimentos de ensino da região fronteiriça espanhola já iriam exercendo sobre a procura portuguesa.

Neste processo, o envolvimento de parceiros locais consegue-se através da fundação da Associação Transmontana para o Desenvolvimento do Ensino da Tecnologia e Gestão, na qual participam as doze câmaras do distrito brigantino, associações comerciais e industriais, o NERBA (Núcleo Empresarial regional), algumas empresas

e pessoas singulares. Criada legalmente a Escola, em Dezembro de 1990, e iniciada em 1992 a construção das respectivas instalações, o empenhamento daquela Associação continuará a ser decisivo, designadamente na cobertura de custos de funcionamento da Escola.

Em 1989-90, o Instituto começa com o primeiro curso de estudos superiores especializados – uma formação pós-graduada, que permite a atribuição de diplomas de licenciatura – precisamente em Contabilidade e Administração de Empresas. E os anos lectivos seguintes assistirão à consolidação de uma oferta de ensino repartida entre os cursos de formação de professores, os de formação agrária e os de contabilidade, informática e gestão, objecto, estes últimos, de crescente procura. O Instituto prevê, actualmente, a criação de cursos na área das tecnologias.

Entre 1986-87 e 1993-94, a população discente aumentou 15 vezes. Dos 1827 alunos inscritos, neste último ano, 40% frequentam a Escola Superior Agrária, 34% a de Educação e 19% a de Tecnologia e Gestão – havendo mais 7% inscritos em cursos de estudos superiores especializados. O Instituto dispõe de 135 docentes, dos quais um quarto tem qualificações superiores à licenciatura – 4% são doutorados e 21% mestres. 20% do total de docentes estão inscritos em programas de doutoramento e 34% em programas de mestrado. O que significa que se deram passos muito importantes no sentido da qualificação dos recursos docentes, o que, combinado com reduzidas taxas de saída de pessoal qualificado, configura actualmente um quadro bastante favorável. Para a atracção e fixação deste pessoal, contribuirão não só condições internas ao Instituto – em particular, a sua dinâmica de investigação e ligação a instituições e empresas regionais, além da cooperação com outros estabelecimentos de ensino superior, nacionais e estrangeiros, desde logo com a UTAD – como também as condições materiais e o ambiente urbano de Bragança.

Quanto aos estudantes, acorrem ao Instituto não só originários do distrito brigantino como de outros pontos do País. Esta situação deriva sobretudo do regime de acesso ao ensino superior prevalecente. De acordo com os cálculos das autoridades académicas, constituirão partes quase iguais os contingentes de estudantes originários e não originários do distrito. Gera-se, portanto, um fluxo importante de gente jovem para a cidade, cuja integração terá sido facilitada – em primeiro lugar, porque existia oferta local de habitação, permitindo a instalação dos estudantes em apartamentos e estimulando a criação de «repúblicas» (habitações partilhadas por vários estudantes), sem grande aumento dos preços; e em segundo lugar, porque Bragança dispunha já de uma forte tradição académica, associada ao facto de ter, durante muito tempo, concentrado os equipamentos escolares distritais de nível secundário. Em contrapartida, para lá dos efeitos eventualmente negativos sobre a satisfação de procuras locais de formação superior, este fluxo não deixa de ser marcado por fortes restrições temporais, operando quase exclusivamente em período escolar, com as

consequentes disparidades entre dias úteis e fins de semana e entre períodos lectivos e férias escolares.

O Instituto funciona em *campus*, estando em curso um processo de concentração de todas as instalações (escolas, serviços centrais, biblioteca, centros de investigação e interface, refeitório, residências para alunos, recintos desportivos) na Quinta de Santa Apolónia – propriedade com cerca de 28 hectares, 20 dos quais se destinam a ensaios agrícolas. A acessibilidade ao centro da cidade é, todavia, boa.

Quais têm sido, então, os principais impactos públicos do Instituto Politécnico, nestes 7 ou 8 primeiros anos de funcionamento efectivo?

É aconselhável considerar a questão em dois planos, o da região e o da cidade de Bragança. Quanto ao impacto regional, é ainda cedo para determinar com segurança os efeitos da formação já certificada. Há alguns sinais de optimismo, outros de preocupação. Haverá alguma capacidade regional de fixar alunos formados pelas diferentes Escolas, mas uma parte importante deles não estará a desempenhar os papéis mais consonantes com o tipo de qualificação obtida. A Escola Superior Agrária procurou recentemente saber qual tinha sido o destino profissional dos alunos que haviam terminado os seus cursos de Gestão da Empresa Agrícola e de Melhoramentos Rurais. Não foi possível conhecer a situação de 23% deles; mas 30% exerciam funções de quadros técnicos, 25% exerciam funções docentes no ensino básico e secundário, 7% encontravam-se desempregados.

Se ainda não dispomos, portanto, de uma ideia clara sobre o tipo de inserção regional dos novos quadros (e sobre a proporção dos que abandonaram, entretanto, a região), já poderemos, contudo, assinalar que o crescimento do Instituto representa, ao menos virtualmente, uma importante contra-tendência à hiper-periferização da região, no contexto português, e ao seu arrastamento para dinâmicas de polarização com origem em Espanha. E tem constituído uma capacidade instalada de recursos qualificados de formação, pesquisa e prestação de serviços, à qual os empresários e outros protagonistas sociais da região se vêm tornando sensíveis. Daí que tenham aumentado as acções de cooperação e serviço prestadas pelo Instituto a autarquias, instituições públicas sectoriais, agentes económicos, associações empresariais, etc.

No plano dos impactos urbanos, sem dúvida que o Instituto, com os seus quase 2000 alunos e os seus 135 docentes, veio modificar qualitativamente o tecido social de uma cidade que, em 1991, contava com 15 713 residentes. Veio proporcionar a construção de importantes equipamentos públicos, numa cidade deles tão carenciada. Veio abrir novas oportunidades de qualificação a actores locais, de que o sinal mais claro terá sido a procura de cursos de qualificação por parte de professores do ensino básico. Veio favorecer vias de expansão a serviços citadinos, desde os mais culturais e técnicos (comércio livreiro, por exemplo), aos de natureza mais logística e material (mercado da habitação, por exemplo). Para o que, agora, nos importa,

todavia, valeria sobretudo a pena pensar em dois outros tipos de efeitos: na animação urbana e na prática cultural.

Formas de animação urbana enraizadas na cidade, em virtude, entre outros factores, da sua tradição escolar, foram desenvolvidas na sequência da instalação da nova população estudantil ligada ao Politécnico. Vários informadores locais coincidem na sugestão de que, mais do que concretização de novas formas, houve aumento da dimensão dessa animação pública estruturada pelo consumo, o lazer e a convivialidade. Alunos e professores participam activamente na «movida» local polarizada por cafés, bares e discotecas, quer através do consumo, quer da promoção, gestão e animação de tais espaços de interacção e expressão pública nocturna e vinculada à música e ao lazer modernos.

Já quanto à prática cultural, os efeitos gerados não serão comparáveis. É certo que do universo escolar têm provindo alguns dos agentes dinamizadores da cena cultural e cívica local: o Forum Nordeste, enquanto organização de intervenção cívica, ou o Teatro de Estudantes são bons exemplos de iniciativas públicas suportadas por funcionários e discentes do Politécnico. Mas a recomposição dos gostos e hábitos, que se pressente como consequência virtual da presença académica, vai desenhando uma nova procura de consumo e participação cultural para a qual não existe ainda dinâmica equivalente, do lado da oferta e das condições estruturais.

O que configura aquele que será possivelmente um dos pontos críticos decisivos da evolução urbana de Bragança. Como se conseguirão estabelecer e consolidar condições e oportunidades de satisfação e desenvolvimento das necessidades, dos projectos e das procuras de novos segmentos sociais mais qualificados, do ponto de vista educativo, e mais modernizados, do ponto de vista dos padrões de comportamento e gosto, eis uma questão para que todos, autoridades políticas, escolas, instituições associativas, agentes económicos e culturais, terão de encontrar respostas.

5. A FORMAÇÃO DE PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO - A ADRAT, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ALTO TÂMEGA, EM CHAVES

O projecto da ADRAT germinou no final dos anos oitenta, na sequência de um programa nacional de formação de jovens agentes de desenvolvimento. Foi, desde o início, concebido como a procura de uma plataforma inter-municipal e inter-institucional, que dinamizasse o tecido produtivo e social da região do Alto Tâmega, cujo pólo principal é a cidade de Chaves.

Em 1990, a ADRAT formalizou-se como Agência de Desenvolvimento, congregando um conjunto de associados que não parou, entretanto, de crescer: em Dezem-

bro de 1993, eram 18, incluindo as seis câmaras municipais da região, uma associação empresarial, várias cooperativas agrícolas, uma caixa de crédito agrícola, a comissão regional de turismo, a Misericórdia e algumas associações de cultura, lazer e protecção do ambiente.

Foi-se criando, assim, uma rede de parcerias institucionais, que permitiu configurar uma estrutura de representação à escala regional e redefinir positivamente o relacionamento com serviços da administração pública, como a Comissão de Coordenação da Região Norte ou o Instituto do Emprego e Formação Profissional. Ao mesmo tempo que se desenrolava este processo de afirmação e reconhecimento da Associação, à escala local, regional e nacional, ela dotava-se de uma equipa técnica jovem e diversificada, o que permitiu ganhos de qualificação no desenho e negociação de projectos.

A existência e a actividade da ADRAT não é dissociável das novas possibilidades abertas pela integração europeia de Portugal e das regras e oportunidades de acesso a fundos da Comunidade Europeia. A função estratégica da Associação tem sido a mediação: mais do que intervir directamente, com projectos próprios, ela propõe-se mobilizar, qualificar, orientar e gerir projectos de instituições ou particulares; e, nesse contexto, tem liderado processos de candidatura e gestão de iniciativas enquadradas em programas comunitários.

Foi, assim, adquirindo contornos claros um quadro de acção que tem privilegiado as seguintes áreas: a modernização e a diversificação do tecido produtivo; as actividades ligadas à agricultura; o turismo, designadamente em espaço rural; a formação de recursos humanos; as relações transfronteiriças.

A ADRAT não está, com certeza, isenta de problemas. Sofre uma certa crise de crescimento, com sucessivos pedidos de adesão e a necessidade de redefinir os processos de tomada das decisões estratégicas. Não esclareceu ainda totalmente o plano das suas relações com organismos estatais de coordenação regional, que asseguram, em grande parte, a sua viabilidade. Não articulou tanto quanto seria desejável os papéis dos técnicos e, nomeadamente, do seu principal animador, e os papéis das instituições associadas, correndo os riscos inerentes à pessoalização das iniciativas. Defronta-se com o perigo do localismo ou do sub-regionalismo, isto é, a tentação de se referir a uma escala demasiado pequena.

Contudo, ela tornou-se um novo protagonista, na estrutura institucional de Chaves e da sua região envolvente. Tem assegurado processos de concertação e representação de interesses. Tem contribuído para a abertura e aprofundamento de um debate sobre ideias e projectos para o desenvolvimento regional, que tem a vantagem inestimável de ser um debate enraizado no tecido sócio-institucional local. Tem, em suma, *qualificado* a acção endógena para o desenvolvimento.

Ora, uma das áreas de maior potencial no trabalho de agentes como a ADRAT, e

mais favorecidas pela dinâmica de integração comunitária, é a da cooperação internacional. A Associação dispõe já de experiência em tal domínio e, em particular, na relação transfronteiriça com instituições, individualidades e projectos da Galiza. Tem participado activamente em iniciativas de cooperação, entre as quais se destaca a realização anual do Encontro Gallaecia, promovido pela ADRAT e pela associação Via Gallaecia, de Orense. Importaria, assim, rentabilizar, formalizar e consolidar o seu papel, em redes de concertação transregionais.

NUEVAS DINÁMICAS URBANAS EMERGENTES Y/O CONSOLIDADAS EN LAS CIUDADES GALLEGAS

O LAS NUEVAS DINÁMICAS URBANAS

En el contexto de los espacios urbanos, todas las áreas de la organización y el comportamiento social generan actividades que evolucionan como dinámicas urbanas específicas.

El objetivo de este trabajo consiste en detectar las dinámicas urbanas que poseen continuidad, que generan efectos sociales y que contienen un potencial innovador capaz de transformar el medio urbano.

La continuidad se identifica con la existencia de una estructuración básica que le permite un desarrollo a determinada dinámica urbana para que no se reduzca a un suceso momentáneo.

El efecto social sobre el conjunto o parte del medio urbano se relaciona con la capacidad de impacto que ha evidenciado el desarrollo de cada dinámica.

El potencial innovador se refiere al contexto en que emerge una determinada dinámica y supone una característica relativa a cada medio urbano analizado.

En línea con los objetivos globales del estudio, en el ámbito del Eje Atlántico gallego, se han analizado las áreas que en mayor medida generan dinámicas propias con notables efectos sociales:

- formación y educación;
- investigación en relación con el desarrollo y la evolución tecnológica;
- políticas, equipamientos y producción cultural;
- relaciones político-institucionales-administrativas.
- iniciativas de las asociaciones empresariales camerales.
- acciones de difusión empresarial e innovativa en las iniciativas feriales y de exposiciones.

1 FORMACIÓN Y EDUCACIÓN

1.1. Educación universitaria

En el contexto de los espacios urbanos gallegos, es común la existencia de una experiencia reciente que supuso una diferencia respecto de la situación anterior y que potenció el cambio o renovación del conjunto del sistema urbano y de cada ciudad.

La Ley 11/1989 de Ordenación del Sistema Universitario de Galicia y los textos legales que la desarrollaron estructuraron el nuevo modelo de ordenación del sistema universitario gallego y sentaron las bases para su evolución.

La actividad universitaria se ha desarrollado como dinámica urbana singular en todas las ciudades gallegas.

A partir de una mínima estructuración, la Universidad se ha consolidado como dinámica urbana, en cada una de las siete ciudades, generando efectos sociales y desarrollando una nueva relación con parte o con el conjunto del medio social en que emergieron.

Siendo una actividad con elevado potencial innovador, ha supuesto cambios en los contenidos, en los marcos y formas de expresión y acción o prácticas urbanas respecto de la situación anterior del sistema de ciudades.

La definición de la Universidad como un servicio público que debe estar abierto a la sociedad y que puede ser una instancia dinamizadora de la misma, ya constaba en la Exposición de Motivos de la Ley 11/1989 que consideraba a la Institución Universitaria como un instrumento de los cambios sociales y culturales.

A partir del 1 de enero de 1990 se hizo efectivo el Decreto 3/1990 de Segregación de los Centros y Servicios de la Universidad de Santiago de Compostela con todos sus medios materiales y humanos y su integración en las Universidades de La Coruña y Vigo.

La desconcentración territorial de la enseñanza universitaria se había consolidado. La totalidad de las siete grandes ciudades gallegas que forman parte de la Asociación del Eje Atlántico contaron con Campus Universitarios que dependían de alguna de las tres Universidades.

En la década de los 90 se transformó la organización territorial del servicio universitario que se extendió a todas las ciudades.

Esta situación provocó impactos significativos en el desarrollo de las ciudades, en sus actividades culturales y económicas y en el conjunto del tejido social.

A continuación se analiza la evolución del sistema universitario gallego por Universidades y los efectos de su implantación en las ciudades.

1.2. La descentralización y el crecimiento de la oferta universitaria en el Eje Atlántico-Galicia

En la actualidad, las siete ciudades gallegas que forman parte del Eje Atlántico-Galicia concentran la oferta universitaria pública.

En 1990 se crean las Universidades de La Coruña y Vigo con Campus Universitarios en Ferrol y Pontevedra-Orense respectivamente, que se segregan de la Universidad de Santiago de Compostela que queda reducida a los Campus Universitarios de Santiago y Lugo.

La evolución de la matrícula universitaria desde el curso 1990-91 hasta el curso 1992-93 confirmó el diagnóstico de los años 85 y 86 que culminaron en la Ley de Ordenación del Sistema Universitario de Galicia en 1989.

El fuerte crecimiento de la demanda de estudios superiores en Galicia se ha mantenido, la escolarización superior estaba siendo frenada por una oferta insuficiente y por una distribución territorial inadecuada.

Desde el curso 1990-91, el conjunto de la matrícula universitaria se ha incrementado en un 18,7% en las Universidades gallegas.

El crecimiento más espectacular se produjo en la Universidad de Vigo con un incremento del 44,2% de su matrícula entre los cursos 1990-91 y 1992-93.

La Universidad de La Coruña experimentó un crecimiento del 13,3% en el mismo período y la Universidad de Santiago mantuvo un incremento del 10,3%.

En los tres Campus de la Universidad de Vigo la tasa de crecimiento de la matrícula supera el 30% y llega a un aumento del 46,6% en el Campus de Vigo.

En la Universidad de La Coruña, sólo crece el Campus de La Coruña con un aumento del 14,6% de su matrícula, mientras el Campus de Ferrol se estanca en un 1% de crecimiento.

En la Universidad de Santiago, es el Campus de Lugo el que experimenta un crecimiento mayor, superior al 23%, mientras el Campus de Santiago sólo crece un 8%.

Estas elevadas proporciones de incremento en la matrícula universitaria indican el potencial de cambio que han experimentado las ciudades gallegas con la descentralización de la oferta universitaria. La evolución del alumnado universitario desde el curso 1990-91 confirma la concentración en la Universidad de Vigo, exclusivamente en el Campus de Vigo mientras pierden peso relativo en el conjunto del alumnado gallego, las Universidades de Santiago y en menor medida, La Coruña.

En el último curso analizado, la Universidad de Santiago seguía concentrando el 49,8% del total de matrícula universitaria de Galicia, seguida de la Universidad de Vigo con el 27,4% y la Universidad de La Coruña con el 22,8%.

Por Campus Universitario destaca el estancamiento del Campus de Ferrol que le hace perder peso en el conjunto de la Universidad de La Coruña y en el total gallego. También es relevante el escaso peso relativo del Campus de Pontevedra.

La mayor dinamicidad se produce en el Campus de Vigo.

Comparando la relación entre población universitaria y población gallega total, se observa que el incremento de la oferta universitaria desde 1990 ha permitido pasar de 2 estudiantes universitarios cada 100 habitantes a 2,6% en el curso 1992-93.

En cada uno de los siete grandes municipios gallegos esta razón también ha aumentado desde 1990 y en la actualidad, exceptuando el singular caso de Santiago donde la proporción es de 28 alumnos universitarios por cada 100 habitantes, los municipios de Lugo (7%); La Coruña (6%); Vigo (5%) y Ourense (3%) presentan razones superiores a la media gallega mientras Ferrol (1,6%) y Pontevedra (1,8%) permanecen por debajo de la media.

Teniendo en cuenta esta proporción y excluyendo el caso de Santiago que siempre ha contado con una elevada población universitaria, es lógico suponer que la implantación de oferta universitaria en las ciudades ha provocado una nueva dinámica en el conjunto del contexto urbano, en las actividades y funciones de cada ciudad y en su transformación para albergar el desarrollo de la población universitaria y de otros factores asociados a la implantación universitaria como el personal docente e investigador, la oferta cultural, etc.

Si se compara el peso de los stocks universitarios sobre la población entre 15 y 24 años residente en Galicia, se obtiene una razón media de 16,4%, este porcentaje en los siete grandes municipios gallegos oscila entre el 20,5% de Ourense hasta el 50% de Lugo, pasando por el 27% de La Coruña y el 28,7% de Vigo. Por el contrario, en Ferrol y Pontevedra este porcentaje es inferior a la media gallega y se sitúa en el 15,5% y 10,2% respectivamente. Santiago, por su singularidad histórica de único centro universitario hasta fecha reciente, presenta una razón en que la población universitaria duplica la población residente en el municipio entre 15 y 24 años.

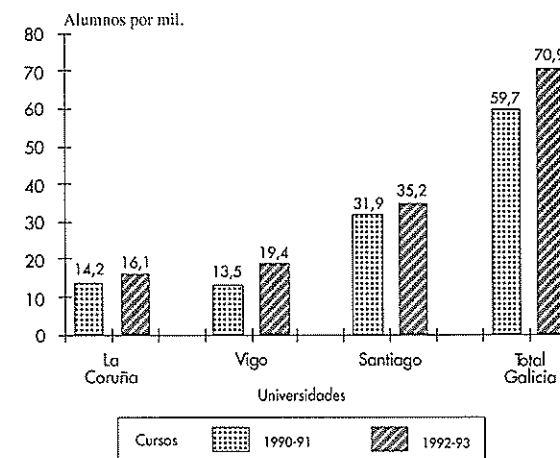
Como se desprende de los datos anteriores, el proceso de descentralización de la oferta universitaria gallega ha supuesto numerosos cambios en el desarrollo de las ciudades que se convirtieron en sede de las nuevas Universidades y Campus, el primero de estos cambios es la propia evolución de la población universitaria que continúa creciendo y demanda nuevas ofertas y funciones a las ciudades.

1.3. Diversificación de la formación universitaria

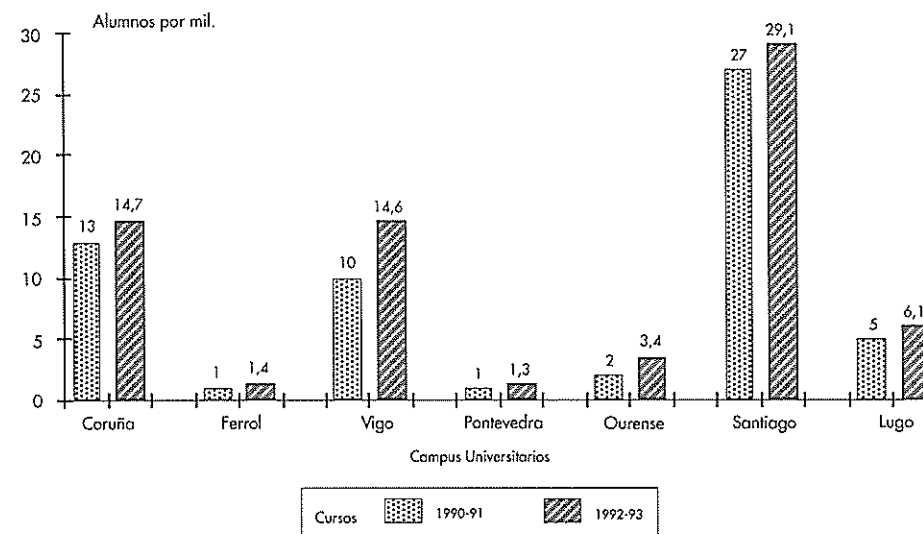
Si la institución universitaria pretende aproximarse a la evolución del mercado de trabajo debe poseer una oferta de titulaciones amplia, flexible y con capacidad de respuesta rápida. Esta demanda conlleva un elevado peso de la oferta en carreras de ciclo corto y especializadas. Las nuevas titulaciones han fomentado esta línea de evolución.

Para el conjunto de las Universidades gallegas, desde 1990 se produjo un des-

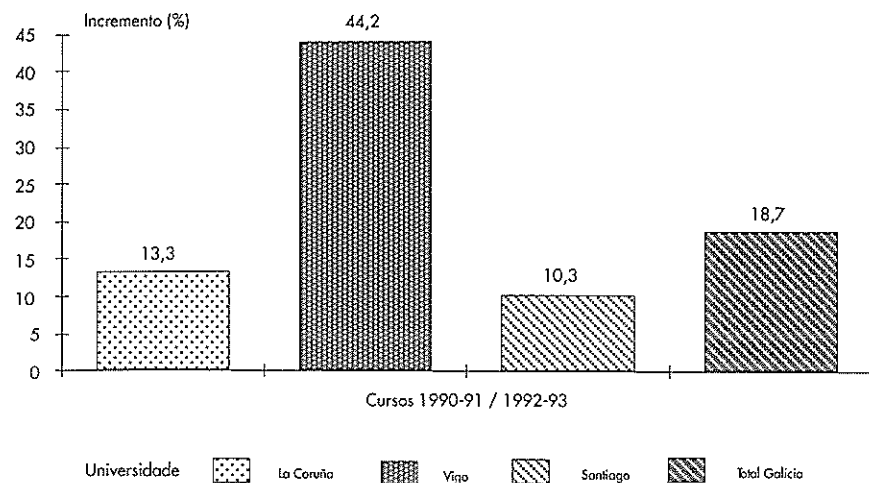
EVOLUCIÓN DE LA MATRÍCULA
Universidade de Galicia. 1990-1993



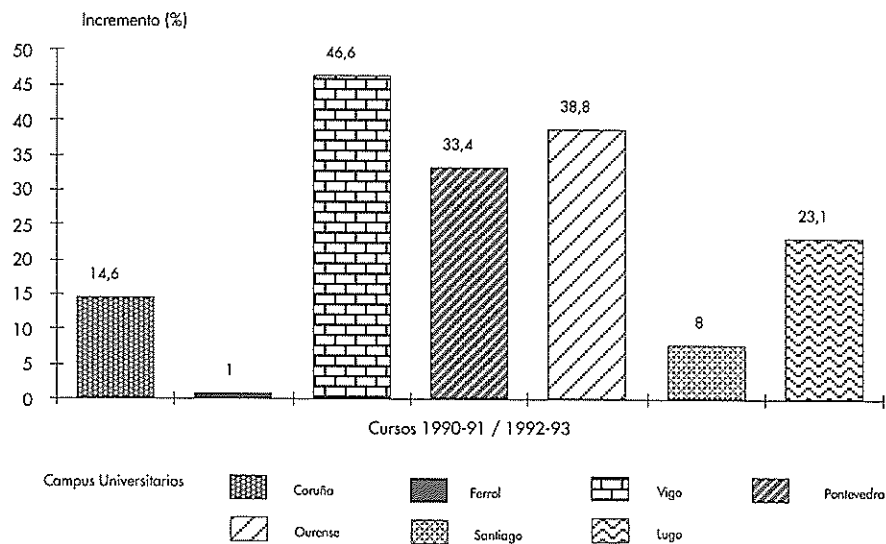
CAMPUS UNIVERSITARIOS
Evolución de la matrícula. 1990-93



INCREMENTO MATRÍCULA UNIVERSITARIA
Cursos 1990-91 / 1992-93 (%)

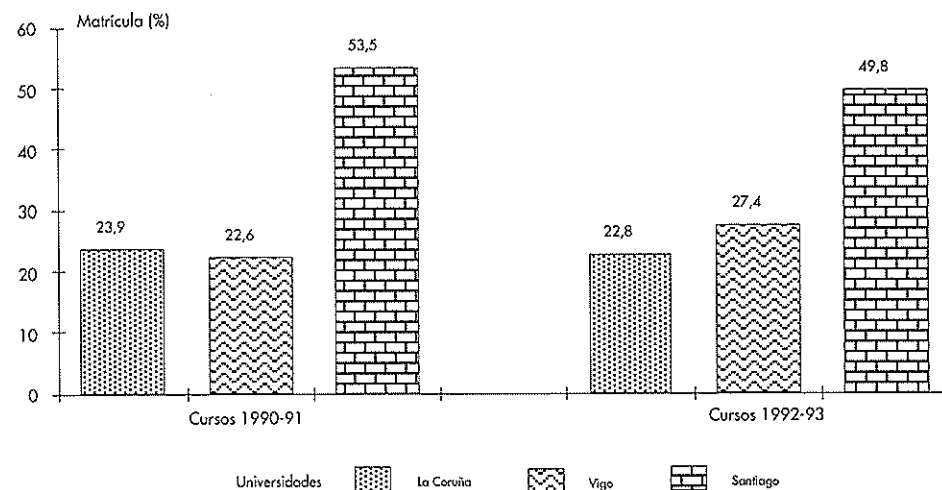


INCREMENTO MATRÍCULA UNIVERSITARIA
Por Campus Universitarios (%)

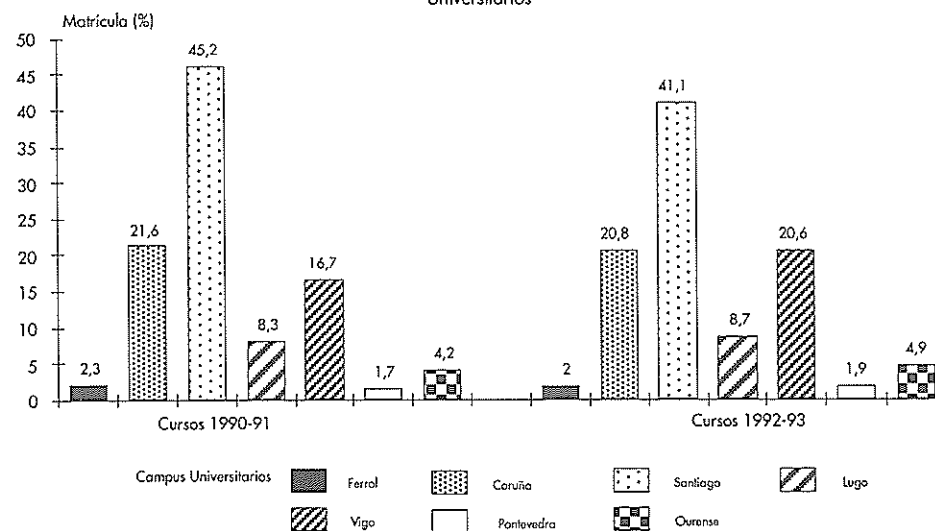


Elaboración propia.

DISTRIBUCIÓN MATRÍCULA UNIVERSITARIA
Por Universidades 1990-91 / 1992-93 (%)



Por Campus Universitarios



censo en la proporción de universitarios que cursan carreras de ciclo largo que suponían el 70% de los universitarios en 1990 y representan el 65,7% en el curso 1992-93 en beneficio de la matrícula de las carreras medias que pasaron a concentrar el 34% del total de población universitaria.

Respecto a las Escuelas Técnicas Superiores, ha sido escaso el incremento de participación en la matrícula universitaria, del 7% al 7,7% pero la ampliación de la oferta en los últimos cursos permitirá corregir esta diferenciación.

Los criterios para la creación y localización de nuevas titulaciones universitarias, en la Ley de Ordenación del Sistema Universitario de Galicia, se referían a la necesidad de cubrir la demanda de titulados que produzca el desarrollo económico, cultural, científico y técnico de Galicia; aproximarse a la evolución del mercado de trabajo y conseguir una especialización por Campus en el marco de la complementariedad interdisciplinar.

Las tres Universidades gallegas presentan la complementariedad interdisciplinar en las titulaciones que ofrecen, ya que en todas ellas se pueden cursar carreras de las diferentes áreas de estudios.

En el último curso analizado, el conjunto de la Universidad gallega presentaba una concentración de alumnos en los estudios del área jurídico-social-empresarial, estas carreras absorbían el 39,2% del total de la matrícula universitaria gallega en 1993 con tendencia a incrementarse esta concentración desde 1990 en la Universidad de Vigo mientras decrece en las Universidades de La Coruña y Santiago.

Para el conjunto gallego, son los estudios clásicos y de Humanidades los que ocupan el segundo lugar en volumen de alumnado y concentran el 21,5% de la matrícula. Se observa una disminución de esta concentración en las tres Universidades en los últimos cursos.

El área tecnológica ocupa el tercer lugar con el 18% del alumnado universitario gallego y con tendencia al alza en la Universidad de Santiago.

También se ha incrementado la representatividad de los estudios del área sanitaria (10%), concentrándose este incremento en Santiago.

Los estudios científico-experimentales crecen en las Universidades de La Coruña y Vigo mientras retroceden en Santiago y el conjunto gallego.

Por Universidades, destaca la concentración de alumnos en el área socio-empresarial en Vigo, en el área tecnológica en La Coruña y en las áreas sanitaria, clásica y de humanidades y de las ciencias experimentales en Santiago.

Para una distribución más racional de la oferta universitaria gallega se observa la necesidad de seguir desarrollando los estudios de las áreas sanitaria y de las ciencias experimentales así como de las tecnologías. Dentro de este marco global, donde las tendencias detectadas siguen esta línea, la evolución por Universidades exige trayectorias diferentes.

En las Universidades de La Coruña y Vigo es muy reducida la presencia de estudios sanitarios, una evolución más adecuada espacialmente demanda un incremento en este tipo de titulaciones.

En la Universidad de La Coruña se detecta un desequilibrio en su oferta de titulaciones del área clásica y de humanidades, especialmente en el Campus de Ferrol.

En la Universidad de Vigo es escasa la oferta en estudios del área de las ciencias experimentales y por el contrario, resulta excesiva la concentración en estudios jurídico-empresariales. El Campus de Ourense carece de oferta suficiente en el área tecnológica y el Campus de Pontevedra no presenta un perfil determinado con escasez de oferta en todas las áreas.

Por Campus Universitarios, la especialización más acusada se observa en los Campus de Santiago y Vigo.

El Campus de Santiago presenta una clara especialización en carreras de ciclo largo, el 84% del total de su matrícula universitaria corresponde a este tipo de carreras.

En las áreas de estudios destaca la especialización en carreras jurídico-sociales (37%) y clásicos y de humanidades (32%), mientras que los estudios sanitarios y relacionados con las ciencias experimentales suponen el 15,5 y 15%, respectivamente de la matrícula del Campus.

La complementariedad de Santiago se produce en el Campus de Lugo donde la especialización se centra en los estudios tecnológicos que absorben el 33% de la matrícula y se concentra en las áreas agrícola y forestal.

En la Universidad de Vigo, también se produce una situación diferenciada por Campus.

El Campus de Vigo presenta una matrícula superespecializada en las áreas económico-empresarial-socio-laboral, cuyos estudios absorben el 52,5% del total de matriculados, y en el área tecnológica (33,4%). La diferenciación entre carreras de ciclo largo y medio es menor que en Santiago, el 55% de los estudiantes del Campus de Vigo, cursan carreras de ciclo largo.

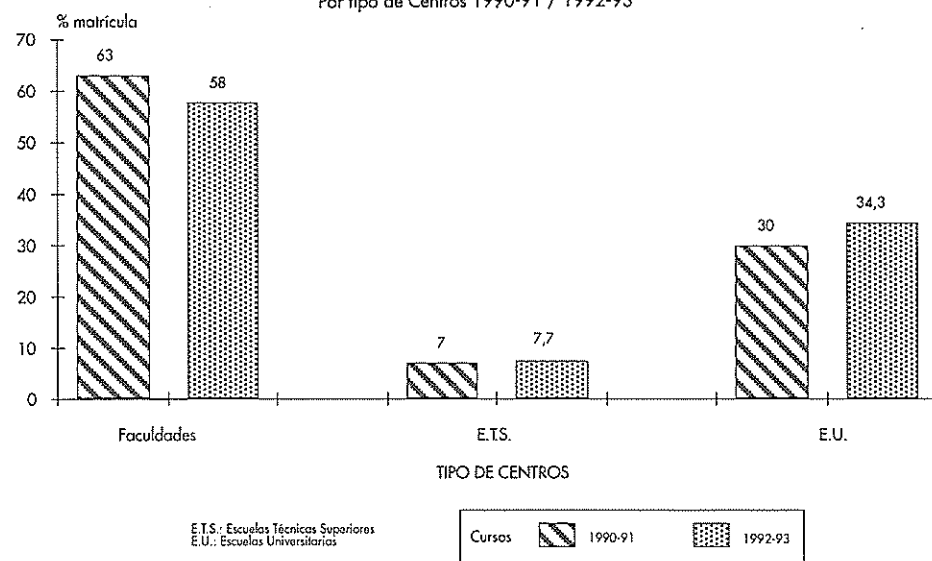
En el Campus de Ourense se reproduce una fuerte especialización en los estudios jurídico-sociales-empresariales que concentran el 55% de la matrícula universitaria de este Campus, seguidos de los estudios clásicos y de humanidades con un 27%.

En el Campus de Pontevedra, su escasa oferta de titulaciones no permite detectar mayor especialización que la concentración de matrícula en la Escuela Universitaria de Formación del Profesorado de EGB.

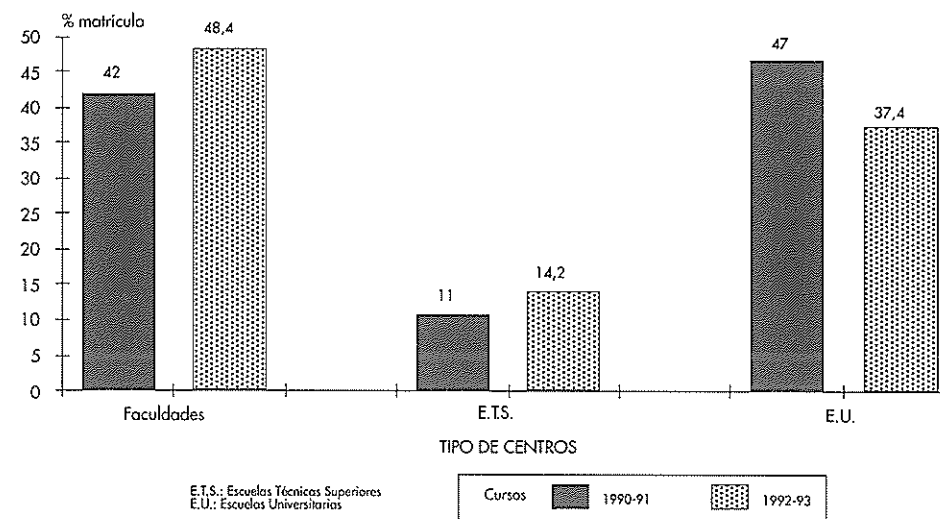
En la Universidad de La Coruña, la situación es muy diferente en los dos Campus.

En el Campus de La Coruña el 63% de la matrícula se concentra en carreras de ciclo largo. Por áreas de estudio se produce una notable especialización en los estudios jurídico-sociales que absorben el 51,5% de la matrícula, seguidos de los estudios tecnológicos con un 27%.

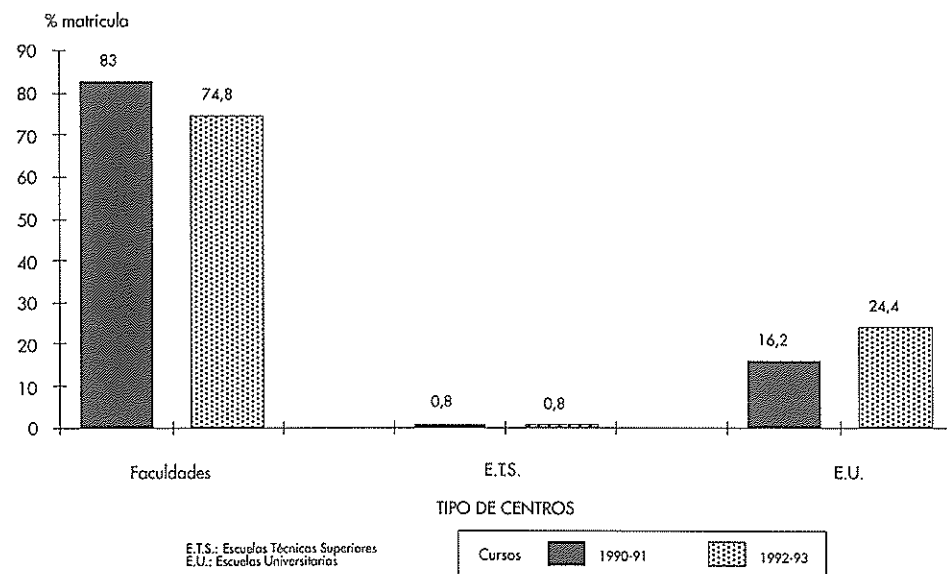
MATRÍCULA UNIVERSITARIA DE GALICIA
Por tipo de Centros 1990-91 / 1992-93



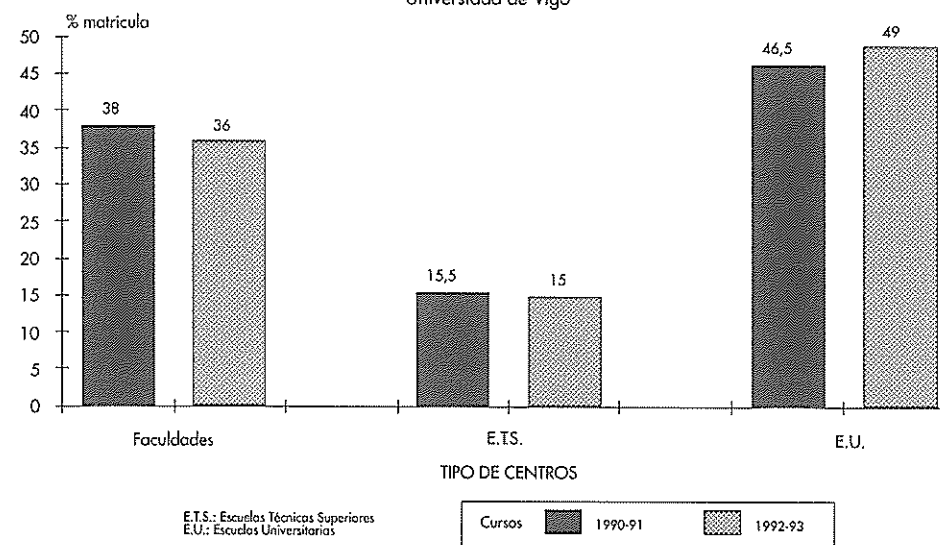
MATRÍCULA POR TIPO DE CENTROS
Universidad de La Coruña



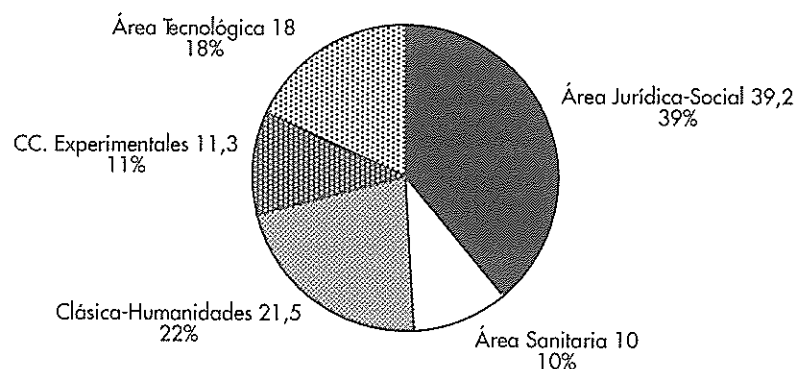
Universidad de Santiago



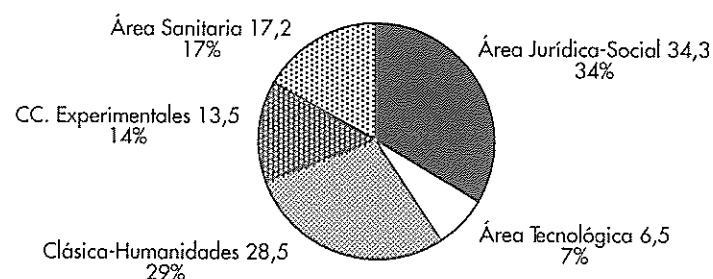
Universidad de Vigo



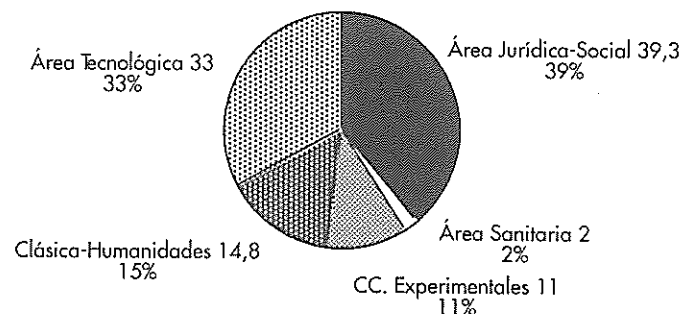
COMPOSICIÓN DE LA MATRÍCULA (%)
Por áreas de estudio. Galicia 1993



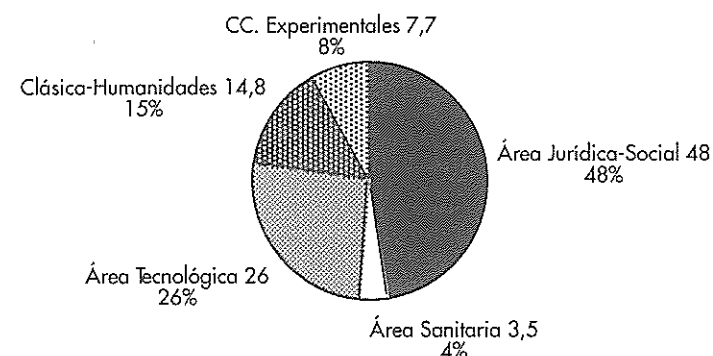
UNIVERSIDAD DE SANTIAGO. 1993
Matrícula por áreas de estudio (%)



UNIVERSIDAD DE LA CORUÑA. 1993
Matrícula por áreas de estudio (%)



UNIVERSIDAD DE VIGO. 1993
Matrícula por áreas de estudio (%)



En el Campus de Ferrol, la escasa dimensión del mismo conlleva una concentración en los estudios tecnológicos que acaparan la oferta del Campus.

Los Campus de Pontevedra y Ferrol presentan las situaciones más deficitarias en la estructuración de su oferta universitaria, no cuentan con una complementariedad interdisciplinar adecuada y su evolución está siendo más lenta que en los restantes Campus.

1.4. La Universidad como dinámica urbana en todas las ciudades

El desarrollo de la institución universitaria, en las siete ciudades gallegas que forman parte del Eje-Atlántico, ha sido un instrumento de cambios sociales y culturales en cada ciudad, con influencia en diferentes aspectos del devenir urbano y de sus estructuras socio-culturales.

La implantación de estudios universitarios produjo un desarrollo de la investigación y de la capacidad de innovación que han tenido efectos directos sobre el tejido económico de las ciudades.

La existencia de una estructura universitaria en cada una de estas ciudades ha supuesto transformaciones en el campo de la información y de las actividades culturales.

La Universidad se la convertido en un factor dinamizador de la vida social y cultural de las ciudades y les ha demandado funciones más diversificadas como centro de servicios.

La implantación de las nuevas Universidades de La Coruña y Vigo dio lugar al desarrollo de programas de actuación urbanística en estas ciudades y en las que ubicaron sus Campus, con notables inversiones en suelo, urbanización y edificios.

Paralelamente, el proceso de reestructuración de la Universidad de Santiago en un marco de continuado crecimiento controlado también demandó actuaciones urbanísticas muy significativas en esta ciudad y en Lugo. El papel de la Universidad en la evolución de la ciudad de Santiago ha sido sustancial y cualitativamente, su incidencia en la vida urbana, es decisiva y absoluta en la configuración de la oferta de equipamientos y servicios.

El desarrollo de la actividad académica en sí misma produjo un incremento del profesorado asignado en estas ciudades que en casos como Vigo o La Coruña supuso una duplicación del existente hasta 1990 que, unido al aumento de la población universitaria en todas las ciudades, produjo efectos directos sobre la demanda de viviendas, servicios, transporte, etc.

La actividad universitaria conlleva el desarrollo de la actividad investigadora, han surgido en estas ciudades nuevas relaciones entre empresas e industrias con la Universidad como convenios de colaboración, proyectos y contratos de investigación cofinanciados y hasta convenios para la creación de cátedras financiadas por empresas como Citroen Hispania en Vigo.

A través de los centros de investigación universitarios como la Oficina de Transferencia de Resultados de Investigación (OTRI) de la Universidad de La Coruña; el Centro de Transferencia de Tecnología de la Universidad de Santiago o la Oficina de (I+D) de la Universidad de Vigo, se van abriendo líneas de colaboración entre la esfera universitaria y empresarial-industrial y se estrechan las relaciones entre los ámbitos económico y social de cada ciudad.

Por otra parte, las Universidades desarrollan una intensa actividad cultural con programación anual de conferencias, certámenes artísticos y variada programación.

Las Universidades promueven actividades culturales destinadas a la propia comunidad universitaria, pero también actividades proyectadas al conjunto de la sociedad en que se desenvuelven.

Destacan por su potencial dinamizador de la cultura, los foros de debate, efectivos puntos de encuentro de las sociedades locales, como el de Vigo; los premios de relatos cortos, pintura, aulas de música, Grupos de Cámara de las Universidades, Coros Universitarios, programaciones de cine y teatro con continuidad anual, etc.

En este marco, adquieren notable importancia los Cursos de Verano que tienen lugar en todos los Campus con elevada participación de profesores de otras Universidades de España y el extranjero y que dinamizan la vida cultural estival colaborando en la divulgación turística de las ciudades donde se desarrollan.

La actividad universitaria amplía las relaciones con diferentes áreas territoriales ajenas a los ámbitos de las ciudades donde se ubican. La primera relación es con los municipios y ciudades de residencia del alumnado y el profesorado que se desplaza. Pero el desenvolvimiento de la actividad académica y de investigación

demandan relaciones directas de cooperación con otras Universidades de España y otros países.

Las Universidades gallegas mantienen relaciones con las Universidades de Portugal a través del FEUGA, de los cursos de verano; con Universidades europeas a través del programa ERASMUS y el Grupo Compostela de Universidades que reúne 57 Universidades europeas, etc.

La implantación de actividades universitarias en las ciudades gallegas ha desencadenado un potencial de nuevas posibilidades en las áreas de la internacionalización porque los centros universitarios amplían las vías de relación, intercambio y cooperación con el exterior.

La Universidad incrementa y diversifica la promoción cultural de las siete ciudades gallegas, efecto que tiene mayor alcance en las ciudades de Santiago, Vigo y La Coruña, donde la actividad cultural universitaria concentra una parte importante de la oferta cultural.

La implantación de centros universitarios convierte a las ciudades en focos de atracción de jóvenes y docentes cualificados que demandan una transformación en las funciones de las ciudades, cambios en el sector servicios, cambios en el mercado de vivienda, nuevas demandas en transporte, en dotaciones de todo tipo, cambios en el uso de las diferentes zonas de la ciudad, etc., estos efectos dinamizan particularmente la vida de ciudades como Lugo, Pontevedra o Ferrol donde la capacidad de transformación del devenir urbano era más lento y menos diverso.

La institución universitaria aportó a las ciudades gallegas un potencial humano, científico y cultural cualificado y significativo al que se añade una infraestructura material importante, creando una dinámica innovadora en todas las ciudades y un proceso de reestructuración del fenómeno universitario en Santiago.

La implantación de oferta universitaria en las ciudades se confirma como una de las dinámicas con mayor potencial de transformación en el medio urbano. Su continuidad está asegurada y demanda un incremento de infraestructuras para su desarrollo.

Los efectos sociales de la Universidad sobre el medio urbano se relaciona directamente con su capacidad de impacto sobre todas las áreas del tejido social.

El potencial innovador de la implantación universitaria ha sido diferente en cada medio urbano y guarda relación con el contexto en que emergieron.

La Universidad posee continuidad, genera efectos sociales y contiene un elevado potencial innovador capaz de transformar el medio urbano, reuniendo todas las características que definen una nueva dinámica urbana en proceso de consolidación en todas las ciudades gallegas.

**Evolución de la matrícula universitaria gallega por universidades y campus universitarios.
Incremento (%). Cursos 1990/91-1992/93**

Universidades Campus	Matrícula en los cursos:		% Incremento
	1990-91	1992-93	
U. La Coruña.	14.268	16.163	13,3
Campus Coruña.	12.879	14.759	14,6
Campus Ferrol.	1.389	1.404	1,0
U. Vigo.	13.505	19.473	44,2
Campus Vigo.	9.982	14.637	46,6
Campus Pontevedra.	1.010	1.347	33,4
Campus Ourense.	2.5133	4893	8,8
U. Santiago.	31.994	35.295	10,3
Campus Santiago.	27.033	29.189	8,0
Campus Lugo.	4.961	6.106	23,1
TOTAL GALICIA	59.767	70.931	18,7

**Distribución porcentual de la matrícula universitaria de Galicia por universidades
y campus universitarios. Cursos 1990/91/1992-93**

Universidades Campus	% Matrícula en los cursos:	
	1990-91	1992-93
U. La Coruña.	23,9	22,8
Campus Coruña.	21,6	20,8
Campus Ferrol.	2,3	2,0
U. Vigo.	22,6	27,4
Campus Vigo.	16,7	20,6
Campus Pontevedra.	1,7	1,9
Campus Ourense.	4,2	4,9
U. Santiago.	53,5	49,8
Campus Santiago.	45,2	41,1
Campus Lugo.	8,3	8,7

Fonte: Datos Estadísticos de las Universidades.
Elaboración propia.

**Distribución porcentual de la matrícula de las tres universidades gallegas
por tipo de centros. Cursos 1990/91- 1992/93**

Tipo de centros	Universidades de:			Total Galicia
	La Coruña	Vigo	Santiago	
FACULTADES:				
Curso 1990-91	42,0	38,0	83,0	63,0
Curso 1992-93	48,4	36,0	74,8	58,0
ESCUELAS TECNICAS SUPERIORES:				
Curso 1990-91	11,0	15,5	0,8	7,0
Curso 1992-93	14,2	15,0	0,8	7,7
ESCUELAS UNIVERSITARIAS:				
Curso 1990-91	47,0	46,5	16,2	30,0
Curso 1992-93	37,4	49,0	24,4	34,3

**Distribución de la matrícula universitaria gallega por áreas de estudios
en las tres universidades. Cursos 1990/91-1992/93 (%)**

Areas de estudio:		Universidades de:			Total Galicia
		La Coruña	Vigo	Santiago	
Jurídico-Social.	90-91	43,7	42,0	31,5	36,7
	92-93	39,3	48,0	39,2	
Sanitaria.	90-91	2,2	3,7	12,2	7,9
	92-93	2,2	3,5	17,2	10,0
Tecnológica.	90-91	35,0	27,6	4,8	17,2
	92-93	33,0	26,0	6,5	18,0
Ciencias					
Experimentales.	90-91	4,4	5,7	19,5	12,8
	92-93	11,0	7,7	13,5	11,3
Clásica y Humanidades.					
	90-91	14,7	21,0	32,0	25,4
	92-93	14,5	14,8	28,5	21,5

Fonte: Datos Estadísticos de las Universidades.
Elaboración propia.

**Distribución de la matrícula universitaria de Galicia por centros, universidades
y campus universitarios. Cursos 1990-91/1992-93**

1. UNIVERSIDAD DE SANTIAGO.

Centros Campus/Universidades.	% Matrícula en los cursos:		
	1990-91	1991-92	1992-93
Facultades de:			
* Biología.	1.266	1.164	1.132
* CC. Información.	—	112	221
* CC. Políticas.	—	211	405
* Derecho.	4.127	4.018	3.905
* CC.Económicas y Empresariales.	4.516	4.601	4.773
* Farmacia.	2.080	1.951	1.862
* Filología.	3.387	3.548	3.704
* Filosofía y CC. Educación.	2.515	1.198	1.132
* Física.	891	1.017	1.121
* Geografía e Historia.	2.284	2.093	1.894
* Matemáticas.	1.018	1.064	1.162
* Medicina.	2.017	1.952	1.940
* Psicología (1).	—	1.208	1.294
* Química.	860	906	1.015
* E.U. de Enfermería.	470	514	541
* E.U.Formación profesorado EGB.	1.204	1.260	1.339
* E.U. de Graduados Sociales.	—	1.234	1.236
* E.U. de Óptica y Optometría.	72	139	192
* E.U. de Trabajo Social.	326	341	321
TOTAL CAMPUS DE SANTIAGO.	27.033	25.531	29.189
* Ciencias (2).	81	271	299
* Filología.	274	223	214
* Química.	43	—	—
* Veterinaria.	1.188	1.298	1.338
* E.T.S. de Ingenieros Agrónomos.	272	300	276
* E.U. de Enfermería.	170	201	213
* E.U.Ingeniería Técnica Agrícola.	1.085	1.119	1.080
* E.U.Ing.Téc. Expl. Forestales.	187	547	940
* E.U. Estudios Empresariales.	1.072	1.101	1.246
* E.U. Formación Profesorado EGB.	589	532	500
TOTAL CAMPUS DE LUGO.	4.961	5.592	6.106
TOTAL UNIVERSIDAD DE SANTIAGO.	31.994	34.123	35.295

(1) En el curso 1990-91, Psicología se incluía en la Facultad de Filosofía y CC. de la Educación.

(2) Incluye: Biología, Química y Tecnología de los Alimentos.

E.T.S.: Escuela Técnica Superior.

E.U.: Escuela Universitaria.

**Distribución de la matrícula universitaria de Galicia por centros, universidades
y campus universitarios. Cursos 1990-91/1992-93**

2. UNIVERSIDAD DE LA CORUÑA.

Centros Campus.	% Matrícula en los cursos:		
	1990-91	1991-92	1992-93
* Ciencias.	428	514	555
* Derecho.	1.333	1.765	1.938
* CC.Económicas y Empresariales.	1.595	2.166	2.523
* Humanidades.	1.315	1.407	1.380
* Informática.	1.114	1.273	1.253
* Sociología.	—	117	174
* E.S. de la Marina Civil.	196	178	164
* E.T.S. Arquitectura.	1.568	1.604	1.758
* E.T.S. Ingenieros de Caminos.	—	61	182
* E.U. Arquitectura Técnica.	1.469	1.552	1.814
* E.U. de Enfermería.	192	124	192
* E.U. Formación Profesorado EGB.	777	760	936
* E.U. Graduados Sociales.	1.250	NC	NC
* E.U. de Fisioterapia.	57	109	169
* E.U. Estudios Empresariales.	1.585	1.632	1.721
TOTAL CAMPUS DE LA CORUÑA.	12.879	13.262	14.759
* E.U. de Enfermería.	66	NC	NC
* E.U. Graduados Sociales.	475	NC	NC
* E.T.S. Ingenieros Industriales.	—	—	77
* E.T.S. Ingenieros Navales.	—	78	119
* E.U. Politécnica.	848	983	1.208
TOTAL CAMPUS DE FERROL.	1.389	1.061	1.404
TOTAL UNIVERSIDAD DE LA CORUÑA.	14.268	14.323	16.163

E.T.S.: Escuela Técnica Superior.

E.U.: Escuela Universitaria.

**Distribución de la matrícula universitaria de Galicia por centros, universidades
y campus universitarios. Cursos 1990-91/1992-93**

2. UNIVERSIDAD DE LA CORUÑA.

Centros Campus.	% Matrícula en los cursos:	
	1990-91	1992-93
* Ciencias.	564	840
* CC.Económicas y Empresariales.	2.879	3.630
* Humanidades.	611	683
* E.T.S. Ingenieros de Minas.	—	66
* E.T.S. Ingenieros Industriales.	1.029	1.376
* E.T.S. Ing. Telecomunicaciones.	1.059	1.481
* E.U. de Enfermería.	194	316
* E.U. Formación Profesorado EGB.	—	231
* E.U. Estudios Soc.y Relaciones Laborales.	—	2.233
* E.U. Ingeniería Técnica Industrial	1.633	1.963
* E.U. Estudios Empresariales.	1.695	1.818
TOTAL CAMPUS DE VIGO	9.982	14.637
* Ciencias.	197	439
* Derecho.	220	611
* Humanidades.	547	497
* E.U. Informática de Gestión.	—	226
* E.U. de Enfermería.	132	178
* E.U. de Estudios Empresariales.	883	1.081
* E.U. Formación Profesorado EGB.	534	457
TOTAL CAMPUS DE OURENSE.	2.513	3.489
* Bellas Artes.	121	330
* E.U. de Enfermería.	177	160
* E.U. Ingen.Técnica Industrias Forestales.	—	180
* E.U. Formación Profesorado EGB.	712	677
TOTAL CAMPUS DE PONTEVEDRA.	1.010	1.347
TOTAL UNIVERSIDAD DE VIGO.	13.505	19.473

E.T.S.: Escuela Técnica Superior.

E.U.: Escuela Universitaria.

Fte: Datos Estadísticos de las Universidades. Elaboración propia.

1.5. Formación no universitaria

Las iniciativas seleccionadas en este apartado componen un muestreo de enseñanzas innovadoras que cubren aspectos educativos no cubiertos por los planes educativos formales regulados por el Ministerio y la Consellería de Educación.

Las *escuelas taller* y los *talleres ocupacionales* suponen una intervención municipal en los programas de cualificación laboral, presentando como ventaja destacable, que al ser de aplicación local, las especialidades ofrecidas pueden ajustarse a las demandas del mercado laboral local.

Este tipo de «escuelas» combinan la enseñanza teórica y práctica con lo que se pretende que el alumno obtenga, un nivel de preparación acorde con lo demandado por las empresas de la zona.

El principal problema que presentan estas escuelas es de carácter legal. Al no contar con enseñanza reglada es muy difícil que estos alumnos-trabajadores puedan desarrollar su período de prácticas en empresas privadas.

Algunos Ayuntamientos firman convenios con empresas para que estos estudiantes puedan desarrollar sus prácticas en ellas, pero los mismos responsables de las escuelas reconocen que esto se hace de una forma marginal a la legalidad. Ningún empresario está dispuesto a darle status laboral normal a estos aprendices, que incluiría seguridad social, vacaciones, etc; pero cuando los Ayuntamientos se hacen cargo de asegurar a los aprendices, se produce una situación irregular, pues legalmente no pueden trabajar para las empresas privadas cuando están asegurados por el Ayuntamiento y no por el empresario.

Se detecta la necesidad de una reforma legal que facilite la formación de los alumnos de estas escuelas ocupacionales a través de prácticas en empresas privadas.

Un ejemplo significativo de este tipo de centros de formación lo constituye: la *Escola de Canteiros de Poio* (Pontevedra) que cumple dos funciones básicas: recuperar la artesanía de la cantería que se estaba perdiendo en Galicia, y normalizar uno de los oficios autóctonos más característicos en sus funciones meramente profesional y también en la artística.

Desde la aparición de la Escola se puede apreciar una cierta recuperación de la cantería en Galicia. Esto es debido, principalmente, a la aparición de un número de jóvenes profesionales canteros. Hace una década los canteros se reducían a un grupo escaso de trabajadores en edad avanzada que se dedicaban a esta profesión. esta situación de escasez ocasionaba elevados costes en los trabajos de cantería, simplemente porque era difícil encontrar quien los realizase. La aparición de nuevos profesionales cualificados, así como la revalorización cultural de la arquitectura tradicional, está consiguiendo no sólo la recuperación de una profesión que tiene mucho de arte sino la recuperación de una tradición arquitectónica gallega como es la de la piedra.

Otras iniciativas significativas en esta línea son las Escuelas Taller Municipales de Fene y Ferrol, que se han especializado en trabajos de vidrio y forja, rehabilitación de edificios, etc.

La aparición de estos centros revela la necesidad de formación de jóvenes o reciclaje de trabajadores en paro que den respuesta inmediata a la demanda laboral local.

La novedad de estos centros es su capacidad de flexibilizar la oferta laboral frente a las demandas del mercado con un cauce formativo más ágil que la rígida estructura de la formación profesional reglada.

En definitiva, es una respuesta a la incapacidad de la enseñanza oficial de ofrecer una formación flexible y adaptada al mercado laboral. Si la reforma de la formación profesional se desarrolla de forma acelerada suplirá parte de las funciones que han desempeñado estos centros.

No obstante, su papel de recuperación de oficios en declive y de artes en extinción suponen una clara innovación en la formación de nuevos profesionales y han conseguido recuperar y readaptar técnicas tradicionales demandadas y que tenían que ser suplidas por otros medios ante la escasez de trabajadores especializados.

Han sido los Ayuntamientos quienes, con reducidas aportaciones de otras Administraciones, han puesto en marcha y mantenido las escuelas taller. Ello revela la capacidad de respuesta que las administraciones locales poseen potencialmente para abordar de forma ágil los reajustes locales que sean necesarios al desarrollo del mercado laboral. Si bien, no se corresponde la capacidad económica de los municipios con las iniciativas que desarrollan.

La continuidad de centros de formación de este tipo es necesaria para diversificar la oferta de oficios.

La continuidad exige una estructuración básica que les permita seguir desarrollándose para que no se reduzcan a experiencias momentáneas. El efecto social de estas alternativas de formación sobre el conjunto del medio urbano y en especial sobre el mercado laboral se ha evidenciado en las experiencias relacionadas. El potencial innovador de estos centros será perceptible en la medida que sean capaces de responder a la formación demandada y reajustar el mercado laboral local y para ello necesitan apoyo del contexto en que emergen.

2 INVESTIGACION Y DESARROLLO

2.1. I+D en Galicia

La investigación es la fuente principal de innovación y condiciona el desarrollo del esfuerzo innovador en su concepto más amplio.

La I+D comprende todas las actividades sistemáticas dirigidas al aumento de los conocimientos científicos y técnicos o a la utilización de los existentes para crear e introducir en el mercado nuevos productos, procesos o métodos de investigación.

La actividad de investigación y desarrollo (I+D) se estructura en torno a cuatro pilares básicos: empresas, sector público, Universidades y entidades sin ánimo de lucro.

En el caso de Galicia esta estructura se mantiene pero la distribución es diferente a la media europea.

Según un estudio del profesor Vicente Granados (Pérez de los Heros 1992) esta distribución se expresa de la siguiente forma:

- empresas 34%, frente al 60 % de media europea;
- sector Público 38%, la media europea es del 25%;
- universidades 27%, la media europea es del 15%;
- entidades sin ánimo de lucro, tanto en Galicia como en Europa su participación es inferior al 1%.

Los recursos humanos y materiales para la investigación se encuentran concentrados en Galicia, básicamente, entre las Universidades y diversos organismos públicos de investigación.

La mayor concentración de actividades de investigación se produce en las tres Universidades, pero también existe un elevado potencial investigador en los centros dependientes del Sergas, del Consejo Superior de Investigaciones Científicas en sus centros de Santiago y Pontevedra y en el Instituto de Investigaciones Pesqueras de Vigo, de los Centros Costeros Oceanográficos de la Coruña y Vigo y de la Administración Autonómica.

Según los datos proporcionados por el catedrático de D. José Sordo Rodríguez (1), las áreas que han alcanzado un buen nivel de desarrollo de la actividad investigadora en Galicia son: *agricultura, ganadería y recursos forestales* con grupos de investigación en el CSIC, la Xunta de Galicia y la Universidad de Santiago; *biotecnología, ciencias médicas y de la salud* por las investigaciones desarrolladas en el CSIC, las tres Universidades, Sergas y la Xunta de Galicia; *recursos geológicos* por los trabajos que se realizan en el Laboratorio Xeolóxico de Laxe, el CSIC, las tres Universidades y la Xunta; *recursos marinos y acuicultura* investigadas en el CSIC, el IEO, Xunta y las tres Universidades; *tecnología de los alimentos* con grupos de investigación en el CSIC y las tres Universidades; *tecnología y gestión del medio ambiente* por las investigaciones que desarrolla el CSIC, las tres Universidades y la Xunta; *tecnología de la información* investigada en las tres Universidades y *tecnología de materiales* por los trabajos realizados en la Asociación de Investigación Metalúrgica del Noroeste y las tres Universidades.

Existen, en el ámbito universitario, otros grupos que realizan investigación básica

en las áreas de la gestión empresarial y las ciencias sociales que son potenciales investigadores para el desarrollo de innovaciones.

Además de las Universidades y los organismos citados anteriormente, así como de los programas de investigación propios desarrollados por algunas empresas, es necesario destacar la puesta en marcha recientemente del Parque Tecnológico de Galicia con sede en Ourense como intento de crear una infraestructura de investigación aplicada al desarrollo productivo de Galicia donde participan la Xunta, las tres Universidades y las Asociaciones empresariales.

La relación entre empresas y ciencia aún no se ha desarrollado de forma interactiva continua en Galicia por problemas de distribución geográfica inadecuada entre centros de investigación y áreas industriales, por la excesiva concentración en la Universidad y por la falta de relación entre necesidades del sistema productivo y áreas de investigación.

Desde los años 80, la Fundación Empresa-Universidad (FEUGA) y en los últimos años, las Oficinas de Transferencia de Tecnología y Transferencia de Resultados de Investigación (OTT, OTRI) han intentado cubrir la necesaria comunicación entre las empresas y los centros investigadores.

Otra característica del I+D en Galicia es su escasa incidencia con respecto al PIB. El gasto en este apartado es del 0,22% del PIB gallego frente a una media española del 0,68% del PIB, muy por debajo del 3% alcanzado en Alemania o el 2% alcanzado en Francia, Gran Bretaña y Holanda.

La financiación de la investigación en Galicia procede de las siguientes fuentes:

- Xunta de Galicia, con la participación más relevante que se elevó a 1.600 millones en 1993;
- Gobierno central, a través del Plan Nacional de I+D;
- Comunidad Europea, principalmente a través de los programas FEDER y STRIDE;
- empresas privadas.

A continuación se expone la organización de la actividad de investigación I+D en Galicia.

2.2. I+D en las Universidades de Galicia

La actividad investigadora desarrollada por la Universidad en Galicia ha sufrido una reestructuración en 1990 con la descentralización de la Universidad de Santiago de Compostela. La creación de las Universidades de Vigo y La Coruña también ha descentralizado las actividades de investigación.

Hasta 1989, la Universidad de Santiago era la única Universidad existente en

Galicia y concentraba la totalidad de la actividad investigadora, en el ámbito universitario, en la Comunidad gallega.

En los últimos años 80, el presupuesto de investigación de la Universidad de Galicia pasó de 275 millones de pesetas en 1986 a 1.100 millones en 1989. Este presupuesto cubría en 1986 exclusivamente contratos de investigación y proyectos subvencionados, a partir de 1987, incluye también presupuestos de infraestructura y cursos.

La mitad de los presupuestos de investigación de la Universidad, entre 1986 y 1989, se destinaba a proyectos subvencionados; una tercera parte se dedicaba a contratos y el resto era para infraestructuras y financiación de cursos.

El Campus, donde se realizaba mayor actividad investigadora, después del de Santiago, era el de Vigo, seguido por orden de relevancia, por los de La Coruña, Lugo, y Ourense.

En este período de cuatro años, un total de 89 empresas y organismos públicos firmaron contratos de investigación con la Universidad, entre ellas: las cuatro Diputaciones provinciales, Caixa Galicia, Banco Pastor, Avions Marcel Dassault-Breguet, Citroen Hispania, Pescanova, Coren, Megasa, Unión Fenosa, Endesa, el INSALUD y el MOPU.

A partir de 1990, con la creación de las Universidades de La Coruña y Vigo, la actividad investigadora deja de estar tan concentrada en Santiago y las nuevas Universidades cuentan con sus propios Vicerrectorados de Investigación así como Centros e Institutos de desarrollo tecnológico e investigación.

Las Universidades concentran las actividades de I+D desarrollando programas en contacto con las empresas y organismos a través de sus Oficinas de Transferencia de Tecnología (OTT), Oficinas de Transferencia de Resultados de Investigación (OTRI), Oficinas de I+D.

Estas Oficinas aglutinan la forma más innovadora de investigación, mientras que la investigación más tradicional desarrollan los vicerrectorados de investigación, de los cuales dependen a su vez estas Oficinas.

Las funciones de las Oficinas, OTRI-OTT se resumen en:

- recopilar y actualizar la Oferta Tecnológica de la Universidad;
- canalizar y distribuir la oferta tecnológica de los investigadores de la Universidad al exterior, con especial atención al mundo empresarial gallego;
- recopilar la demanda empresarial. Mailing de Empresa. Contactos;
- fomentar los contactos Universidad-Empresa para la colaboración en proyectos de I+D;
- asesoramiento, negociación y tramitación de contratos de investigación;
- reorientación de las líneas de investigación de la Universidad cara a la demanda del entorno socio-económico en el que se encuadra;

- identificación de los resultados potencialmente transférables generados por los grupos de investigación activos de la Universidad y difusión de éstos entre las empresas;
- tramitación de las solicitudes de patentes: asesoramiento, y búsquedas documentales;
- proyectos de la Comunidad Europea: información, búsqueda de socios y posterior seguimiento;
- gestión de cursos dirigidos a empresas, a petición de estas;
- Publicación de estudios sobre la labor investigadora, asistencia a ferias y congresos así como cualquiera otra tarea que suponga la divulgación de la actividad científica de la Universidad;

En la actualidad, en la *Universidad de Santiago*, la actividad investigadora se divide entre varios institutos y centros dependientes del Vicerrectorado de Investigación.

La investigación realizada a través de convenios con empresas se desarrolla a través del Centro de Transferencia de Tecnología. Este centro concentra, aproximadamente, el 50 por ciento del gasto realizado por la Universidad en actividades de investigación.

El Centro de Transferencia de Tecnología tramitó en el curso 91-92 (2), 133 contratos de I+D por un valor total de 500 millones de pesetas (325 millones en el curso anterior) (Centro de Transferencia de Tecnología 1993). En ese curso, el número e importe de los proyectos contratados por empresas privadas superó, por primera vez, la demanda de la administración pública.

Se presentaron 29 propuestas de participación en los diferentes programas incluidos en el III Programa Marco de Investigación de la Comunidad Europea. Se tramitaron 16 cursos de postgraduado con un presupuesto de 241 millones de pesetas; y 19 cursillos de corta duración con un presupuesto de 40 millones de pesetas.

En la *Universidad de Vigo*, los primeros contratos de investigación se firmaron en 1990, pero la Universidad no contó con un ente canalizador de las actividades de investigación hasta el año siguiente cuando creó la Oficina de Investigación y Desarrollo (I+D) con el objetivo de promover y canalizar la relación entre los grupos investigadores y las empresas.

La actividad de investigación en la Universidad de Vigo la realizan 107 grupos de investigación agrupados en cuatro ámbitos: Experimental (43); Jurídico-social (25); Humanidades (24) y Tecnológico (15).

Las actividades de investigación contratadas por la Universidad de Vigo, a través de la Oficina, supusieron un total de 84 millones de pesetas en 1991. Esta cantidad se vio aumentada en un 22,6% en el año 1992 hasta un total de 103 millones de pesetas en actividades contratadas.

La distribución de actividades contratadas en el año 1991, se repartió entre 45 millones de pesetas por empresas (53%) y 39 millones por organismos. Para el año 1992 la proporción contratada por empresas aumentó hasta el 58% con un total de 60 millones de pesetas, mientras que las actividades contratadas por organismos aumentaron hasta un total de 43 millones.

Entre las empresas y organismos contratantes se encontraban: Alcatel Espacio, Alúmina de San Ciprián, Autopistas del Atlántico, BBV, Concellos de Ourense y Vigo, Consellería de Pesca, Diputación Provincial de Ourense, Endesa, Isolux Naval, Pescanova, CTNE, Televés, Unión Eléctrica Fenosa, Indugasa y la Asociación Provincial de Industriales Metalúrgicos.

La división de contratos por año fue como sigue: En 1990 se firmaron por la Universidad, 15 contratos de investigación y dos cursos. Del total de contratos, ocho fueron desarrollados por la E.T.S. de Ingeniería Industrial.

En 1991 se firmaron 18 contratos de investigación, tres informes y nueve cursos, que fueron desarrollados por la E.T.S. de Ingeniería Industrial (12); por la E.T.S. de Ingeniería de Telecomunicaciones (4); por la E.U. de Estudios Empresariales de Ourense (2) y la Facultad de Ciencias (2) y uno respectivamente por la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, E.U. Técnica Industrial, Facultad de Humanidades de Ourense, Facultad de Bellas Artes de Pontevedra y las E.U. de Formación del Profesorado de E.G.B de Ourense y Pontevedra.

En 1992 se firmaron 23 contratos de investigación, 17 informes y diez cursos; diez fueron desarrollados por la E.T.S. de Ingeniería Industrial, cuatro por la Facultad de Ciencias de Vigo, tres por la E.T.S. de Ingeniería de Telecomunicaciones, y uno respectivamente por la E.U. de Estudios Empresariales, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, E.U. de Ingeniería Técnica en Informática de Gestión, Facultad de Ciencias de Ourense y Facultad de Humanidades de Ourense.

En 1993, fueron 26 las empresas y organismos que encargaron proyectos de investigación a la Universidad de Vigo, que fueron desarrollados por la E.T.S. de Ingeniería Industrial; la E.T.S. de Ingeniería de Telecomunicaciones; la Facultad de Ciencias de Vigo; la Facultad de Ciencias de Ourense, y las E.U. de Ingeniería Técnica Industrial y E.U. de Estudios Empresariales de Ourense.

La actividad investigadora de la *Universidad de La Coruña*, la realizaban en 1993, 144 equipos de trabajo que abarcan más de seiscientos líneas de trabajo; en 1992 eran 137 los equipos de que realizaban trabajos de investigación y constaban registrados en el Catálogo de Investigación y Oferta Tecnológica de la Universidad de A Coruña que desarrollaban 247 proyectos de investigación y que contaron con 800 millones de ayuda subvencionados por distintos organismos como la Xunta, la CEE y el Gobierno central.

2.3. Otros Centros Públicos de Investigación

Parque Tecnológico de Galicia

El Parque Tecnológico de Galicia se encuentra ubicado en el municipio de San Cibrao de Viñas, a 10 km. de Ourense dentro de su área urbana.

El parque dispone de una superficie de 550.000 m². El número de parcelas es de 50 y éstas cuentan de una superficie media de 3.000 a 4.000 m², con un mínimo por parcela de 2.400 m².

El parque cuenta en su centro con un «Edificio Inteligente» de 4.603 m² que alberga todos los servicios centrales del mismo, cuenta también con zonas de ocio y deportivas para su uso exclusivo.

La gestión del parque se realiza a través de una entidad gestora en la que intervienen las empresas en combinación con los organismos oficiales: Xunta de Galicia, Universidades de A Coruña, Santiago y Vigo, y Asociaciones Empresariales.

El parque cuenta con cinco sectores preferenciales:

- accesorios del automóvil: orientado hacia empresas proveedoras de las dos plantas de montaje que Citroen posee en Galicia, así como a otras industrias dedicadas a la automoción presentes en la Comunidad, como son, la fabricación de vehículos industriales todo terreno, autocares, carrocerías, remolques, etc.
- agroalimentario: enfocado hacia la promoción de empresas innovadoras en la transformación y comercialización de productos agroalimentarios;
- forestal: orientado hacia empresas interesadas en el desarrollo de nuevas técnicas industriales de transformación que permitan competir con ventaja en los mercados internacionales de productos derivados de la madera;
- pizarras y piedras ornamentales: dirigido hacia empresas interesadas en la investigación y desarrollo de nuevas técnicas de extracción y transformación de los productos mineros gallegos, especialmente los ricos yacimientos de pizarra y granito, así como competir en los mercados nacionales e internacionales;
- textil: enfocado hacia la consolidación del sector textil gallego dentro de los competitivos mercados internacionales, se intenta crear un centro colectivo de investigación que se mantenga a la vanguardia del sector de la moda mediante un proceso constante de estudio e investigación sobre técnicas industriales alternativas, así como nuevos sistemas de fabricación y desarrollo de nuevos materiales;

2.4. I+D en las empresas gallegas

La actividad de investigación desarrollada a nivel empresarial en Galicia es difícil de analizar de forma detallada y precisa.

La información disponible da una imagen sesgada del alcance de esta actividad, siendo casi imposible, su cuantificación.

Algunas encuestas, como la EPOC 1992 (Evaluación de Políticas Científicas), revelan que más del 50% de las empresas con facturación superior a 200 millones de pesetas realizan algún tipo de actividad investigadora, pero no más de la mitad de ellas dispone de centro o departamento dedicado exclusivamente a ese fin.

Los resultados de la citada encuesta confirman que las empresas mayores son las que dedican más dinero y personal a I+D, obedeciendo esta tendencia a un orden jerárquico que pone a continuación a la mediana empresa y finalmente a pequeñas empresas, tanto a nivel de gastos como de personal dedicado.

El 69% de las empresas encuestadas declararon que realizaban actividades de I+D que ascendieron a un volumen de gastos de 2.276 millones de pesetas en 1991.

La tendencia en los últimos años, indica un aumento progresivo del gasto realizado por las empresas en I+D en el futuro.

La cantidad de personal dedicado a este tipo de actividades también aumentará, pero las empresas son más reticentes a indicar este hecho (EPOC 1992).

Respecto al I+D por sectores económicos, destacan el sector del automóvil y la construcción naval. El sector de la alimentación tiene la tercera posición. El resto de los sectores no llega a la media de un investigador a tiempo completo por empresa.

La opinión de las empresas, cara a posibles medidas de política científico- tecnológica, muestra un claro apoyo a medidas de ayuda pública a los proyectos de investigación de las empresas; sin embargo se muestran reticentes a la colaboración de investigadores de centros públicos en empresas.

2.5. Los problemas de I+D en Galicia

Todos los trabajos consultados, tanto por parte de las empresas como de los investigadores, parecen coincidir en la necesidad de establecer unos criterios, directrices y objetivos que planifiquen y proyecten los esfuerzos en I+D.

El Plan de Investigación y Desarrollo previsto para Galicia en la Ley 12/1993 aprobada por el Parlamento gallego sienta unas bases que es necesario desarrollar sin retraso en la línea de reforzar la colaboración entre Administraciones-Empresas y Universidades.

La definición de una política científica con objetivos claros, con la determinación de áreas y líneas prioritarias, la mejora en la difusión y dinamización de transferencias y una adecuada infraestructura, son demandas que realizan todos los sectores implicados en la relación ciencia-tecnología.

Fuentes consultadas:

- (1) *Reconversión para la ciencia*. José Sordo Rodríguez. Economía y Finanzas. Abril, 1994.
- (2) *Cuatro años da Universidade de Vigo*. 1990-94. Universidad de Vigo.

Otros textos consultados:

- Encuesta EPOC 1992. Universidad de Salamanca.
- Gasto o malgasto. Gerardo García Campos. Economía y Finanzas. Abril, 1994.
- Investigación y oferta tecnológica de la Universidad de A Coruña. 1992. OTRI. Universidad de A Coruña.
- Investigación y oferta tecnológica de la Universidad de A Coruña. 1993. OTRI. Universidad de A Coruña.

3 CULTURA

En este apartado se han estudiado las políticas culturales de nuevo tipo, las formas de producción cultural y artística innovadoras en cada sistema urbano de referencia y se han sistematizando los equipamientos-contenedores culturales que responden a las nuevas dinámicas detectadas con una oferta cultural cualitativamente diferente.

3.1. Políticas Culturales en las ciudades del Eje-Galicia

Los procesos de educación no reglada, es decir, los procesos educativos necesarios para el desarrollo del individuo como persona y complementarios de la educación formal o reglada, como el deporte o la formación cultural, están generando una demanda creciente que se dirige hacia las administraciones públicas.

En el ámbito analizado, las políticas culturales las desarrollan básicamente los Ayuntamientos.

La actuación municipal se divide entre actividades de cultura estable y cultura de base.

No existe una norma general que rijan la política cultural de los municipios gallegos. Todas las ciudades gallegas mantienen comportamientos diferentes en la formulación de sus programas culturales y en la puesta en práctica de los mismos.

La actuación municipal en política cultural varía de forma notable de una ciudad a otra debido, entre otros motivos, a la diferencia de recursos económicos y a la diferente mentalidad de los encargados de gestionar la política cultural municipal.

Las demandas culturales procedentes de los grupos dedicados a la producción cultural de todo tipo, del movimiento asociativo de carácter cultural o del asociacionismo vecinal, son atendidas de forma muy diversa por los Ayuntamientos de las ciudades gallegas.

En el conjunto del ámbito del Eje-Galicia destaca la concentración de actividades culturales y equipamientos en Santiago y en menor grado en La Coruña.

En la última década, Santiago centró sus esfuerzos en retomar su papel de centro cultural de Galicia con proyección europea y La Coruña potenció su capacidad cosmopolita, mientras Vigo enriquece su aureola de modernidad cultural en Galicia que los movimientos de artistas plásticos y su tradicional afición musical le habían otorgado desde los años 60.

Las restantes ciudades gallegas carecen de recursos económicos para montar grandes espectáculos, pero aún así su actividad se concentra en la provisión de espectáculos culturales más o menos de élite.

Esta acción municipal, donde el Ayuntamiento actúa como promotor de espectáculos, se justifica por la escasísima oferta que generan los promotores privados.

En todo el ámbito del Eje-Galicia, la oferta privada de servicios culturales se reduce a determinados sectores y se concentra en el cine comercial.

Si bien, actividades culturales como ópera, grandes orquestas, exposiciones, o compañías de teatro de élite son difícilmente rentables para un promotor privado, desde el punto de vista económico, se detecta la carencia de una mayor participación del mecenazgo por parte de entidades privadas.

Lo que presenta mayor dificultad de explicación es la tendencia de los Ayuntamientos a actuar como promotores en espectáculos de música comercial (pop, rock, música ligera) que tienen un tirón en taquilla suficiente para su autofinanciamiento.

En general, se observa que la intervención en actividades de élite no se ve compensada en muchos casos con una promoción suficiente de la cultura de base. En esta línea de actuación, los Ayuntamientos suelen limitar sus intervenciones al otorgamiento de subvenciones a grupos culturales diversos.

Algunos Ayuntamientos se preocupan en presentar espectáculos que pese a (o quizá por) su elevado coste, tienen un gran impacto en la imagen que el ciudadano percibe de los responsables de cultura; pero muestran desinterés cuando se trata de acometer actividades de base que pese a su poca espectacularidad generan niveles de participación elevados como ferias diversas, u otro tipo de actividades a desarrollar en calles y plazas que ayudan a dinamizar no sólo la vida cultural de las ciudades sino a la dinamización económica de los centros urbanos.

En el ámbito del Eje-Galicia se produce una marcada diferencia entre las políticas y programas culturales de Santiago, La Coruña y Vigo y el resto de las ciudades.

Respecto a estas tres ciudades, mientras Santiago y La Coruña poseen una infraestructura cultural extensa y diversa que les permite mantener programaciones estables y formar parte de los circuitos culturales españoles y europeos, Vigo se esfuerza en mejorar la planificación de su programación cultural, con una red de dotaciones culturales más reducida, y en una ciudad menos incardinada en circuitos de ámbito estatal y se orienta hacia grandes eventos de temporada.

En las restantes ciudades, la política cultural también es heterogénea, destacando

la escasez de infraestructura cultural de Lugo y el esfuerzo de las restantes ciudades en dotarse de equipamientos culturales para poder participar en los circuitos de distribución de las actividades culturales.

3.2. Red de equipamientos culturales en las ciudades del Eje-Galicia

En este momento la red de equipamientos culturales en las ciudades gallegas es extensa pero su distribución espacial no se relaciona con los parámetros demográficos de las ciudades.

Se produce una concentración de equipamientos culturales en las ciudades de Santiago y Coruña.

Se detecta un interés en revertir a propiedad pública los contenedores culturales significativos de cada ciudad y convertirlos en foros públicos de actividades culturales.

Esta línea han seguido los Ayuntamientos de Santiago (Teatro Principal), La Coruña (Teatro Rosalía de Castro), Pontevedra (Teatro Principal) y recientemente Ferrol (Teatro Jofre).

La situación de crisis de los equipamientos culturales privados como cines y teatros motivó el interés de los Ayuntamientos en mantener en uso estas dotaciones y les llevó a una dinámica de adquisición y remodelación de edificios con notable interés histórico-arquitectónico que estaban amenazados de desaparición por falta de rendimiento económico y la apatía por realizar operaciones con objetivos especulativos.

El esfuerzo económico realizado por las administraciones locales ha permitido dotar de este tipo de contenedores a las ciudades gallegas.

Como se ha citado anteriormente, destaca actualmente la concentración de equipamientos culturales en Santiago de Compostela en una situación muy diferenciada del resto de las ciudades gallegas.

En Santiago, son de titularidad municipal: el *Auditorio de Galicia* y el *Teatro Principal*.

También dispone la ciudad de una sala municipal de exposiciones en *Santo Domingo de Bonaval*, que incluye la propia iglesia y del *Pazo de Bendaña*, que funciona como local de usos múltiples, para exposiciones y actividades diversas, éste se encuentra en una fase de transición y se busca darle una vocación orientada hacia las artes plásticas contemporáneas.

Otros contenedores utilizables para actos culturales que son de titularidad municipal son los dos estadios (Santa Isabel y San Lázaro) y el polideportivo de Santa Isabel, y están en construcción el *Palacio de Congresos*, que cuenta con una sala de conferencias-auditorio mayor en capacidad que la del Auditorio de Galicia, y el Pabellón de Deportes de Sar con capacidad para 7.000 espectadores.

En cuanto a contenedores con otra titularidad la ciudad dispone del *Auditorio del Monte do Gozo*, con capacidad para 35.000 espectadores que está regido por un consorcio creado a través de un convenio entre Xunta y Ayuntamiento; y la infraestructura de la Universidad consistente en una Sala de Exposiciones en el Pazo de Fonseca y un auditorio situado en el Campus.

Adicionalmente la infraestructura museística comprende el *Museo do Pobo Galego*, *Museo de la Catedral*, *Museo de las Peregrinaciones*, a los que se sumaría el *Centro Galego de Arte Contemporáneo* y el *Museo Diocesano*.

Del listado anterior se concluye que Santiago es una ciudad superequipada en cuanto a infraestructura cultural, más si tenemos en cuenta la función de la propia ciudad como contenedor ya que se celebran habitualmente actividades, principalmente conciertos, en la Quintana, Obradoiro y Toural, así como en la Alameda, y en las iglesias de San Martín Pinario y Santo Domingo.

Otra ciudad gallega que concentra equipamiento cultural es *La Coruña*. Esta ciudad cuenta con el *Museo Arqueológico e Histórico*, con una colección de piezas de la prehistoria e historia de la ciudad y su entorno, consta de biblioteca especializada, publica una revista y se dedica a actividades didácticas. Otro contenedor cultural de extraordinaria atracción es la *Casa de las Ciencias* que cuenta con planetario, edita, realiza exposiciones y desarrolla cursos.

A esta infraestructura cultural se añaden: el *Auditorio y Palacio de Congresos*, el *Coliseum* que es un recinto de espectáculos polivalente, el *Centro Cultural Salvador de Madariaga* que consta de archivo, filmoteca, biblioteca, centros de información e investigación, la *Estación Marítima* utilizada para exposiciones y certámenes feriales, el *Kiosko Alfonso* para exposiciones y el *Teatro Rosalía de Castro* en restauración; el *Museo de Bellas Artes*, recientemente ampliado, y el *Domus* en fase de construcción.

La Coruña presenta un equipamiento cultural extenso que destaca por su cantidad, calidad y diversificación.

La ciudad de Vigo presenta un equipamiento cultural menos extenso y diversificado pero de notable importancia como el *Museo Municipal Quiñones de León*, fundado en 1937, posee fondos que abarcan tres secciones principales: Arte Gallega Contemporánea. Arqueología y Prehistoria, y Pazo. Asimismo está en fase de creación una biblioteca especializada.

El Auditorio Municipal de Castrelos: en un Auditorio al aire libre. Cuenta con un escenario encuadrado en un marco natural incomparable. En el auditorio se celebran los principales espectáculos de verano, tratándose de un recinto con mucha tradición en la ciudad. Las producciones realizadas incluyen teatro, música clásica, pop, danza y producciones de televisión. También se celebran en julio y agosto más de 25 proyecciones de cine al aire libre ensalzadas con espectáculo adicional proveído por efectos especiales luminotécnicos.

Estadio Municipal de Balaidos: aunque se trata principalmente de un estadio deportivo en él se celebran espectáculos de masas como las actuaciones de Dire Straits, Julio Iglesias y Madonna, algunos de ellos ante más de 40.000 espectadores.

Red de Centros Culturales: existe en Vigo una red de aproximadamente 42 Centros Socio-Culturales y Vecinales. Estos centros son mayoritariamente promovidos por el ayuntamiento. En ellos se desarrolla todo tipo de actividades culturales, que abarcan desde cursos de formación a festivales folclóricos. También sirven de marco para todo tipo de actividades vecinales.

Centro Cultural Cidade de Vigo: localizado en el edificio del Ayuntamiento. Organiza de forma interrumpida todo tipo de actividades culturales: cine, teatro, música, vídeo, exposiciones, etc. Colabora con asociaciones y particulares apoyando iniciativas culturales.

Casa de Cultura: funciona como sala de exposiciones, además de albergar a la Fundación Penzol y al legado de don Francisco Fernández del Riego.

Sala dos Peiraos: Sala de exposiciones orientada hacia muestras fotográficas y a todo tipo de creaciones artísticas noveles.

Casas das Artes: se encuentra en el edificio del antiguo Banco de España. Cuenta con seis plantas, cuatro de ellas dedicadas a exposiciones. Es aquí donde se desarrollan las exposiciones de mayor proyección. En la Casa das Artes se da cabida a prácticamente todas las artes plásticas (pintura, escultura...) pero la fotografía y el vídeo tienen una presencia amplia.

Las actividades propias de Casa das Artes incluyen muestras muy variadas. Destacan las exposiciones de artistas gallegos y nacionales, así como muestras itinerantes variadas en colaboración con distintas entidades privadas que practican el mecenazgo. La Casa das Artes es un contenedor especializado en artes plásticas de incidencia básica para la vida cultural viguesa dada la carencia de centros de similares características en el centro de la ciudad. La actividad de la Casa das Artes se ve completada por la desarrollada por el Centro Cultural Caixa Vigo, reforzándose entre ambos generando un núcleo cultural de gran dinamismo en el centro de la ciudad.

La extensa red de infraestructura cultural de estas tres ciudades es asimétrica con el equipamiento cultural de las restantes ciudades gallegas donde los Museos de titularidad municipal no existen y los contenedores culturales públicos son escasos o inexistentes.

No obstante, cabe destacar el caso de Ferrol donde la existencia de un contenedor cultural como el *Centro Cultural Municipal* ubicado en un antiguo hospital rehabilitado y situado en pleno centro de la ciudad con cinco salas de exposiciones y que aloja el *Museo Municipal* especializado en grabado, le ha permitido al Ayuntamiento formar parte de circuitos de exposiciones nacionales. La reciente adquisición del Teatro Jofre incrementa las dotaciones culturales municipales con una capacidad para

1000 espectadores y la posibilidad de diversificar la programación de danza, música y teatro. A esta infraestructura cultural se añade otro *Centro Cultural Carvalho Calero*, la *Biblioteca Municipal* en el antiguo Banco de España, la Sala Joven de la biblioteca del Cantón y los locales sociales existentes en cada una de las parroquias de la zona rural.

En el caso de Ourense destacan como contenedores culturales e *Teatro Principal*, el *Aula de Cultura de Caixa-Ourense* y el *pabellón de deportes Paco Paz* dotado para conciertos masivos.

A continuación, para el ámbito de las ciudades del Eje-Galicia se analizan las iniciativas y dinámicas culturales que se han considerado más innovadoras, para los objetivos de este estudio.

3.3. Una política cultural estable: el caso de Santiago

Auditorio de Galicia

En el marco de unas condiciones únicas en Galicia, por la presencia histórica de la Universidad y la consideración internacional de la ciudad de Santiago que le han permitido dotarse de una amplia capacidad para generar recursos públicos que no es comparable con el resto de las ciudades gallegas y que se suman a la gran capacidad para captar fondos privados, debe entenderse la singularidad de la política cultural que desarrolla el Ayuntamiento de Santiago.

En esta situación privilegiada de mayor apoyo a iniciativas culturales de todo tipo, en los años 80, el Ayuntamiento acomete por primera vez una planificación cultural que introdujo elementos de calidad y estabilidad desconocidos hasta ese momento.

Galicia, a través de Santiago se incorporó a los grandes circuitos de plástica, música y teatro.

El programa cultural estable del Ayuntamiento de Santiago abarca, básicamente, teatro, plástica y música. Este programa se desarrolla a través del Teatro Principal (programación teatral, principalmente) y del Auditorio de Galicia, difusor de exposiciones de plástica, con una especial atención al arte contemporáneo, de programas de música clásica, temporadas de ópera, presentación de nuevas músicas y programas de música para niños.

El *Teatro Principal* es de tamaño medio (450-500 butacas), y su uso está orientado hacia teatro, cine, espectáculos musicales de escaso aforo, etc.

El *Auditorio de Galicia* se inauguró en Octubre de 1989 y forma parte de la red de Auditorios Nacionales del Ministerio de Cultura, junto al Auditorio Nacional de Madrid, y los de Barcelona, Granada, Santander, Sevilla y Valencia.

La programación del Auditorio se estructura en torno a tres ejes:

- Programas de exposiciones.
- Conciertos.
- Programas didácticos.

Este último eje es especialmente importante por sus efectos sociales e innovadores. El programa didáctico lo componen 33 conciertos y 5 exposiciones para niños. El programa se desarrolla en contacto con los centros escolares.

Con el desarrollo del programa didáctico y una política de fijación de precios no elevados para los actos que forman parte del programa estable, el Auditorio de Santiago ha pretendido demostrar que no existe cultura de élite y entre su público se encuentran representados desde jubilados y estudiantes a todo tipo de agentes sociales.

El Auditorio depende económicamente de las subvenciones que recibe ya que el importe generado en taquilla sólo cubre el 2-3% del presupuesto.

Las subvenciones que financian el Auditorio, provienen del Ayuntamiento de Santiago, Xunta de Galicia, Universidad de Santiago, Diputación de La Coruña, Ministerio de Cultura, Fundación Caixa-Galicia, y el importante patrocinio de empresas de la ciudad.

El presupuesto del Auditorio se agrupa en cuatro apartados:

- funcionamiento ordinario, incluyendo salarios y gastos de mantenimiento (20% del presupuesto anual),
- programa estable (50% del presupuesto),
- programa de exposiciones (20% del presupuesto),
- conciertos didácticos (10% del presupuesto).

El Ayuntamiento de Santiago desarrolla paralelamente dos programas culturales, el primero es un programa estable que se ha esquematizado anteriormente y el segundo es un programa dinamizador o de base, que se realiza a través de los *Centros Cívicos* de los barrios desde 1990.

El Ayuntamiento cuenta con veinte Centros Socio-Culturales en los barrios y parroquias rurales. Estos Centros cubren dos áreas de servicio local: centralizan los servicios sociales del barrio o parroquia y forman áreas culturales de base. Tres de los Centros son de mayores dimensiones y se ubican en los barrios más poblados de la ciudad (Vite, Conxo y Pontepedriña) y el resto se localizan en parroquias rurales, algunos son de nueva planta mientras que otros son escuelas unitarias reutilizadas.

En cuanto a las actividades de producción cultural propia, el Ayuntamiento de Santiago no se limita al fomento difusor a través de subvenciones, sino que intenta apoyar iniciativas sociales ampliando las actividades divulgativas del evento con el objetivo de potenciar la vertebración de la iniciativa privada con incidencia municipal.

La política cultural municipal de Santiago resulta una dinámica innovadora por ser la primera ciudad gallega que presentó una programación cultural de elevada calidad, con carácter estable y con continuidad desde los años 80. Santiago se ha incorporado a los circuitos nacionales e internacionales de música, plástica y teatro. Pero, además, ha logrado hacer partícipes de la financiación de esta programación cultural, a otras administraciones públicas, a la Universidad, a Fundaciones y empresas privadas.

Por sus características de calidad, continuidad, innovación en la gestión y potencialidad de la presencia de la ciudad en foros culturales del exterior, la política cultural municipal de Santiago se ha convertido en uno de los focos más dinamizadoras de la vida urbana que se ha extendido a una programación de base, apoyada en una extensa malla de centros socio-culturales con área de servicio local y con objetivos de gestión cultural que superan la intervención por subvenciones.

3.4. Una política cultural con iniciativas singulares: Coruña

Casa de las Ciencias

El Ayuntamiento de La Coruña gestiona una política cultural polifacética que se desarrolla en múltiples contenedores como el Auditorio y Palacio de Congresos, el Coliseo, la Estación Marítima, el Centro Cultural Salvador de Madariaga, el Kiosco Alfonso, el Teatro Rosalía, etc.

Entre todas estas actividades de divulgación cultural cabe destacar, por su carácter innovador, el programa que viene desarrollando la *Casa de las Ciencias*, propiedad del Ayuntamiento de A Coruña, inaugurada el 1 de Enero de 1985 y situada en el parque de Santa Margarita.

La Casa de las Ciencias se potenció con el objetivo de convertirse en una posibilidad para que los ciudadanos de todas las edades y todos los niveles culturales pudieran acercarse a una faceta de la cultura que por unas razones u otras se nos ha presentado como lejana, inaccesible o extraña.

Consecuentemente con este objetivo, la Casa de las Ciencias acoge materias que van desde la Astronomía a la Medicina, pasando por la Zoología, Botánica, Ecología, Química, Informática, etc., unidas en el denominador común de buscar la interacción con el público en un ambiente activo y divertido.

El éxito de la iniciativa fue evidente cuando el día 11 de junio de 1992 se alcanzó la cifra de un millón de visitantes.

En síntesis, la Casa de las Ciencias es un museo interactivo de las ciencias y un centro interactivo de divulgación científica. Dispone del único planetario existente en Galicia, y uno de los muy pocos existentes en la península.

Además de las exposiciones y programas permanentes, desarrolla exposiciones temporales, así como programas puntuales en el planetario y otras instalaciones.

También cuenta con una sección editorial que publica libros de temática científica.

La Casa de las Ciencias ha desarrollado una especial orientación hacia los colegios con un programa dirigido de visitas escolares.

El centro es financiado, principalmente por el Ayuntamiento de A Coruña. Otras fuentes de financiación son venta de entradas, de publicaciones, y de «souvenirs», así como la organización de cursillos y talleres.

El público para las actividades de la Casa de las Ciencias es muy variado debido a su orientación hacia públicos de todas las edades y condiciones. Se detecta una especial presencia de escolares debido principalmente al programa de visitas organizadas de colegios.

Se trata de una de las iniciativas culturales que ha recibido mejor acogida en Galicia en los últimos años en cuanto a afluencia de público con una media de ciento cincuenta mil visitantes al año.

Avanzando en esta línea de oferta cultural singular y diferenciada, el Ayuntamiento coruñés está preparando la puesta en funcionamiento del Domus, un centro interactivo de divulgación científica sobre el cuerpo humano.

Además de estas iniciativas de enriquecimiento de la oferta cultural, el Ayuntamiento de A Coruña completa su programación cultural con actividades de exposiciones, teatro, conciertos, filmoteca, congresos, etc.

En la política cultural del Ayuntamiento de A Coruña destaca por su papel innovador las iniciativas culturales diferenciadas y exclusivas que suponen un foco de atracción para toda Galicia y que potencian con una actividad didáctica prolifera en el público infantil.

3.5. Una dinámica cultural invertebrada: Vigo

Vigo ha sido en la década anterior una ciudad que abanderó la modernidad cultural en Galicia. Sus movimientos musicales y plásticos situaron a la ciudad en un lugar singular en el contexto gallego y español.

Vigo ha sido una ciudad pionera en experimentos culturales en el campo editorial, en la música rock y étnica, en el área audiovisual, en las artes plásticas, etc.

Pero es evidente que no dispuso de una política cultural capaz de articular estas actividades dispersas.

La política cultural del ayuntamiento de Vigo potenció fundamentalmente el consumo de grandes espectáculos de masas, como los macroconciertos del verano, pero el resto del año no existía una programación estable ni regularizada.

Como señala Carlos Casares Mourino (1), en Vigo proliferan actuaciones concre-

tas pero que no parecen responder a un modelo cultural, a una línea coherente con determinados objetivos sino a una respuesta aislada en cada evento cultural organizado.

A esta situación responde la agilidad de instituciones privadas en la programación cultural, Caixavigo es el principal agente de la programación cultural en esa ciudad que desarrolla su programación en el *Centro Cultural Caixavigo* y en la *sala de exposiciones Policarpo Sanz*.

El *Centro Cultural Caixavigo* incluye teatro, auditorio, salas de conferencias y conciertos, sala de exposiciones y biblioteca. Este complejo cultural proporciona una programación estable al conjunto de la ciudad.

Como acciones de dinamización cultural se desarrollan en Vigo varios programas, entre los que destaca:

Proyecto Vigo Cultura: se desarrolla en el Centro Cultural CaixaVigo, bajo organización del Ayuntamiento de Vigo y CaixaVigo. La financiación proviene de estas dos entidades, las entradas y patrocinadores menores para actos puntuales. El proyecto incluye representaciones de Teatro, contando con la presencia de compañías gallegas y nacionales; Danza, con la presencia de compañías de ballet, compañías y artistas nacionales y extranjeras; Música Clásica, con orquestas gallegas, nacionales y extranjeras; Lírica, con compañías y artistas nacionales y extranjeros, destacando la producción de operas propias (*Rigolletto* de Verdi y *Il Barbiere* de Sivilgia de Rossini en 1994); y Otras Músicas como folk, jazz, blues, polifonía, y folklore tradicional. Esta programación se ve complementada con la programación propia del Centro Cultural CaixaVigo.

El Ayuntamiento de Vigo también mantiene numerosos convenios cara a la descentralización de la vida cultural local. Estos convenios son adoptados entre la Concejalía de Cultura y una serie muy diversa de agrupaciones y entidades. Las entidades firmantes abarcan desde la Federación de Asociaciones de Vecinos a las Bandas Populares de Música.

Los convenios con la Federación de Asociaciones de Vecinos, que regula estas entidades, permite mantener una política coherente y homogénea con estas, que sería poco factible si los convenios fuesen individuales con cada Asociación. El convenio se refleja principalmente en subvenciones diversas, destacando el apoyo a los grupos y escuelas de música y danza, fundamentalmente folclóricos.

También se mantienen convenios con las ocho Bandas Populares de Música existentes en la ciudad. A cambio de una subvención económica, cada banda se compromete a realizar una serie de actos para el Ayuntamiento, que pueden ser actuaciones en celebraciones municipales o conciertos de música en los barrios.

Se mantienen también convenios con: Federación de Peñas Recreativas; Círculo Cultural Mercantil e Industrial de Vigo; Centro UNESCO de Galicia; Cine Club

Lumière; etc. Además de firmarse convenios puntuales para el desarrollo de actividades concretas.

Este tipo de convenios generan un gran dinamismo cultural. Estos generan una producción cultural de baja exposición, pero de gran extensión. El resultado son cientos de pequeños actos que se desarrollan por todos los barrios de la ciudad durante todo el año.

Otras actividades reseñables en el campo de la cultura promovidas por el Ayuntamiento son la *Escola Municipal de Danza*, gestionada por el Ayuntamiento y organizada en catorce distritos a efectos de inscripción y programación de actividades. Imparte clases de danzas tradicionales. Entre los premios y exposiciones de Vigo destacan los Premios Literarios: *Alvaro Cunqueiro* de narrativa (bienal), *Blanco Amor* de novela larga (anual), *Martín Codax* de poesía (anual), *Luis Taboada* de periodismo y el *Concurso-Exposición de la Camelia* que se celebra de forma rotatoria en las ciudades de Vigo, Vilagarcía de Arousa y Pontevedra.

En Vigo se prepara actualmente un proyecto que engloba arquitectura y artes plásticas, cuyas líneas básicas fueron expuestas en un encuentro celebrado en octubre de 1994 y auspiciado por el Ayuntamiento de Vigo y la Fundación Pro Vigo. Dicho encuentro tenía como objeto intercambiar ideas para definir las líneas conceptuales sobre las que se apoyará un proyecto arquitectónico por el que se rehabilitará y adaptará el Edificio de los Viejos Juzgados para convertirlo en un Centro de Arte Contemporáneo. Del coloquio de octubre de 1994 surge la necesidad de elaborar un proyecto museográfico para reorganizar el conjunto de las colecciones artísticas municipales. Este proyecto museográfico ha de ser previo al proyecto arquitectónico de rehabilitación. La necesidad de desarrollar este proyecto surge de la limitación del contenedor actual y de la necesidad de reordenar las colecciones municipales.

Las colecciones artísticas municipales son de una tipología pluridisciplinar en las que se encuentran ejemplos importantes de bellas artes, historia y arqueología. La colección de Arte Gallego Contemporáneo, compuesta principalmente por pintura consta de unas 1.100 piezas (369 expuestas). La colección de Arqueología consta de unas 5.000 piezas (1.000 expuestas), con un ámbito geográfico local y comarcal y una cronología que abarca del 95.000 A.C. hasta el siglo XII. Por último la colección de Historia incluye unas 500 piezas de una tipología muy diversa.

Otros fondos museísticos de la ciudad de Vigo son: el Legado de Policarpo Sanz, procer local del siglo XIX. Así como piezas en depósito procedentes del Museo del Prado y del Museo de Arte Moderno de Madrid. El Conjunto Monográfico de Laxeiro que procede de 1981 cuando se celebró una exposición antológica de Laxeiro en la Casa da Cultura de Vigo a propuesta de la «Asociación Atlántica 80», al finalizar la exposición, el artista dona al Pueblo de Vigo un conjunto de 44 obras que significan

un recorrido de su trayectoria artística. Esta donación se expone de forma permanente y unitaria. El conjunto se incrementa en 1985 con un depósito de obras de Laxeiro, que sin pasar a propiedad municipal incrementan el conjunto exhibido. Este se muestra en el *Museo Laxeiro*, de titularidad municipal.

Actualmente se encuentra pendiente de firma un convenio para mejorar las condiciones de la exhibición, tanto en cuanto a la exhibición per se y actividades complementarias, como a la difusión de la obra de Laxeiro y del arte gallego contemporáneo en general. Por este convenio la colección Laxeiro pasará a exhibirse en la *Casa das Artes*. Paralelamente se procederá a la catalogación razonada de todos los fondos de Laxeiro en poder municipal (otras obras se encuentran en el Museo Municipal Quiñones de León).

3.6. Producción cultural y artística

a) Teatro

La producción teatral en Galicia se encuentra en proceso de reestructuración. Existen demasiadas compañías que dependen de subvenciones en todas las ciudades gallegas. Se detecta una demanda en el sentido de consolidar la escena teatral gallega con una serie de compañías menores que se dediquen a la producción propia y donde el Centro Dramático Galego actúe como punta de la pirámide dedicado a las producciones más complejas y que exigen mayor presupuesto económico.

En la actualidad, no se aprecia con claridad la evolución hacia este tipo de organización de la producción teatral.

La iniciativa más sobresaliente es la creación en 1984 del *CENTRO DRAMATICO GALEGO*, integrado como unidad de producción en el Instituto Galego de Artes Escénicas y Música.

Las grandes áreas de actuación del Centro son el teatro de repertorio universal y el rescate de la dramaturgia clásica gallega, dejando para las compañías privadas el teatro gallego contemporáneo.

En el campo de la dirección, se recurre, en determinadas ocasiones, a directores de fuera de Galicia con el objetivo de proporcionar una visión innovadora del teatro gallego.

La producción del Centro consiste en la escenificación de dos obras al año, en temporada de invierno y verano, a las que se añade alguna coproducción con la Xove Orquesta de Galicia y dos coproducciones con compañías privadas, seleccionadas por el procedimiento de concurso público.

El período de trabajo comprende dos meses de ensayos y dos de gira por las ciudades y pueblos de Galicia.

Desde 1991, a través de un convenio con la Dirección Xeral de Patrimonio, las

representaciones del Centro se han realizado en escenarios al aire libre instalados en los conjuntos históricos-artísticos de varias ciudades y pueblos.

El Centro Dramático Galego publica dos libros de cada espectáculo que produce, uno se integra en la colección de «Libros do Centro Dramático Galego» y otro forma parte de las unidades didácticas dirigidas a los alumnos de enseñanzas medias. Todos los montajes del Centro se graban en video por la TVG.

La capacidad de atracción de la producción del Centro Dramático se confirma con las cifras de público de sus representaciones. «Un sueño de verán» de W. Shakespeare fue vista por 24.000 espectadores y «A Lagarada» de Otero Pedrayo se escenificó durante dos meses consecutivos en el Pazo de Trasalba, donde fue escrita la obra.

b) Música

En el conjunto de las ciudades gallegas se desarrollan tres tipos de iniciativas en el ámbito de la producción musical con participación pública:

- Organización y mantenimiento de orquestas sinfónicas y bandas de música, como la Orquesta Sinfónica de Galicia y la Banda de Música del Ayuntamiento de La Coruña o la Xoven Orquesta Sinfónica de Galicia de Santiago.
- Cursos de música clásica, concursos y períodos de promoción intensiva como los «Cursos de Música en Compostela» y «Cursos Bachakademie» gestionados por el Ayuntamiento de Santiago; como la «Decena de la Música» promovida por el Ayuntamiento de Ferrol o la «Semana de la Música» de Lugo.
- Festivales de promoción musical, como los conciertos de música pop-rock de Vigo.

Todas ellas son actividades que no podrían mantenerse sin participación pública.

En el área de intervención pública en la organización y mantenimiento de Orquestas destacan las actuaciones desarrolladas en La Coruña y Santiago.

La *ORQUESTA SINFONICA DE GALICIA* surge del reto asumido por el Ayuntamiento de La Coruña que en 1991 creó el Consorcio para la Promoción de la Música que tenía por función principal la creación de la Orquesta que dio su primer concierto el 15 de mayo de 1992 en el Palacio de Congresos. Está compuesta por 75 músicos y es financiada por el Ayuntamiento de La Coruña.

Además de sus conciertos para aficionados a la música clásica se realizan actividades para la creación de nuevos públicos como son los conciertos para escolares que se desarrollan en el Coliseum de La Coruña o las giras por las ciudades y pueblos de Galicia.

Otra iniciativa destacable fue la creación de la *XOVE ORQUESTRA DE GALICIA*, fundada en 1987 como unidad de producción del Instituto Galego de Artes Escénicas y Música que tiene su sede en Santiago.

La Xove Orquesta combina la exhibición musical mediante conciertos con las clases teóricas y prácticas sobre cada instrumento y el hacer orquestal en su conjunto, además con su labor difunde el conocimiento de los compositores gallegos.

Las actividades pedagógicas de la Xove Orquesta se desarrollan en colaboración con profesores mediante la elaboración de unidades didácticas y la programación de conciertos para alumnos de enseñanzas medias.

La Xove Orquesta también participa en la publicación de partituras de la colección «Ars Gallaecia Musicae» que intenta la difusión de obras musicales gallegas inéditas.

En el campo de la organización de cursos, concursos, etc, cabe destacar el esfuerzo realizado por los Ayuntamientos de Lugo y Ferrol, que pese a sus reducidos presupuestos mantienen este tipo de promoción de la producción y actividad musical.

La *DECENA DE LA MUSICA* organizada por el Ayuntamiento de Ferrol es un intento fructífero de conectar un Concurso Internacional de Piano «Ciudad de Ferrol» y un Concurso Nacional de Piano Juvenil «Gregorio Baudot» que se venían celebrando aisladamente sin influencia decisiva en el panorama cultural de la ciudad. La realización conjunta de los dos concursos paralelamente al desarrollo de una serie de conciertos y actividades musicales de divulgación ha incrementado notablemente la capacidad de atracción de estos actos y enriquecido su contenido logrando una programación estable de un período de promoción musical intensivo. La Decena se desarrolla con la colaboración de las asociaciones culturales y musicales de la ciudad, Corales Polifónicas, Liceo Rubia Barcia, Sociedad Filarmónica y Conservatorio.

Esta experiencia en una ciudad de pequeño tamaño indica una línea a seguir en la optimización de los escasos recursos de que disponen este tipo de Ayuntamientos sin renunciar a desarrollar una política cultural coherente y diversificada.

Los *CURSOS BACHAKADEMIE* tienen lugar en Santiago desde 1992. La relación de esta ciudad con la Bach Akademie de Stuttgart planteó la posibilidad de que esta Academia realizase sus cursos en España en los contenedores de Santiago. Este prestigioso curso de música clásica tuvo una buena recepción especialmente entre el público joven y significó una nueva experiencia de contacto con la producción y actividades musicales europeas.

En el campo de la *música pop-rock el fenómeno de Vigo* es de especial importancia pues surge de forma espontánea, enraizado en la tradicional afición musical de la ciudad sin participación de estamentos públicos.

En el año 1982, la aparición del disco «¿Cuándo se come aquí?» de Sinistro Total marca el comienzo de un nuevo mercado independiente con nuevos grupos de incidencia estatal.

Es un fenómeno concentrado en un núcleo de pocas personas destacando los músi-

cos: Julián Hernández, Miguel Costas, Alberto Torrado, Germán Coppini, Teo Cardalda, Antón R. Reixa, ...

Los grupos que han alcanzado cierto nombre en el mercado español a nivel nacional han tenido participación o contacto directo con este reducido grupo.

Estos grupos son: «Aerolíneas Federales» con la participación de Miguel Costas; «Golpes Bajos» con Germán Coppini; y «Cómplices» formado por Teo Cardalda quien formó parte de los desaparecidos «Golpes Bajos».

Mención especial merecen «Os Resentidos» por ser el único grupo pop que ha conseguido cierta penetración en el mercado español cantando y grabando discos exclusivamente en gallego desde 1984, Antón R. Reixa y el ex-Siniestro Alberto Torrado son sus principales componentes.

Posteriormente ha habido intentos desde el ayuntamiento de reforzar este fenómeno unido con intentos de potenciar la emergencia de nuevos grupos pero que no fructificaron.

La producción y organización de este fenómeno se reduce a diversos músicos y grupos trabajando individual o colectivamente pero sin vínculos formales.

Los grupos punteros se financian con la venta de discos y actuaciones. Los Festivales organizados por el Ayuntamiento de Vigo son una de sus vías de promoción.

c) Imagen

En cine, tras múltiples experiencias, no se ha consolidado un cine autóctono y sólo es destacable la labor de «Producción Cinematográfica Piñeiro S.A.» de Vigo, que basa su actividad en las subvenciones pero que carece de promoción tanto interior como exterior.

No obstante cabe destacar algunos esfuerzos por mantener iniciativas de difusión de cine como la «Semana de Cine de Autor» que se celebra en Lugo desde hace seis años o la Muestra de «Cineuropa» que se celebra en el Teatro Principal de Santiago desde hace ocho años dando cuenta de la producción cinematográfica en el espacio europeo.

Pero la exhibición de producción cinematográfica se reduce exclusivamente a los productos dirigidos al consumo masivo detectándose la inexistencia de salas especializadas o de cine de vanguardia en todo el ámbito gallego.

En video existen compañías trabajando en producción de vanguardia como el C.A.I. Centro de Artes Imaginarias, S.A. de La Coruña; Pórtico Comunicaciones en Santiago o Faraón Graphics en Vigo, en esta ciudad también se localiza Vídeo Esquimal aunque su producción es menos vanguardista.

Estas empresas no se limitan a pequeños trabajos creativos sino que realizan producciones avanzadas en el campo de la promoción industrial aplicando técnicas como la realidad virtual.

El problema detectado en el ámbito de la producción audiovisual de Galicia y señalado por los entrevistados, es que la presencia de la Televisión de Galicia (TVG) ha desequilibrado el mercado porque determinadas compañías tienen su supervivencia asegurada gracias a la televisión autónoma (algunas llegan a vender a la TVG hasta el 90% de su producción).

Esto conlleva que compañías menores y más innovadoras tengan muy difícil la supervivencia en un mercado muy inflacionado porque la TVG puede pagar elevados honorarios provocando que los pocos técnicos cualificados que existen en el mercado no puedan ser contratados por compañías con menores presupuestos.

La producción audiovisual y cinematográfica está atravesando una crisis duradera a la que no es ajena las actuaciones de la Televisión de Galicia.

En Vigo, el video tiene su proyección artística en el *Festival Internacional de Video «Cidade de Vigo»*, cuya sexta edición se celebra en 1995. En el Festival se presentan a concurso cintas procedentes de varias decenas de países. Incluye, además del concurso, actividades complementarias como conferencias, mesas redondas y exposiciones sobre «realidad virtual» y sobre materiales y productos relacionados con el video. También se desarrolla en Vigo el *Proyecto Inter Arc*, iniciado en septiembre de 1993 dentro de la acción piloto Atlantis del Arco Atlántico. Esta decidió establecer una red de comunicación digital interactiva en la que se implican cinco ciudades del Arco Atlántico: Cardiff, Exeter, Glasgow, Nantes y Vigo. Con este motivo se constituyó en el Ayuntamiento de Vigo un grupo de trabajo integrado por representantes del Ayuntamiento, Universidad de Vigo y la Asociación Cultural «Festival Internacional de Vigo». Este grupo tiene como función el participar de los avances del Proyecto Inter Arc y beneficiarse del intercambio de información entre las ciudades integradas.

Por último, y también en el campo de la imagen, debe destacarse el desarrollo en la ciudad de Vigo de la *Semana de Cine Submarino*, que se celebra con apoyo municipal.

d) Artes Plásticas

En los años 80 surgió en Vigo un movimiento renovador de la plástica gallega pero no hubo un claro agente dinamizador de la vida artística.

El Ayuntamiento de Vigo rehabilitó y reconvirtió el antiguo edificio del Banco de España en *Casa de las Artes y de la Historia* destinado a ser un contenedor de referencia de las artes plásticas con dificultades para presentar una programación estable.

No obstante la *Fotobienal de Vigo* se ha consolidado y ocupa un lugar importante en la programación cultural gallega y en la difusión de la producción plástica.

La actividad cultural de Vigo relacionada con la fotografía se desarrolla en torno a dos ejes principales: los fondos fotográficos municipales y la *Fotobienal*.

La colección fotográfica del Ayuntamiento de Vigo está compuesta por fondos artísticos y se empieza a formar en 1984, cuando empieza a desarrollarse la actividad de exposiciones fotográficas en una sala municipal y arranca la *Fotobienal*, de la que ya se han celebrado seis ediciones.

La colección se alimenta de las exposiciones celebradas tanto en la sala municipal como en la *Fotobienal*. La colección está formada por obras de fotógrafos de renombre internacional, así como y españoles y gallegos.

La *Fotobienal* es una amplia muestra de fotografía promovida por el Ayuntamiento, con la colaboración del «Centro de Estudios Fotográficos» que se celebra cada dos años. La Bienal tiene cada edición un tema central. Como sección fija presenta la recuperación del archivo municipal de valor histórico; además de la sección titulada *Vigovisiones*.

Un módulo destacable de *Vigovisiones*. Se trata de la toma y exposición de imágenes de la ciudad de Vigo sin limitaciones temáticas. Esta celebra con motivo de cada una de las ediciones de la *Fotobienal*. Las imágenes son tomadas por un grupo de fotógrafos internacionales de primera línea como Sebastiao Salgado, convidados por la Bienal a fotografiar la ciudad. En el grupo se integra cada año un fotógrafo gallego o español, como Xurxo Lobato o Vari Caramés. Las imágenes capturadas por el grupo durante su estancia en Vigo se exhiben en la *Fotobienal*, y las imágenes exhibidas se incorporan a la colección municipal. La presencia de fotógrafos de renombre internacional ayuda a la proyección de la imagen de Vigo en el extranjero pues porciones del trabajo en la ciudad es usado por estos artistas en exposiciones y publicaciones en todo el mundo.

La *Fotobienal* tiene mucho peso en la ciudad como actividad cultural por su estabilidad y duración. Esta se desarrolla en varios espacios, siendo el principal la Casa das Artes. La *Fotobienal* cuenta con más de 30.000 visitas durante el mes que permanece abierta.

Las perspectivas actuales en materia de fotografía pasan por la producción de exposiciones propias para aprovechar y movilizar los fondos municipales y darles proyección. Se pretende que esta proyección alcance a otras ciudades, estando en proyecto una exposición a Valencia en 1995 en colaboración con el Instituto Valenciano de Arte Moderno (IVAM). Parte de los fondos fotográficos del IVAM se exhibieron en Vigo durante la *Fotobienal* de 1994.

También tiene sede en Vigo el Archivo Fotográfico Pacheco, que recoge los trabajos realizados por Jaime de Sousa Pacheco e hijos entre 1879 y 1970. Estos recogen múltiples aspectos de la vida ciudadana de Vigo y otras villas gallegas. Se trata de un archivo fundamental desde el punto de vista histórico y documental. Actualmente se están iniciando los trabajos de catalogación e inventariado definitivos de las imágenes. La colección incluye 85.000 placas de vidrio, 118.000 hojas de acetato y 5.000 postigos.

Es la *Sala de Exposiciones «Policarpo Sanz» de Caixavigo* la que presenta una programación más regular y continua.

Cabe destacar el caso de la *Bienal Internacional de Pontevedra* por ser iniciativa de la Diputación Provincial, excepción de actividad en este tipo de Administraciones provinciales.

La Bienal comienza a celebrarse en 1969 con carácter provincial para continuar en 1970 como Bienal Regional, en 1973 se transforma en Bienal Nacional. Desde 1974, la Bienal tuvo ámbito nacional en los años pares y cobertura internacional en los años impares. A finales de la década de los años 80, la Bienal es sólo de carácter internacional y se celebra en los años pares. Los periodos intermedios son cubiertos con exposiciones.

En la Bienal participan, principalmente, pintores españoles pero es importante la presencia de los pintores extranjeros.

La Bienal de Pontevedra está financiada y gestionada por la Diputación Provincial y se exhibe en el edificio de la Diputación y en el Museo Provincial de Pontevedra.

El resto de las iniciativas de las ciudades gallegas en este campo artístico se reducen a la divulgación de exposiciones, destacando nuevamente la asimetría de programación de Santiago con el resto de Galicia.

El *Auditorio de Galicia* presenta una programación muy cualificada en exposiciones de artes plásticas al estar inserto en los circuitos españoles e internacionales y es el principal difusor de exposiciones de plástica en Galicia, con una especial atención al arte contemporáneo y con producción propia de importantes muestras. En este tipo de actividades emplea el 20% de su presupuesto anual.

Cabe destacar como iniciativa novedosa en un intento por promocionar y divulgar las artes plásticas, la relación de Ferrol con el grabado. Con escasos recursos económicos, el Ayuntamiento ha logrado dar proyección internacional a un premio especializado en grabado. El «*Premio Internacional de Grabado «Máximo Ramos»*» de Ferrol, creado en 1983.

Los objetivos del Premio son la ampliación de la colección permanente de la Obra Gráfica del Museo Municipal a la vez que se consolida el Archivo Calcográfico y el fomento de la plástica contemporánea a través del Arte Multiplicable.

Con un presupuesto muy limitado, el Premio ha conseguido proyectar la ciudad en el panorama artístico internacional de trabajos en esta técnica. Desde 1990 participan en el certamen artistas de numerosos países europeos, africanos e iberoamericanos.

También en Ourense la más destacada actividad que se celebra en la ciudad es su *Premio Internacional de Grabado*, que se falla cada año en el mes de diciembre. Al premio concurren más de 700 obras (1993) incluyendo las que se presentan a concurso y en exposición. El Premio se puede definir como una iniciativa de rango internacional con importancia significativa a nivel estatal.

La Fundación Gulbenkian de Lisboa asiste anualmente al *Premio Internacional de Grabado* presentando su colección de grabado. El Premio es convocado por el Concello de Ourense bajo el patrocinio de Caixa Ourense.

Otra iniciativa destacada de imagen es el *Outono Fotográfico de Ourense* que consiste en convocatoria muy abierta de exposiciones de fotografía que se celebra en todos los contenedores de exposiciones de la ciudad, incluidos salas públicas y privadas, y galerías de arte. La celebración de esta convocatoria, patrocinada por la Casa da Xuventude, destaca por el gran dinamismo cultural provocado en la ciudad debido a la cantidad y variedad de exposiciones celebradas simultáneamente.

e) Infraestructura Museística

Ya se ha expuesto anteriormente la innovación en el ámbito museístico que supone la *Casa de las Ciencias* de La Coruña entendida como un museo interactivo de ciencias por su capacidad de impacto y sobre todo por su elevado valor educativo.

También en Coruña se localiza el *Museo Arqueológico e Histórico* dedicado a la historia de la ciudad y su entorno de gestión municipal y el *Archivo Histórico de Galicia*.

En el ámbito del Eje-Galicia existen Museos Provinciales con contenidos mixtos de Prehistoria, Arqueología, Pintura, Dibujo, Grabado, Cartografía, etc. que desempeñan servicios de exposición, didácticos y campañas de promoción. Estos Museos están financiados por las Diputaciones Provinciales y reciben ayudas de los Ayuntamientos, Xunta de Galicia, Centro Superior de Investigaciones Científicas, etc.

Cabe destacar entre ellos: el *Museo Provincial de Lugo*. Fue fundado en 1932 por iniciativa de la Diputación Provincial con el objetivo de reunir y preservar los bienes del patrimonio cultural de la provincia que se encontraban dispersos en colecciones particulares e instituciones públicas. Hasta 1957 ocupó las dependencias del Palacio provincial de San Marcos y en esa fecha se trasladó a su sede actual en el Convento de San Francisco. Sobresalen sus colecciones de arte sacro, orfebrería romana y preromana, cerámicas de la antigua fábrica de Sargadelos, etc. Dispone de biblioteca, sala de exposiciones temporales, departamento de educación y de acción cultural al servicio de los centros escolares y realiza campañas arqueológicas en la provincia de Lugo. Está financiado por la Diputación provincial de Lugo. Tiene en proyecto el desarrollo de un programa de colaboración con el Ayuntamiento para crear una sección que recoja el material romano procedente de excavaciones en el casco antiguo de Lugo.

También cabe resaltar la importancia del *Museo de Pontevedra*. La fundación del Museo data de 1927 y tiene su sede en el Palacio de castro monteagudo. Está regido por un Patronato con personalidad jurídica propia. Experimentó continuas ampliaciones por enriquecimiento de sus fondos en 1954, 1966 y 1977, extendiéndose a la casa de los García Flores, las casas de la calle Pasantería y al antiguo colegio de la Compañía de Jesús. Tiene un contenido mixto de Prehistoria, Arqueología, Escultura,

Pintura, Dibujo, Grabado, Orfebrería prehistórica y medieval, azabaches, artes industriales y populares gallegas, cartografía, etc.

En la ciudad de Vigo se ubica un museo de notable importancia como el *Museo de Castrelos*, sede de la pinacoteca más importante de Galicia en el terreno del arte gallego.

En Santiago, funciona desde 1976 el *Museo do Pobo Galego* creado con los objetivos de recoger, clasificar y preservar los materiales y datos etnográficos así como investigarlos y realizar una labor divulgativa. Es un museo etnográfico estructurado en cinco áreas con exhibición permanente: Medio Natural, Historia, Antropología, Bellas Artes y Ciencia y Pensamiento. También realiza exposiciones temporales y en otras ciudades, publicaciones, trabajos de investigación, sesiones de trabajo especializadas, etc. Está gestionado por un Patronato compuesto por personas destacables y entidades como Xunta de Galicia, Ayuntamiento de Santiago, Diputaciones y Museos Provinciales. Recibe donaciones permanentes o puntuales del Gobierno Central, la Xunta de Galicia y empresas privadas como Caixa Galicia, Banco Pastor y la Fundación Barrié de la Maza. Tiene su sede en el convento de Santo Domingo de Bonaval cedido por el Ayuntamiento de Santiago en 1976.

Si bien, realiza las funciones propias de todo museo etnográfico su innovación consiste en el ámbito investigado que abarca por primera vez toda la Comunidad Autónoma y por su financiación mixta pública y privada.

En Santiago se está desarrollando un programa para cambiar la infraestructura museística de la ciudad que se estructura según las siguientes etapas: Apertura del Museo de las Peregrinaciones recién transferido a la Xunta de Galicia situado en un inmueble histórico del casco antiguo; creación del Museo de la Ciudad de iniciativa del Consorcio interadministrativo de la Ciudad de Santiago a ubicarlo en el edificio histórico del Pazo de Amarantes; puesta en marcha del Centro Galego de Arte Contemporáneo en el edificio de reciente construcción obra del arquitecto Portugués Alvaro Siza Vieira.

Todos estos proyectos indican el interés en completar la infraestructura museística que existe en Santiago y en las restantes ciudades gallegas aunque tengan menos medios para avanzar en completar su oferta de museos.

Cabe destacar, por su importante aportación innovadora y su capacidad de atraer público a pesar de sus dimensiones y localización, la experiencia del *Museo do Humor* de Fene, por lo original de la idea y por que demuestra que con imaginación aunque sean escasos los recursos económicos se pueden desarrollar tareas innovadoras a nivel cultural-municipal.

También cabe destacar el *Museo de Arte Contemporáneo «Carlos Maside»* ubicado en Sada y relacionado con el Grupo O Castro-Sargadelos, que por su carácter de propiedad privada ya es innovador.

Entre las ciudades de menor tamaño, sólo Ferrol está dotado de *Museo Municipal «Bello Piñeiro»* con sede en el Centro Cultural Municipal.

f) Artes tradicionales y artesanado

En este ámbito de la producción cultural la iniciativa más innovadora es la que desarrolla *CERAMICAS O CASTRO-SARGADELOS*.

La idea de recuperar y restaurar la antigua fábrica de cerámicas de Sargadelos (1804-1875) surge de un proyecto del Laboratorio de Formas de Galicia. Esta institución fue pensada y su proyecto llevado a cabo en la Argentina por Luis Seoane e Isaac Díaz Pardo en la década de los 60. La razón principal es que se trataba de una empresa diseñada con un objetivo ético cuyo exponente podría actuar como una revolución positiva en el entendimiento de la empresa gallega.

En 1969 se abrió un taller experimental de cerámica en O Castro (Sada) y en 1970 se inaugura la factoría de Sargadelos (Cervo).

En 1972 se crea el Seminario de Sargadelos orientado hacia la investigación técnica y de diseño en coordinación con el Departamento de Tecnología.

Es una empresa privada, una sociedad limitada, dedicada al diseño, investigación y fabricación de cerámica artesana.

El Grupo Sargadelos -O Castro ha ampliado sus actividades a otras facetas culturales como la editorial. Pertenecen al grupo Sargadelos- O Castro las entidades Edicións do Castro, Gráficas do Castro-Moret y el Instituto Galego de Información creado en 1990 por Isaac Díaz Pardo con el objetivo de publicar un periódico diario.

En 1992, el Grupo facturó 1.200 millones de pesetas con niveles de exportación próximos al 10% destinados preferentemente a Estados Unidos y Japón, los beneficios se revierten íntegramente en el Grupo.

Tiene factorías en O Castro (Sada, La Coruña) y en Sargadelos (Cervo, Lugo) y abrió galerías en Santiago, Ferrol, O Castro, Barcelona y Madrid.

Las *Galerías Sargadelos* cumplen una función diferenciada en las ciudades en que se implantan añadiendo a su tarea de comercialización de los productos del Grupo, la realización de exposiciones en todas las áreas de las artes, presentación de libros, conferencias, etc, que las convierten en centros vivos de difusión de producción y divulgación cultural, ejemplos de una dinámica innovadora.

g) Editoriales y letras

Pese a la creación de nuevas empresas editoriales gallegas, sobre todo en Santiago y Coruña, sigue siendo Vigo la ciudad gallega que lidera el sector. En Vigo se ubican las editoriales: Galaxia, Edicións Xerais de Galicia, Ir Indo, A Nosa Terra e Nigra.

Como característica actual de la producción editorial destaca la tendencia a la producción de libros en gallego especializados en temas infantiles, técnicos, manuales universitarios, traducción de clásicos, etc.

El financiamiento de las editoriales es privado y propio y algunas de ellas son asistidas por una compra institucional de libros que, según las subvenciones actualmente en vigor de la Xunta de Galicia, suponen el 4% de las ventas brutas aproximadamente.

A finales de los años 70 y en la década de los 80 salen al mercado las nuevas editoriales con libros de texto en gallego y se sitúan como referencia editorial para nuevos creadores literarios. Pero la línea de acercamiento al lector escolar es la que más han desarrollado.

Como ejemplos de este tipo de iniciativas que revolucionaron el mercado del libro y dinamizan el panorama cultural, se exponen las trayectorias seguidas por dos de estas editoriales.

Edicións Xerais de Galicia, S.A., con sede en Vigo es una sociedad anónima con participación mayoritaria de la familia Sánchez Ruipérez. Se funda en 1979 y desde 1988 su director general es Víctor Freixanes. Edita libros propios y de autores. Se organiza en cuatro departamentos de Editorial, Producción, Administración y Comercial, tiene red de distribución propia. Proyecta editar libros de texto para la reforma educativa y literatura gallega de vanguardia, también produce otros objetos como agendas, videos, etc. Su financiación es propia y sólo recibe la compra institucional de libros.

Sotelo Blanco Edicións, con razón social en Santiago, fue fundada en Barcelona en 1981 por Olegario Sotelo Blanco con el objetivo de un acercamiento cualitativo al avance y normalización de la lengua y cultura gallegas. Entre 1981 y 1986, perfecciona su estructura industrial, abre la mayor parte de las colecciones en edición y normaliza cuantitativamente su producción. En 1987 crea su distribuidora propia. En 1988 inaugura la sede de Santiago y comienza una actividad editorial regular. Tiene una capacidad de producción anual de 40/50 títulos que se reparten por sus colecciones de poesía, teatro, narrativa, traducciones, clásicos gallegos, juvenil e infantil, didáctica.

También edita una revista dirigida por Xosé Luis Méndez Ferrín y titulada «A Trabe de Ouro». Funciona como una empresa privada y es una editorial independiente. Proyecta continuar la línea de acercamiento al lector escolar.

Además de la labor editorial son importantes los premios y certámenes que promocionan algunos ayuntamientos gallegos.

El *Premio de Narrativa Cidade de Lugo* para la redacción en gallego con libertad de normativa es organizado por el Ayuntamiento de Lugo desde hace cinco años.

El *Certamen Carvalho Calero de Ferrol* que organiza el Ayuntamiento desde 1990 y

que reúne tres premios: de Narración Corta; de Investigación Lingüística Literaria y de Narración Corta Infantil, aceptan trabajos en lengua gallega con libertad de normativa.

En todas las ciudades gallegas se celebran anualmente las Ferias del Libro y Ferias del Libro Antiguo que son promovidas por las agrupaciones gremiales. Se celebran desde hace tiempo pero con una dinámica anual de animación de los centros urbanos durante su celebración que supone una forma económica e interactiva de fomentar la lectura y la compra de libros.

Además de las Ferias anuales otros Ayuntamientos refuerzan la promoción del libro.

En La Coruña, el Ayuntamiento y la Xunta de Galicia organizan el *Salón del Libro*. En Lugo, el Ayuntamiento en colaboración con Caixa Galicia y la Universidad organiza la *Semana Bibliográfica*.

Los datos anteriores revelan la importancia para la dinamización de la vida cultural de las ciudades que han supuesto las iniciativas editoriales que surgen en los años 80 y el interés de algunos ayuntamientos en promover certámenes y premios que sirven para descubrir nuevos valores literarios.

Destaca el hecho de que tales certámenes siempre aceptan libertad de normativa que permite un acercamiento lingüístico a Portugal.

Si bien el panorama de la edición y producción de libros en gallego está en una etapa de amplitud y desarrollo es evidente la falta de correspondencia con la situación de la prensa en gallego donde los proyectos existentes no acaban de evolucionar y obtener un espacio propio. Actualmente sólo el periódico «A Nosa Terra», con un específico contenido ideológico, se publica en gallego y esta iniciativa se ha ampliado desde enero con la edición de «O Correo Galego».

h) Comunicación social local y regional

A la Radio Televisión de Galicia con sede en Santiago, se añaden las iniciativas de televisiones locales con cobertura municipal o comarcal que han surgido en la comarca de Ferrol como Ferrolterra Televisión de Ferrol y la Televisión de Narón, ambas con un futuro incierto.

Han proliferado las emisoras de radio locales y existen emisoras municipales en: Culleredo, Fene, Oleiros y Campus Universitario de Ferrol.

Como ejemplo de la trayectoria de estas iniciativas de comunicación social de ámbito local o comarcal se ha seleccionado *Radio Fene*, que se creó por iniciativa municipal en 1984 en el ayuntamiento de Fene situado en la ría de Ferrol. Su objetivo era dotar al conjunto municipal de un medio de comunicación propia, a la vez que se potenciaba la lengua y cultura gallegas. En el período de 1984 a 1988 la emisora basa su actividad en los conflictos que ocasionó la reconversión del sector naval en esta zona y que ocupaban la mayor parte de la programación. Desde 1988 a 1992,

la emisora busca su propia identidad e intenta definir una programación que responda a las demandas de la población municipal. A partir de 1993 da comienzo una nueva etapa en la que se introduce la publicidad al servicio del comercio local. La emisora está financiada exclusivamente por el Ayuntamiento de Fene y desde 1993 la publicidad se convierte en una nueva fuente de ingresos. Está situada en el edificio de la casa consistorial y proyecta consolidarse manteniendo una programación atractiva a la población local.

El resto de las emisoras tiene una organización parecida y ocupan lugar preferente como medio de comunicación social en los municipios en que se implantan.

Cabe destacar el potencial de radios y televisiones locales. Ambas cubren un tipo y forma de servicio de información que las grandes cadenas no pueden abarcar.

Ferrol es una comarca piloto para el estudio de este fenómeno. Así una emisora de radio local no tendría sentido en Ferrol pues esta faceta está cubierta por la COPE y DIAL, sin embargo en Fene la emisora desempeña o puede desempeñar un servicio público muy importante cara a acercar el ayuntamiento al ciudadano como a potenciar la propia localidad desde un medio propio.

En cuanto a la televisión con ámbito de servicio comarcal, tiene muchas posibilidades de éxito pues sirve para comunicar al ciudadano visualmente con la noticia local, algo que hasta la fecha no pueden hacer las televisiones establecidas.

Los casos de *Ferrolterra* y *TeleNarón* confirman la capacidad de estos medios locales ya que con una calidad técnica muy baja atraen una audiencia respetable, principalmente en los programas informativos o reportajes de carácter local.

Todos estos medios de comunicación social de reciente aparición resultan innovadores por sus ámbitos de servicio, incidencia o programación y generan una dinámica diferente en la relación de la población con los medios.

i) Otras dinámicas innovadoras

En un trabajo sobre nuevas dinámicas urbanas la clasificación es una tarea ardua que sólo se cierra al culminar la investigación cuando han sido relacionados las dinámicas existentes.

No obstante, se detectan fenómenos o iniciativas que no admiten una tipificación ajustada a la casuística estudiada pero cuya importancia requiere un espacio de presentación dentro del marco global de los procesos innovadores.

A continuación se esquematizan dos de esas iniciativas con una asimetría evidente, mientras el diseño y producción de moda es un proceso innovador en los años 70-80 que ha logrado mantener y desarrollar una actividad económica en toda Galicia, la segunda iniciativa es el intento de un Ayuntamiento de reducido tamaño por incardinarse en procesos que preocupan internacionalmente pero que no se abordan diariamente por los gobiernos municipales.

** Diseño: Moda*

El diseño en moda es uno de los aspectos innovadores más importantes, no sólo por la potencialidad innovadora de sus creadores sino por el impacto y la magnitud económica conseguida, paralela a una proyección nacional e internacional.

Por su proyección fuera de Galicia destacan tres iniciativas:

- Grupo INDITEX: inicia su trayectoria en 1963 como Confecciones GOA S.A. En 1979 se estructura como holding constituyendo el grupo INDITEX, S.A. y en 1980 comienza la expansión de la red de tiendas ZARA que se habían inaugurado por primera vez en La Coruña en 1975. En 1988, se articula el grupo a escala internacional con la creación del ZARA HOLDING B.V. en Holanda y al año siguiente se constituyen filiales comerciales en Francia, Gran Bretaña, Estados Unidos y Portugal, iniciándose la actividad exportadora. Durante 1990 realiza fuertes inversiones en los sistemas logísticos y de producción cooperando con TOYOTA-Japón para implantar cadenas «just in time» en algunas fábricas. En 1991 constituye el INDITEX BEIJING, delegación comercial en China que gestiona las actividades de aprovisionamiento en Asia y diversifica sus actividades adquiriendo la mayoría de acciones en los grupos Massimo Dutti y Viella y paralelamente crea y expande otras dos cadenas de tiendas: Pull & Bear y Bershka.

En 1992 se implantan las tiendas Zara en Méjico y Grecia, se abren nuevas tiendas en Francia y se constituye la sociedad URBAN KID para gestionar una nueva red de establecimientos de ropa infantil.

En 1992, el Holding INDITEX facturó 132 mil millones de pesetas y empleaba 4.495 trabajadores. En 1985 había facturado 15 mil millones y tenía 1.089 empleados. La propuesta de las tiendas ZARA surge claramente diferenciada, ofreciendo una combinación de artículo de moda, amplitud de gama e imagen de establecimiento, lo que le ha permitido alcanzar una elevada cuota de participación en el mercado y extensa presencia geográfica.

Las siguientes iniciativas se relacionan directamente con la tradicional afición de Ourense a las Bellas Artes y su relación directa con las artes plásticas, lo que explica la singularidad de concentración de diseñadores con difusión internacional en esta ciudad, entre los que destacan:

- ROBERTO VERINO, tras sus estudios de Bellas Artes en París, regresa a Verín en 1967 y transforma el negocio familiar de confección de piel en una industria que elabora jeans y con esa estructura industrial y comercial lanza una línea de confección. En 1982 crea su primera colección femenina con su nombre. En 1983 abre tienda en París y desde ese año sus colecciones se presentan en los salones de la moda de Milán, Montecarlo, Barcelona, Madrid, etc. Sus colecciones están

representadas en más de veinte países, destacando por su facturación: Francia, Inglaterra, Bélgica, Países Nórdicos, Canadá, Estados Unidos y los Emiratos Arabes.

En 1985 colabora con el pintor Xaime Quessada quien retoma pictogramas prehistóricos gallegos para estampar los motivos de su colección. En 1987 comienza a implantar sus colecciones en las boutiques de El Corte Inglés. En 1989 consolida su presencia en el mercado japonés. En 1990 inicia una profunda transformación de su empresa a la que dota de nueva identidad corporativa e inaugura su Departamento de Diseño de Barcelona. En 1991 se crea el Departamento de Diseño para la línea más joven en Madrid y Barcelona. En 1992 inicia la apertura de tiendas en Madrid, Orense, Santiago y Tenerife.

- ADOLFO DOMINGUEZ, estudia Estética y Cinematografía en París, desde 1968 hasta 1971 en que se traslada a Londres. A mediados de los 70 regresa a Orense y constituye la empresa Adolfo Dominguez por transformación de una pequeña tienda familiar de venta de confección y satería. La empresa se ubica en el Polígono de San Ciprián das Viñas y se dedica a la confección de prendas masculinas, campo sin explorar en el mercado español en esa época. La estrategia de la empresa fue apoyarse en el diseño como elemento diferenciador y dotarse de una infraestructura comercial propia para ofrecer un producto novedoso. A la apertura de tiendas en Madrid y Barcelona siguió la creación de una colección femenina y la extensión de la red de tiendas propias a París, Londres, Tokyo, Osaka, Amberes.

Actualmente tiene 40 establecimientos comerciales. A partir de 1990 presenta diseño en alfombras en Barcelona y crea una gama de perfumería propia.

Estas tres iniciativas coinciden en su expansión temporal y surgen en una Galicia de los años 70, donde existía industria textil y cierta tradición en la confección pero cuando Galicia carecía de imagen como centro productor de objetos de diseño. La permanencia y desarrollo de estas iniciativas han creado una dinámica innovadora que transformó la imagen creativa de Galicia en el ámbito español e internacional.

** Una dinámica que integra consumo, medio ambiente y salud*

Existen varias iniciativas que organizan y promocionan las Administraciones gallegas sobre salud ambiental, educación para un consumo correcto, para apreciar y respetar los recursos naturales y paisajísticos, etc., pero el común denominador es el carácter puntual de estas campañas y su falta de permanencia.

Por ello, cabe destacar el esfuerzo que realiza el Ayuntamiento de Ferrol en este campo de la educación y que le ha permitido participar en foros europeos e interna-

cionales para explicar sus actuaciones. las experiencias ferrolanas en estas materias fueron expuestas en el Congreso de Ciudades Saludables (Santander, octubre 1994) y en el Congreso Internacional de Ciudades Educadoras, celebrado en Bolonia, Italia, en noviembre de 1994.

Con el objetivo de que las ciudades sean mediadoras de recursos y de que niños y adultos sean protagonistas de su ciudad y participen en su desarrollo, el Ayuntamiento ferrolano ha puesto en marcha numerosas iniciativas en línea con estos objetivos y que son destacables en este tipo de pequeños municipios con presupuestos reducidos.

Ferrol tiene desde 1992 un Servicio Municipal de Educación. Se trata de un proyecto incluido en el programa «*Ciudades Educadas*» en el que también participan A Coruña y Vigo siendo este un proyecto de ámbito europeo que está encabezado por Barcelona. Dentro de este el ayuntamiento actúa como gestor de recursos que guardan relación con aspectos transversales como son educación, salud y medio ambiente, y con todos los proyectos que tienen relación con el entorno.

Una experiencia muy novedosa que desarrolla el ayuntamiento ferrolano es la «*Escuela de Consumo*»; se trata de un centro de educación que cuenta con tres secciones: Consumo, Medio Ambiente, y Salud. Esta es la primera fase para transformar el Parque Municipal situado en el centro de la ciudad en un complejo centro educativo.

En el año 1992 la Escuela de Consumo registró casi 8.000 visitas de niños que han participado en seminarios dirigidos por sus profesores, siguiendo una metodología de carácter interactivo con plena participación de los niños.

Otro proyecto municipal innovador, dado que es el único que se desarrolla en Galicia, es el que convierte a los niños en los protagonistas del estudio medio ambiental de la ciudad. Los niños controlan la calidad medio ambiental mediante trabajos canalizados a través de los colegios, siguiendo la técnica del «*Kid's Place*» también desarrollada en Nueva York y Barcelona.

El proyecto que atrae más atención en foros fuera de Galicia es el «*Bosque de los Niños/as*», el proyecto consiste en que cada niño participante planta y sigue el crecimiento de la semilla de un árbol de especies autóctonas gallegas hasta el brote del tallo. En ese momento el brote pasa al invernadero del parque municipal, pero el niño sigue siendo su propietario.

También se entrega un árbol a cada niño que nace en la ciudad y que también pasará a formar parte de este bosque.

El Ayuntamiento de Ferrol está conectado a un banco de datos de medio ambiente situado en Roma y realiza intercambios en materia de medio ambiente con la Ciudad de los Niños de Italia.

Para el futuro, el Ayuntamiento de Ferrol prepara la creación de un Consejo de Salud y otro de Medio Ambiente Infantil, en los que los alumnos de todos los colegios

de la ciudad elegirán representantes. A través de estos Consejos, los niños participarán en el diseño y desarrollo de su bosque.

Además, respecto a otros temas relacionados con la salud, Ferrol participa en el programa de «*Ciudades Saludables*» integrado dentro de la Organización Mundial de la Salud y que surgió en el Reino Unido y se hizo extensivo a ciudades de todo el mundo, es un programa que tiene por objetivo hacer las ciudades más humanas. Para la integración de una ciudad en el proyecto se exige el acuerdo unánime de todos los grupos políticos integrados en el Ayuntamiento. Como características principales se puede resaltar su carácter y proyección internacional así como el requerimiento de participación ciudadana. La primera fase consiste en un estudio en profundidad de las infraestructuras cara a la realización de un diagnóstico previo. Una vez obtenido el diagnóstico se diseña un plan estratégico de operaciones, siendo la última fase la operativa o de implementación. El objetivo fundamental es conseguir un conocimiento exhaustivo del entorno cara a la consecución de un saneamiento básico de la ciudad.

Hasta la fecha Ferrol es la única ciudad gallega integrada en el programa aunque Ourense y Vigo han solicitado su incorporación.

Todas estas iniciativas del Ayuntamiento de Ferrol han creado una dinámica innovadora en las relaciones con la población, especialmente con los niños y han permitido el intercambio de experiencias con otras ciudades españolas y países europeos, relaciones que resultan de difícil acceso para los pequeños municipios. El carácter global de las actuaciones que forman parte de una programación que adquiere visos de continuidad y que mantiene unos objetivos claros y precisos añade una especial cualificación al esfuerzo ferrolano.

3.7. Conclusiones

De las entrevistas realizadas y con los resultados de las iniciativas analizadas se concluye que con una adecuada coordinación se puede desarrollar un eje de dinamización cultural entre Ferrol y Oporto.

Es un reto posible que podría cimentarse en dos pilares como son la consecución de la difusión cultural y la creación de un proceso de cultura productiva.

Además de la difusión cultural, se podrían generar procesos de cultura autóctonos, a través de procesos de cooperación entre ciudades.

Estos programas autóctonos no tendrían por qué basarse solamente en el folklore o raíces autóctonas; se podrían producir programas de ópera dentro de la Comunidad por compañías distribuidas por varias ciudades.

También se podrían generar procesos de investigación sobre las propias raíces autóctonas para luego exportarlos.

El esfuerzo en el desarrollo de infraestructuras es básico cara a la difusión cultural. Si se consigue generar estos procesos, ellos, por sí solos, son capaces de desarrollar canales de difusión.

Si existiesen contenedores culturales adecuados se podrían organizar giras de espectáculos con representaciones en las ciudades del Eje que vendrían a la Península para actuar sólo en estas ciudades.

La demanda cultural existe, como lo demuestra el hecho de que para determinados conciertos del Auditorio de Galicia los aficionados esperen largos períodos de tiempo, incluso durmiendo una noche a la cola para conseguir entradas, y es un público que procede de todas el territorio gallego y el Auditorio tiene un 20% de abonados de La Coruña, los municipios de la Ría de Arousa, Vigo y hasta de Oporto.

Una iniciativa cultural pública y con apoyo privado, es la única fórmula para afrontar programas caros que se hagan estables.

Con este objetivo, es necesario implicar a empresarios y otras entidades no-culturales en un binomio público-privado que haga factible crear un circuito de conciertos y exposiciones en el ámbito del Eje Atlántico.

4 FORMAS ASOCIATIVAS INSTITUCIONALES DE AMBITO LOCAL E REGIONAL

4.1. Asociaciones de Municipios

Las dinámicas innovadoras en este área se refieren a las nuevas formas de relación y asociación entre administraciones, instituciones u organismos. Se analizaron aquellas iniciativas que potencian un nuevo tipo de relación tal que su implantación o actividades abordan problemas o soluciones desde nuevos aspectos con resultados positivos para el desarrollo del sistema urbano y sus interrelaciones.

Se estudiaron las nuevas relaciones institucionales-administrativas que se están produciendo entre/con instituciones, las nuevas formas de relación inter-administrativa y los Convenios entre Administraciones, entre/con Instituciones, los Planes Estratégicos- Especiales, los Consorcios y todo tipo de nuevas relaciones en estos campos.

Las instituciones públicas son, casi por definición, entidades monolíticas y de reacciones lentas. Su complejidad formal y burocrática así como su tendencia a seguir el curso de los acontecimientos y no a marcarlo hace difícil que tendencias innovadoras surjan desde las propias instituciones. De todas formas el monolitismo institucional no es estricto y, dentro de su lentitud, las instituciones tienden a adaptarse a las circunstancias marcadas, casi siempre, por los agentes económicos.

Dentro del ámbito gallego se puede detectar una serie de actuaciones que marcan diferencias con la labor institucional cotidiana por lo que pueden definirse como inno-

vadoras. Estas iniciativas aparecen generalmente como respuesta a unas problemáticas muy concretas de carácter local o comarcal o incluso supra-regional.

La concreción de la causa hace que los objetivos perseguidos sean también claros, aunque el proceso por el que se pretenden conseguir estos sea, en ocasiones, difuso e inconcreto.

La mayor parte de las actuaciones institucionales innovadoras están relacionadas con la problemática derivada de procesos de destrucción de tejido industrial como en los casos de Ferrol y Vigo, o con intentos de potenciar la economía local como en el caso de Santiago.

Las iniciativas innovadoras en este campo analizado de la Política Institucional o las formas asociativas de carácter interinstitucional de ámbito local y regional, se pueden dividir en: Asociaciones de Municipios, Agencias de Desarrollo y otras actuaciones de carácter supra-regional.

Las Asociaciones de Municipios responden a la creciente necesidad de coordinar esfuerzos dentro de las áreas metropolitanas o áreas de influencia de las ciudades gallegas, entre los distintos municipios que las componen.

Su efectividad es generalmente limitada pues se limitan a mancomunar esfuerzos a la hora afrontar ciertos servicios (reciclaje de basuras, mataderos municipales, etc.) cuya rentabilidad económica es mayor si se aplican economías de escala, a la vez que la mayoría de los municipios menores no podrían acceder a muchos de estos servicios si no fuese bajo un régimen mancomunado debido a su debilidad económica.

Este tipo de asociaciones fallan, sin embargo, cuando se trata a afrontar objetivos de mayor envergadura como conseguir un desarrollo económico armónico y homogéneo dentro del área metropolitana o de actuación. Este fallo es debido a su carácter incipiente dado que no han alcanzado niveles de madurez que vendrían marcados por la creación de planeamiento conjunto con carácter metropolitano con división de funciones entre las distintas partes del área sin distinción de municipios, cara a conseguir niveles de desarrollo homogéneo sin recurrir a luchas internas que sólo dan lugar a la duplicidad de muchos servicios y al consecuente proceso de encarecimiento de los mismos.

La iniciativa identificada en este área es la *Mancomunidad de Municipios de Ferrolterra*, constituida en 1972. Agrupa siete municipios: Ferrol, Ares, Fene, Mugardos, Narón, Neda y Valdoviño, la preside el Alcalde de Ferrol aunque existe un proyecto de hacer rotativo el cargo entre los Alcaldes de los Municipios que la componen. Es una Mancomunidad de servicios que ha construido un matadero mancomunado y una planta de reciclaje de residuos sólidos urbanos y tiene en proyecto participar con la Xunta de Galicia en el aprovechamiento energético de residuos sólidos para la central térmica de Meirama. La Mancomunidad se financia por aportación de los Municipios

que forman parte de la misma en proporción al número de habitantes de cada municipio, siendo la aportación del Ayuntamiento de Ferrol del 55% del presupuesto y cuenta con dos de los siete votos que constituyen el Pleno de la Mancomunidad. A pesar de la azarosa trayectoria de esta Mancomunidad sigue funcionando en la actualidad.

4.2. Agencias de Desarrollo

Las agencias de desarrollo surgen como respuesta a situaciones especiales que pueden ser de crisis por desmantelamiento del tejido industrial, como en Ferrol y Vigo, o de aprovechamiento de potencialidades subexplotadas como en el caso de Santiago.

El carácter innovador de estas agencias o planes viene dado por que exigen una labor coordinada de diferentes organismos públicos y, en algunos casos, empresas privadas y entidades de participación ciudadana.

Se han identificado como iniciativas destacables el Consorcio de la Ciudad de Santiago de Compostela y el Plan Estratégico de Vigo y su área de influencia y se desestimó el Plan Especial para Ferrolterra, firmado entre la Xunta y las Centrales Sindicales, por haber resultado inoperante, con escasos resultados y muy lento en su desarrollo.

** Consorcio de la ciudad de Santiago de Compostela*

Es el ejemplo de una iniciativa municipal tendente a aunar los esfuerzos de tres administraciones públicas: estatal, autonómica y municipal, para coordinar las competencias y acciones en torno a un proyecto de desarrollo urbano y de gestión y puesta a velar de su patrimonio cultural (declarado Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO) y de proyección internacional de la ciudad, con la pretensión de convertir a Santiago en un símbolo de la unidad europea a través del Camino de Santiago, asumiendo esta ciudad el papel de núcleo motor de este movimiento para proyectarlo a Europa. Con ocasión del Año Jubilar compostelano de 1993, el Consorcio gestionó la ejecución de diversas infraestructuras urbanas, culturales, turísticas y de comunicaciones así como una programación cultural que convirtió a Santiago en centro de la vida civil y cultural de Galicia y España. A través de los proyectos promocionados desde el Consorcio, la ciudad de Santiago consolidó su papel de referencia cultural de Galicia más allá de la región y del estado español y desarrolló una programación cultural que se proyectará a años sucesivos con la mirada puesta en el año 1999, nuevo año jubilar, fin de siglo y de milenio.

Con la participación del Estado, la Comunidad Autónoma Gallega y el Ayuntamiento de Santiago, el Consorcio municipal de Santiago constituye la única experiencia española de tal naturaleza por el carácter estable y atemporal de un proceso de cooperar entre los tres niveles de la Administración Pública.

** El plan estratégico de Vigo y su área de influencia*

La Confederación de Empresarios de Pontevedra y la Cámara de Comercio, Industria y Navegación de Vigo iniciaron en 1990 los estudios previos de diagnóstico y prospectiva socio-económica de Vigo y su área de influencia que concluyeron en la necesidad de elaborar un plan estratégico integral para el desarrollo de Vigo y los municipios situados en su área de influencia.

Con este antecedente y tras las gestiones realizadas por el Ayuntamiento de Vigo, la Confederación de Empresarios, la Cámara de Comercio y la mayoría de las entidades e instituciones de la ciudad, entre 1991 y 1992, se consolida el proyecto y en el verano de 1992 se constituyó el Comité Ejecutivo, que fue el impulsor del Plan Estratégico, financiado por el Consorcio de la Zona Franca de Vigo y aprobado ante la Comisión Ciudadana en septiembre de 1993.

En mayo de 1993 se había creado la Fundación Pro-Vigo con el objetivo primordial de acometer la realización de las acciones derivadas del Plan Estratégico que le sean confiadas en Vigo y su área de influencia. Forman parte de la Fundación, el Ayuntamiento de Vigo, la Confederación de Empresarios de Pontevedra, la Diputación de Pontevedra, Caixavigo, la Cámara de Comercio, Industria y Navegación de Vigo, la Universidad de Vigo y el Consorcio de la Zona Franca de Vigo. El Plan fue publicado en 1994 y ha iniciado su andadura, siendo imposible evaluar sus resultados por su reciente puesta en marcha, cabe destacar el esfuerzo realizado por todas las instituciones, entidades y administraciones participantes para compaginar intereses y compartir objetivos.

** Otras iniciativas de asociacionismo institucional*

Ejemplos incipientes son las asociaciones del Arco y Eje Atlántico que suponen un mayor grado de innovación y vanguardia dentro de las formas de carácter asociativo interinstitucionales de ámbito local y regional a nivel de Comunidad Europea.

El concepto de la potenciación de las relaciones inter-regionales e inter-ciudades a nivel internacional puede suponer una mejora en las relaciones internacionales dentro de la comunidad siempre y cuando estas no interfieran en las relaciones a nivel de Estado.

La potenciación de este tipo de proyectos, convenios, o asociaciones de regiones o ciudades puede marcar, si son potenciadas adecuadamente, un segundo nivel de relaciones que afectará positivamente aspectos que las relaciones a nivel de Estados no pueden tratar adecuadamente debido a su magnitud.

Finalmente, cabe destacar que la mayoría de las ciudades gallegas tienen firmados Convenios con la Administración Central en materia de infraestructuras en las ciudades, de rehabilitación de patrimonio histórico-artístico, en programas de vivienda, etc. y mantienen Convenios con las Universidades ubicadas en cada ciudad, los Convenios Universidades- Municipios abordan problemas de contenedores universitarios,

actividades de todo tipo, programas deportivos, instalaciones complementarias, bonos de transporte, etc.

Dentro del asociacionismo empresarial cabe destacar por la importancia de las actividades que desarrollan las *Cámaras de Comercio del Eje Atlántico*.

Las Cámaras de Comercio, Industria y Navegación (COCIN) son órganos de cooperación y fomento empresarial.

En Galicia existen nueve Cámaras con sus respectivas demarcaciones en: La Coruña, Ferrol, Lugo, Ourense, Santiago, Vigo, Pontevedra, Vilagarcía y Tuy.

La dimensión y especialización de cada Cámara reflejan el entorno empresarial en que se encuentran.

Su vocación de promoción exterior se concreta en el Plan de Fomento de las Exportaciones Gallegas, FOEXGA, que desde 1991 vienen elaborando las Cámaras con la Consellería de Industria y Consumo de la Xunta de Galicia (ver Anexo).

Es de destacar el creciente interés de estas instituciones por la cooperación en la defensa de los intereses económicos de la región atlántica europea y algunas de ellas animan, desde sus inicios, la Conferencia de Cámaras del Atlántico.

Además de las COCIN existen en Galicia otras formas asociativas que agrupan intereses empresariales, destacando la *Confederación de Empresarios de Galicia (CEG)* que se constituyó en 1981 y tiene como ámbito de actuación el territorio de la Comunidad Autónoma de Galicia. Integran esta confederación más de 31.000 empresas distribuidas en 16 federaciones asociadas.

La CEG viene desarrollando una creciente actividad para intensificar relaciones con el área norte de Portugal, ha firmado acuerdos y convenios con la Asociación Industrial do Minho (AIM) y con la Asociación Industrial de Oporto (AIP).

Otras asociaciones empresariales recientes son la *Asociación para la Promoción y Defensa de la Empresa Gallega (APROA)* que agrupa unas cincuenta Pymes y la *Fundación Galicia Empresa* que reúne doce empresas.

4.3. Fundaciones y Asociaciones

Fundaciones y Asociaciones son entes dinamizadores en diversos campos por sus propias características definitorias. Las asociaciones de carácter cultural están representadas en el ámbito urbano gallego principalmente por los Ateneos que dinamizan la vida cultural urbana.

Las Fundaciones suponen un vínculo peculiar del mundo financiero y otras entidades e instituciones con aspectos de la vida cotidiana como son cultura o educación.

* Ateneos

Los Ateneos son asociaciones culturales eminentemente urbanas que cubren el área intermedia del espectro cultural. Este campo intermedio es el que no requiere la finan-

ciación directa de entidades públicas o un importante patronazgo comercial y por otro lado tampoco supone una actuación de primera instancia mano o de base.

Sin embargo, esta situación intermedia hace que los Ateneos presenten ciertas características propias de ambos extremos.

Ostentan connotaciones características de la cultura de élite, en el sentido que sus cauces de financiación presentan una dependencia importante de subvenciones públicas o privadas además de los recursos propios generados a través de cuotas de socios, recaudación en los eventos organizados, etc.

También presentan ciertas características de cultura de base pues su función primordial es el fomento de la cultura y esto ha de suponer un acercamiento a aquellos grupos que normalmente no acceden o tienen un acceso difícil a los canales culturales.

Existen Ateneos en todas las ciudades gallegas como el Ateneo «Curros Enríquez» de La Coruña, el Ateneo Ferrolán, el Ateneo de Ourense, etc.

* Fundaciones

Las diferentes Fundaciones forman, como conexión con el mundo institucional, financiero y empresarial, un pilar básico en el desarrollo cultural, educativo y tecnológico gallego.

Existen en total más de veinte Fundaciones dentro de la Comunidad, pero sin negarle importancia a las restantes, sólo unas cuantas, por diversos motivos, pueden ser consideradas como centros dinámicos o innovadores.

Estas Fundaciones dinámicas o innovadoras presentan la peculiaridad de que están agrupadas geográficamente y temáticamente en ciudades.

Así, en Coruña, se encuentran dos Fundaciones que presentan una base económica eminentemente financiera ó bancaria como son la *Fundación Pedro Barrié de la Maza*, *Conde de Fenosa* y la *Fundación «Claudio Sanmartín» de Caixa Galicia*.

En Santiago aparecen dos Fundaciones que tratan de conectar la Universidad con las empresas y a Galicia con Europa dentro de un marco de fuerte vinculación académica y de importante apoyo institucional, estas Fundaciones son la *Fundación Empresa Universidad Gallega (FEUGA)* y la *Fundación Galicia-Europa*.

La *Fundación Empresa-Universidad Gallega, FEUGA*, fue creada en 1982 y actualmente la componen las tres Universidades gallegas y 64 compañías y entidades. Su objetivo es el fomento y el desarrollo del diálogo necesario entre la Universidad y la empresa gallega, buscar soluciones para satisfacer intereses comunes y actuar como centro de información y coordinación entre las empresas y la Universidad para su mejor desarrollo, su integración social y el perfeccionamiento de la economía gallega. Presta servicios diversos de información tecnológica, asesoramiento y gestión de contratos de I+D, estudios, diagnósticos, labores de consultoría,

formación continua, servicios de predicción económica, formación transnacional (programa COMETT de la Comunidad Europea), gestión de proyectos de cooperación europeos y promoción de las Universidades y empresas gallegas en Europa. Es una entidad privada sin fines de lucro financiada por las tres Universidades de Galicia.

La *Fundación Galicia-Europa* tiene por objetivos la formación e información de la sociedad gallega en las cuestiones relativas a Europa y sus instituciones y canaliza la gestión y promoción de intereses gallegos en Europa. ofrece servicios de información, asesoramiento, gestión, publicaciones, cursos y seminarios, bolsas de estudios y prácticas. Es una institución sin fines lucrativos gobernada por un Patronato y presidida por el Presidente de la Xunta de Galicia.

Son entidades miembros de la Fundación Galicia-Europa: la Xunta de Galicia, Banco Pastor, Caixa Galicia, Caixa Ourense, Caixa Pontevedra, Caixa Vigo, Consello Gallego de Cámaras de Comercio, Industria y Navegación y las cuatro Diputaciones Provinciales.

En Vigo, se localiza la *Fundación Penzol* que desde 1963 fomenta la cultura gallega a través de su riqueza literaria, incluyendo los vínculos literarios e idiomáticos con Portugal y Brasil. Y recientemente se ha creado la *Fundación Pro-Vigo* para el desarrollo socio-económico de la ciudad y su entorno.

Se puede apreciar una casuística que claramente explica esta tendencia centralizante en las tres ciudades.

Así no ha de extrañar la presencia de las fundaciones con carácter financiero en A Coruña, la capital financiera y de servicios de Galicia. En A Coruña es donde tienen sus sedes centrales las dos mayores entidades financieras autóctonas como son el Banco Pastor y Caixa Galicia, que son las bases respectivas de las dos fundaciones mencionadas.

Santiago como capital política y ciudad con mayor tradición universitaria es también el emplazamiento lógico para fundaciones como FEUGA y Galicia-Europa.

Por último, Vigo es la ciudad gallega que junto a su potencial económico, concentra las principales editoriales gallegas como Galaxia y Xerais, de ahí que sea también emplazamiento lógico para fundaciones de las características de Penzol y Pro-Vigo.

5 LAS CÁMARAS DE COMERCIO EN EL EJE ATLÁNTICO

Las Cámaras de Comercio, Industria y Navegación (COCIN), cuya Ley básica fue aprobada en Marzo de 1993 (Ley 3/93) son «órganos consultivos y de colaboración con las Administraciones» que adoptan la forma jurídica de corporaciones de derecho público. Por ello tiene interés conocer tanto su ámbito de actua-

ción, como la proyección que tienen sobre la iniciativa empresarial, a la que representan.

Las Cámaras han tenido desde sus orígenes en 1866 una vocación hacia el Comercio exterior. Dedicación que además le viene impuesta por la normativa que regula su financiación y funcionamiento. Otras funciones público-administrativas que vienen desarrollando son: la expedición de certificados de origen, la recopilación de usos y costumbres mercantiles de su demarcación, elaboración de estadísticas y encuestas, cooperación en la organización de ferias y exposiciones la ejecución del Plan Cameral de Promoción de la Exportación.

La ley del 93 une a estas acciones de promoción exterior la formación, «colaborarán con las autoridades Educativas en la gestión y formación práctica en los centros de trabajo, incluida en las enseñanzas de formación profesional reglada, en especial en la selección y homologación de centros de trabajo y empresas, en su caso en la designación de tutores de los alumnos en el control del cumplimiento de la formación».

Promoción exterior y formación son pues los dos ejes centrales de la actuación de las Cámaras.

Para la financiación de sus actividades las COCIN cuentan con el recurso cameral permanente que está constituido por una exacción del 2% de la cuota tributaria del Impuesto e Actividades Económicas (IAE) y el 0,75% de la cuota líquida del Impuesto de Sociedades.

Este recurso, cuya cuantía no puede exceder del 60% de los ingresos totales de cada COCIN, debe ser complementado con otros: aportaciones extraordinarias, venta de servicios, rendimientos de su patrimonio, subvenciones, etc. Del volumen total de ingresos obtenidos vía recurso cameral permanente, el 6% se destina a financiar la actuación del Consejo Superior de Cámaras de Comercio que, como organismo de coordinación a nivel español, es el interlocutor ante las autoridades públicas.

No obstante, las COCIN que recaudan anualmente unos 15.000 mill. de ptas. por vía del recurso cameral, han visto peligrar la continuidad de este ingreso por una reciente sentencia del Tribunal Constitucional que cuestiona la obligatoriedad de las empresas de afiliarse a las Cámaras. En este contexto de incertidumbre, el Gobierno ha anunciado para este otoño una nueva normativa que despeje el futuro de estos órganos de cooperación y fomento empresarial.

Las Cámaras de Comercio en Galicia

En Galicia existen un total de 9 Cámaras con sus respectivas demarcaciones: La Coruña, El Ferrol, Lugo, Ourense, Santiago, Vigo, Pontevedra, Villagarcía y Tuy. Están por tanto todas las ciudades que integran el Eje Atlántico.

Lógicamente tanto su dimensión como especialización son un reflejo del tejido empresarial que las integra. Su vocación de promoción exterior se concreta en Galicia en el Plan de Fomento de las Exportaciones Gallegas – FOEXGA que desde noviembre de 1991 vienen elaborando conjuntamente con la Consellería de Industria y Comercio del Gobierno Autónomo.

Según se indica en la Memoria del FOEXGA-94 para la realización del Plan se estudió la oferta exportadora, así como la exportable lo que permitió una primera definición de los segmentos de mercado. A continuación se estudió los mercados a través de viajes de prospección y el envío de becarios.

Plan de Fomento de las Exportaciones Gallegas – FOEXGA

Este Plan de actuación anual, según se expresa en la memoria del realizado en el año 1993, se estructura en 6 grandes apartados:

1) Misiones comerciales

Se realizaron un total de 21, de las cuales tan sólo se registra una iniciativa de la Cámara de Lugo en Oporto (Marzo 1993), teniendo como destinos más frecuentes los Países de América Latina, Europa y Norte de Europa, Miami o lejano Oriente.

2) Presencia en Ferias Internacionales

Un total de 13 han sido las ferias internacionales en las que ha habido presencia de empresas gallegas financiadas con recursos procedentes del Foexga. Destacar Alimentaria Lisboa (Mayo), Portojoya. Oporto (Setiembre), Semana Europea de la Empresa. Braga (Octubre), Municipales. Braga (Octubre), Filtecnic. Lisboa (Noviembre).

Cabe subrayar una mayor presencia del país vecino en los destinos de las Ferias, con la presencia en total de unas 15 empresas del ramo.

3) Promociones especiales

De las que se han celebrado 2: la de la pizarra en el R. Unido con un total de 30 empresas y la de Productos Gallegos en Bélgica, con un total de 10 empresas de diversos ramos, pero con mayoría del sector alimentación y del sector textil-confec-ción.

4) Becarios

En 1993 hubo un total de 16 becarios en el exterior, ninguno en Portugal y con una preferencia mayoritaria por los mismos países que las misiones comerciales.

Cámara de la Coruña
Milán

Varsovia
Mexico D.F.
Casablanca
Tokio (Japón)

Cámara de Ferrol
París

Cámara de Orense
Países Nórdicos
Rusia

Cámara de Pontevedra
Japón
México
Venezuela

Cámara de Santiago
Argelia
Chile
Venezuela
Austria-República Checa
Turquía

5) Ediciones y publicaciones

A lo largo del año se publicaron 13 estudios de mercado que abarcan los sectores y países más diversos.

6) Acciones privativas de cada cámara

Que comprenden básicamente la realización de los planes formativos que cada una de las cámaras viene desarrollando en las tres vertientes siguientes:

Cursos de comercio exterior
Seminarios
Boletines de comercio exterior.

Conferencia de Cámaras del Atlántico

Aunque no participan todas las Cámaras con la misma intensidad, merece destacarse el creciente interés de estas instituciones por la cooperación en la defensa de los intereses económicos de la región Atlántica Europea. De hecho algunas de estas instituciones han sido animadoras desde sus inicios de la Conferencia de Cámaras del Atlántico, cuya última Asamblea (VII) se celebró en el SW de Inglaterra.

Esta conferencia está formada por un total de 20 Cámaras u organismos homólogos de representación empresarial, y ha tenido un importante papel en la elaboración y difusión del Estudio realizado por el CEDRE, para el llamado Arco Atlántico, en el que reside el 15% de la población de la UE-12 y cuya renta por habitante se sitúa en el 74% del promedio de los 12 Estados miembros.

Al amparo de esta iniciativa también han proliferado los contactos bilaterales entre estos organismos asociativos de unos países y otros, así como la participación en certámenes feriales, exposiciones y otro tipo de reuniones destinadas a promover una mayor presencia exterior de las empresas y productos del llamado Arco Atlántico.

Cámara de Coruña

Estudio sobre el Mercado de Puerto Rico
Estudio sobre el sector de la Confección en Mexico
Guía de inversión en Polonia y Estudio sobre las Conservas de Pescado
3 Estudios de Mercado de Italia: Distribución alimentaria, Estudio sobre las conservas de pescado y Estudio sobre el pescado fresco y congelado

Cámara de Ferrol

Estudio del sector de la Confección Infantil en Francia
Estudio del sector de la Madera en Francia

Cámara de Lugo

Estudio de mercado de las empresas de la provincia de Lugo

Cámara de Orense

Estudio de la Confección en Suecia

Cámara de Pontevedra

Estudio sobre la madera en Japón
Estudio sobre la pesca en Japón
Estudio sobre las Piedras Ornamentales en Japón

Cámara de Santiago de Compostela

Estudio Estadístico de Austria
Situación económico-social de la República Checa
Estudio económico social de Chile
Estudio de mercado de la madera en Argelia
El sector de la madera en Turquía

Otras iniciativas de asociación empresarial

Además de las COCIN existen en Galicia otras formas asociativas de creación más reciente que agrupan los intereses empresariales. Entre éstas cabe subrayar la Confe-

deración de Empresarios e Galicia (CEG) que fue constituida en el año 1981 para actuar en el ámbito e la Comunidad Autónoma.

Como tal organismo asociativo está integrado en la CEPYME a nivel estatal y representada en el Consello Galego de Relacións Laborais, Consello de Enseñanzas Técnico Profesionais y Consello Asesor del IGAPE.

Según el la CEG integran esta asociación más de 31.000 empresas, distribuidas en unas 16 federaciones asociadas y desarrolla su actividad en el ámbito de las cuatro provincias gallegas.

Por su eventual cooperación en el proyecto Eje Atlántico, interesa destacar las iniciativas que la CEG viene desarrollado para intensificar las relaciones con el Norte de Portugal, fruto del cual han sido la firma de convenios y acuerdos con la Asociación Industrial do Minho (AIM) y la Asociación industrial de Oporto (AIP).

Otras formas asociativas más recientes, y por tanto, con una menor presencia en el tejido empresarial de Galicia son la Asociación para la Promoción y Defensa de la Empresa Gallega (APROA) que agrupa a unas 50 Pymes y la Fundación Galicia Empresa que agrupa a unas 12 empresas.

Síntesis y financiación del Plan FOEXGA-94 (dados en miles de pesetas)

ACCIONES	numero	importe presupuesto	Aportación Cámaras	Aportación Empresas	Aportación sol. Xunta de Galicia
Misiones comerciales	32	133.200	33.300	33.300	66.600
Ferias internacionales	12	40.800	10.200	10.200	20.400
Becarios	24	46.780	23.940		23.940
Promociones especiales	6	35.100	8.775	8.775	17.550
Publicidad y ediciones	12	30.542	11.771		18.771
Acciones form. privativas	33	67.300	33.650		33.650
TOTAL		353.722	121.638	52.275	180.361

OFERTA DE TITULACIONES
EN LAS UNIVERSIDADES GALLEGAS

1 UNIVERSIDAD DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
• 1.a. *Campus de Santiago*: Es el campus principal concentrando los siguientes centros y titulaciones:

PLANES DE ESTUDIO DE DIPLOMATURA:

- * Escuela Universitaria de Formación del Profesorado de E.G.B.: Diplomatura en Profesorado de E.G.B. en las especialidades de: Preescolar, Ciencias Humanas, Lengua Española e Idiomas Modernos, y Ciencias.
- * Escuela Universitaria de Óptica: Diplomatura en Óptica y Optometría.
- * Escuela Universitaria de Enfermería: Diplomatura en Enfermería.
- * Escuela Universitaria de Relaciones Laborales: Diplomatura en Relaciones Laborales.
- * Escuela Universitaria de Trabajo Social (adsrita): Diplomatura en Trabajo Social.

PLANES DE ESTUDIOS DE LICENCIATURA:

- * Facultad de Biología: Licenciatura en Biología. Especialidades: Vegetal, Zoología y Fundamental.
- * Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales: Licenciatura en Ciencias Económicas y Empresariales. Secciones de Económicas y de Empresariales.
- * Facultad de Derecho: Licenciatura en Derecho.
- * Facultad de Farmacia: Licenciatura en Farmacia.
- * Facultad de Filosofía y Ciencias de la Educación: Licenciaturas en Psicología, Pedagogía, Pedagogía y Filosofía.
- * Facultad de Física: Licenciatura en Ciencias Físicas. Especialidades de: Física Fundamental y Electrónica.

- * Facultad de Filosofía: Licenciatura en Filología. Secciones: Alemana, Clásica, Galego-portuguesa, Francesa, Hispánica, Inglesa, Italiana, y Germánica.
- * Facultad de Geografía e Historia: Licenciatura en Geografía e Historia. Secciones de Historia, Historia del Arte y Geografía.
- * Facultad de Matemáticas: Licenciatura en Matemáticas.
- * Facultad de Medicina y Ortodoncia: Licenciaturas en Medicina y Cirugía, y Odontología.
- * Facultad de Química: Licenciatura de Ciencias Químicas. Especialidades: Química Fundamental y Química Industrial.
- * Facultad de Ciencias Políticas y Sociales: Licenciatura en Ciencias Políticas y de la Administración.
- * Facultad en Ciencias de la Información: Licenciado en Periodismo.

1.b. *Campus de Lugo. Concentra los siguientes centros y titulaciones:*

PLANES DE ESTUDIO DE DIPLOMATURA:

- * Colegio Universitario: Primer ciclo de Filología Hispánica, Rómanica y Germánica; Biología y Química.
- * Escuela Universitaria de Estudios Empresariales: Diplomatura en Ciencias Empresariales. Especialidades: Control de Gestión, Empresa Financiera e Informática de Gestión.
- * Escuela Universitaria de Formación del Profesorado de E.G.B.: Diplomatura en Profesorado de E.G.B. en las especialidades de: Preescolar, Ciencias Humanas, Lengua Española e Idiomas Modernos, y Ciencias.
- * Escuela Universitaria de Ingeniería Técnica Agrícola: Diplomatura en Ingeniería Técnica Agrícola. Especialidades en: Explotaciones Agropecuarias, Mecanización Agraria y Construcciones Rurales, Hortofruticultura y Jardinería, e Industrias Agrícolas.
- * Escuela Universitaria de Ingeniería Técnica en Explotaciones Forestales: Diplomatura en Ingeniería Técnica Forestal.
- * Escuela Universitaria de Enfermería (adscrita): Diplomatura en Enfermería.

PLANES DE ESTUDIO DE LICENCIATURA:

- * Escuela Técnica Superior de Ingenieros Técnicos Agrónomos. Ingeniero Agrónomo, especialidad de Fitotécnica.
- * Facultad de Veterinaria. Licenciado en Veterinaria.

1.c. *Programas de Doctorado: Los programas de doctorado aprobados por la universidad para el bienio 1991-93 eran:*

- Cuestiones Fundamentales del-Derecho Actual.

- Economía del Sector Público.
- Economía y Ciencias de la Administración Pública y Privada.
- Bioquímica y Biología Molecular.
- Biología Marina y Acuicultura.
- Ecología, Patología y Biotecnología Microbianas y Parasitarias.
- Endocrinología.
- Medio Ambiente y Recursos Naturales.
- Ciencias del Suelo.
- Cerámica.
- Ecosistemas y Recursos Zoológicos.
- Biología Vegetal.
- Bases Científicas e Iniciación a la Investigación en Imagen Digital Médica.
- Medicina Ambiental y Conductal.
- Oftalmología.
- Avances Científicos e Iniciación... (Dpto. de Cirugía).
- Lingüística.
- Teoría de la Literatura y Literatura Comparada.
- Literatura Española e Hispanoamericana: Narrativa 1820-1920.
- Filología Inglesa.
- Filología Latina.
- Filología Griega.
- Estudios Medievales.
- Identidades, Procesos y Cambio Social.
- Teoría, Lenguaje y Praxis.
- Reformas e Innovación en el Sistema Educativo.
- Percepción, Representación y Conocimiento Social.
- Física Aplicada.
- Ciencia y Tecnología de micropartículas.
- Bases Científicas de Investigación en Física Aplicada.
- Física de la Materia Condensada.
- Física de Partículas.
- Computación Avanzada e Inteligencia Artificial.
- Historia del Arte.
- Bases para el Estudio de las Sociedades Prehistóricas del Norte de la Península Ibérica.
- Arqueología e Historia en la Antigüedad.
- Estudios Contemporáneos.
- Economía y Sociedad en la Historia (Siglos XI-XX).
- Edad Media: Sociedad y Cultura.

- Análisis Territorial y Organización del Espacio en Galicia.
- Álgebra Conmutativa.
- Análisis de Decisiones e Inferencia Estadística.
- Química Inorgánica.
- Química Estructural.
- Biodinámica Física y Fenómenos Superficiales.
- Descubrimiento y Arquitectura Biomolecular.
- Ingeniería Química.
- Biotecnología
- Química Analítica.
- Nutrición y Bromatología.
- Química del Medio Ambiente.
- Biofarmacia y Tecnología Farmacéutica.
- Farmacología.
- Economía Internacional: Problemas Actuales y Análisis Cuantitativo.
- Neurología.
- Introducción a la Investigación en Patología Animal.
- Medicina de la Reproducción.
- Toxicología.
- Producción Vegetal.
- Anatomía y producción Animal.

1.d. Institutos Universitarios: Además de las Facultades y Escuelas Universitarias, la Universidad de Santiago incluye una serie de centros dedicados principalmente a la investigación en sus respectivas áreas de especialización, pero que también ofrecen cursos. Estos Institutos son:

- Instituto de Estudios e Desenvolvemento de Galicia. IDEGA.
- Instituto de Ciencias da Educación. ICE.
- Instituto da Lingua Galega. ILG.
- Instituto de Criminología (Ofrece la Diplomatura en Criminología).
- Instituto de Matemáticas.
- Instituto de Ciencias Neurológicas «Pedro Barrié de la Maza».
- Instituto de Farmacia Industrial.
- Instituto de Cerámica.
- Instituto de Derecho Industrial (adscrito).

2 UNIVERSIDAD DE VIGO

2.a. Campus de Vigo: Es el campus principal de la Universidad y concentraba los siguientes centros y titulaciones en el curso 1992-93:

PLANES DE ESTUDIOS DE DIPLOMATURA:

- * Escuela Universitaria de Estudios Empresariales. Diplomatura en Ciencias Empresariales. Especialidades de: Control de Gestión, Informática de Gestión, Empresa Financiera, y Gestión Comercial.
- * Escuela Universitaria de Ingenieros Técnicos Industriales. Ingeniero Técnico Industrial. Especialidades: Mecánica, Química, Electricidad, e Intensificación de aparatos eléctricos.
- * Escuela Universitaria de Formación del Profesorado de E.G.B. Diplomatura en Profesorado de E.G.B. Especialidades de: Preescolar, Ciencias, Lengua Española e Idioma Moderno, y Ciencias Humanas.
- * Escuela Universitaria de Enfermería. Diplomatura en Enfermería (dos centros adscritos).
- * Escuela Universitaria de Estudios Sociales y Relaciones Laborales. Diplomaturas en Graduado Social, y Relaciones Laborales.

PLANES DE ESTUDIOS DE LICENCIATURA:

- * Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Licenciatura en Ciencias Económicas y Empresariales. Secciones de Ciencias Económicas, y Ciencias Empresariales. Licenciaturas en Economía, y Administración y Dirección de Empresas.
- * Facultad de Ciencias: Licenciatura en Ciencias del Mar, Química (primer ciclo) y Biología (primer ciclo).
- * Facultad de Humanidades. Licenciatura en Traducción e Interpretación, y Filología (primer ciclo), especialidades: Hispánica, Románica, y Germánica.
- * Escuela Técnica Superior de Ingenieros Industriales. Ingeniero Industrial. Secciones de: Organización Industrial, y Electricidad. Ingeniero de Minas.
- * Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Telecomunicaciones. Ingeniero de Telecomunicaciones. Especialidades de: Comunicaciones y Telemática.

2.b. Campus de Ourense: Concentraba los siguientes centros y titulaciones en el curso 1992-93:

PLANES DE ESTUDIOS DE DIPLOMATURA:

- * Escuela Universitaria de Estudios Empresariales. Diplomatura en Ciencias Empresariales. Especialidades de: Control de Gestión, Informática de Gestión, Empresa Financiera, y Gestión Comercial.
- * Escuela Universitaria de Formación del Profesorado de E.G.B.. Diplomatura en

Profesorado de E.G.B. Especialidades de: Preescolar, Ciencias, Lengua Española e Idioma Moderno, y Ciencias Humanas.

- * Escuela Universitaria de Enfermería. Diplomatura en Enfermería (adscrita).
- * Escuela Universitaria de Informática de Gestión. Ingeniero Técnico en Informática de Gestión.

PLANES DE ESTUDIOS DE LICENCIATURA:

- * Facultad de Derecho. Licenciatura en Derecho.
- * Facultad de Humanidades. Licenciatura en Geografía e Historia. Sección de Historia. Primer ciclo de las licenciaturas de Pedagogía, y Psicología.
- * Facultad de Ciencias. Licenciatura en Ciencia y Técnica de los Alimentos. Primer ciclo de las licenciaturas de Biología, y Química.

2.c. Campus de Pontevedra. Concentraba los siguientes centros y titulaciones en el curso 1992-93:

PLANES DE ESTUDIOS DE DIPLOMATURA:

- * Escuela Universitaria de Formación del Profesorado de E.G.B. Diplomatura en Profesorado de E.G.B. Especialidades de: Preescolar, Ciencias, Lengua Española e Idioma Moderno, y Ciencias Humanas.
- * Escuela Universitaria de Ingenieros Técnicos de Industrias Forestales. Ingeniero Técnico de Industrias Forestales.
- * Escuela Universitaria de Enfermería. Diplomatura en Enfermería (adscrita).

PLANES DE ESTUDIOS DE LICENCIATURA:

- * Facultad de Bellas Artes. Licenciatura en Bellas Artes.

2.d. Programas de Doctorado: Los programas aprobados por la Universidad para el bienio 1992-1994 son:

- Tecnologías de las Comunicaciones.
- Ingeniería Electrónica.
- Simulación y Control de Procesos Químicos.
- Tecnología de la Corrosión y del Medio Ambiente.
- Mundo Rural en la Historia: Metodología y Fuentes.
- Economía.
- Espacios de Banach. Polinomios Ortogonales. Economía Matemática.
- Aplicaciones del Laser a la física y a la Ingeniería Óptica.
- Metodología y Aplicaciones en Biología Fundamental.
- La Ordenación Jurídica de la Economía.

- Patrimonio Natural y Proceso de Degradación Ambiental.
- Tecnología de Sistemas de la Ingeniería Eléctrica. - Ingeniería de la Automatización e Informática Industrial.
- Diseño de Equipos Mecánicos.
- Química Fundamental.
- Teoría y Método de la Investigación Artística.
- Análisis e intervención Psicosocioeducativa en Ambientes Deficitarios.

3. UNIVERSIDAD DE A CORUÑA

3.a. Campus de A Coruña: Es el campus principal de la Universidad y concentraba los siguientes centros y titulaciones en el curso 1991-92:

PLANES DE ESTUDIOS DE DIPLOMATURA:

- * Escuela Universitaria de Estudios Empresariales. Diplomatura en Ciencias Empresariales. Especialidades de: Control de Gestión, Informática de Gestión, y Empresa Financiera.
- * Escuela Universitaria de Arquitectura Técnica. Arquitecto Técnico.
- * Escuela Universitaria de Formación del Profesorado de E.G.B. Diplomatura en Profesorado de E.G.B. Especialidades de: Preescolar, Ciencias, Lengua Española e Idioma Moderno, y Ciencias Humanas.
- * Escuela Universitaria de Fisioterapia. Diplomatura en Fisioterapia.
- * Escuela Universitaria de Estudios Sociales. Diplomaturas en Graduado Social.
- * Facultad de Informática. Diplomatura en Informática.
- * Escuela Universitaria de Enfermería. Diplomatura en Enfermería.

PLANES DE ESTUDIOS DE LICENCIATURA:

- * Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Arquitecto. Especialidades en Edificación y Urbanismo.
- * Facultad de Ciencias. Licenciatura en Ciencias Químicas. Primer ciclo de la licenciatura de Biología.
- * Facultad de Derecho. Licenciatura en Derecho.
- * Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales: Licenciaturas en Ciencias Económicas y en Administración y Dirección de Empresas.
- * Facultad de Humanidades. Licenciatura en Filología. Especialidad de Filología Hispánica. Primer ciclo de las secciones: Filología Románica y Germánica. Psicología y Pedagogía.
- * Facultad de Informática. Licenciatura en Informática.

- * Escuela Superior de la Marina Civil. Licenciatura en Marina Civil. Especialidades: Máquinas Navales, Radio, y Náutica.
- * Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos. Ingeniero de Caminos, Canales y Puertos.
- * Facultad de Sociología. Licenciado en Sociología.
- * Instituto Nacional de Educación Física (I.N.E.F.). Licenciado en Educación Física.

3.b. *Campus de Ferrol*. Concentra los siguientes centros y titulaciones:

PLANES DE ESTUDIOS DE DIPLOMATURA:

- * Escuela Universitaria Politécnica. Ingeniero Técnico Naval. Ingeniero Técnico Industrial. Especialidad de Electricidad (Centrales y Redes).

ÍNDICE

Nota de Abertura.....	7
-----------------------	---

INTERESSE ESTRATÉGICO DO ESTUDO DAS NOVAS DINÂMICAS URBANAS	11
---	----

ANÁLISE DE DINÂMICAS CULTURAIS NAS CIDADES PORTUGUESAS

Apresentação	19
--------------------	----

CAPÍTULO I	
ENSINO SUPERIOR.....	21
1. O crescimento da rede.....	21
2. A oferta de formação.....	24
3. Os impactos urbanos	26

CAPÍTULO II	
A REDE DE EQUIPAMENTOS E OFERTA DE ACTIVIDADES CULTURAIS	47
1. Operadores	47
2. Práticas.....	51
3. Públicos	53
4. Acontecimentos	58

CAPÍTULO III	
AS POLÍTICAS CULTURAIS MUNICIPAIS	61
1. Condições.....	61
2. Equipamentos.....	66
3. Acções.....	69
4. Projectos	76

CAPÍTULO IV	
ALGUNS PROCESSOS INOVADORES EM CURSO.....	81
1. A globalização de instituições de cultura – a Fundação de Serralves, no Porto.....	81
2. A formação de um centro cultural urbano – o Centro Cultural do Alto Minho e o seu diálogo com a Câmara Municipal de Viana do Castelo	84

3. A cidade, a sua história e o seu património – a universidade, o associativismo e a revalorização da arqueologia e da história urbana de Braga.....	87
4. A reconfiguração dos públicos e dos hábitos urbanos – os impactos do Instituto Politécnico de Bragança no tecido urbano.....	89
5. A formação de parcerias para o desenvolvimento – a ADRAT, Associação de Desenvolvimento do Alto Tâmega, em Chaves.....	92

NUEVAS DINÁMICAS URBANAS EMERGENTES Y/O CONSOLIDADAS EN LAS CIUDADES GALLEGAS

0. Las nuevas dinámicas urbanas	97
1. Formación y educación.....	98
1.1. Educación universitaria	98
1.2. La descentralización y el crecimiento de la oferta universitaria en el Eje Atlántico – Galicia.....	99
1.3. Diversificación de la formación universitaria	100
1.4. La Universidad como dinámica urbana en todas las ciudades	109
1.5. Formación no universitaria	117
2. Investigación y desarrollo.....	118
2.1. I+D en Galicia	118
2.2. I+D en las Universidades de Galicia.....	120
2.3. Otros centros públicos de investigación	124
2.4. I+D en las empresas gallegas	124
2.5. Los problemas de I+D en Galicia	125
3. Cultura	
3.1. Políticas culturales en las ciudades del Eje – Galicia	126
3.2. Red de equipamientos culturales en las ciudades del Eje – Galicia.....	128
3.3. Una política cultural estable: el caso de Santiago	131
3.4. Una política cultural con iniciativas singulares: Coruña.....	133
3.5. Una dinámica cultural invertebrada: Vigo	134
3.6. Producción cultural y artística	137
3.7. Conclusiones	153
4. Formas asociativas institucionales de ámbito local e regional.....	154
4.1. Asociaciones de municipios.....	154
4.2. Agencias de Desarrollo	156
4.3. Fundaciones y Asociaciones	158
5. Las Cámaras de Comercio en el Eje Atlántico	160

ANEXOS

OFERTA DE TITULACIONES EN LAS UNIVERSIDADES GALLEGAS	167
1. Universidad de Santiago de Compostela	167
2. Universidad de Vigo	171
3. Universidad de A Coruña.....	173